



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 10

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 21 de maio de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Eram 10 horas e 04 minutos.

Sumário

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se início ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”](#); [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para 2024”](#) e [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”](#).

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), Francisco Lima (*CH*), Nuno Barata (*IL*): Joaquim Machado (*PSD*), João Mendonça (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Luís Leal (*PS*), Olivéria Santos (*CH*), Hélia Cardoso (*CH*), José Pacheco (*CH*), João Vasco Costa (*PS*), Sabrina Furtado

(*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Vasco Cordeiro (*PS*), André Rodrigues (*PS*), Sandra Costa Dias (*PS*), Berto Messias (*PS*), Carlos Rodrigues (*PSD*), José Leal (*PSD*), Paulo Simões (*PSD*), Inês Sá (*PS*), Délia Melo (*PSD*), José Sousa (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Marta Matos (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*) bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*), o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*) e a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*)

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, desejo a todos uma boa semana de trabalho.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada, tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Partido Social Democrata (*PSD*)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José Joaquim Ferreira **Machado**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes Leal

Luís Alberto Garcia Castro Pereira da Costa

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Cota Soares

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira **Rodrigues**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Sá

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luis Miguel Vieira Leal

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA (*CH*)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

João Mendonça

Bloco de Esquerda (*BE*)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (*IL*)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário, estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar o debate das **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII – “Orientações de Médio Prazo 2024-2028”;** **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII – “Plano Regional Anual para 2024”** e **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024”.**

Como é habitual, regem estas matérias os artigos 163.º a 165.º do nosso Regimento, elas são feitas em conjunto, este debate, os tempos definidos pela conferência de líderes são os seguintes, para o debate na generalidade, o Governo, o PSD e o PS têm 230 minutos cada, o CHEGA 55 minutos, o CDS-PP 24 minutos e as Representações Parlamentares têm 15 minutos cada.

Para a apresentação dos documentos, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, tem a palavra Sr. Secretário Regional, faça favor.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Durante a pandemia da covid-19, lutámos, durante dois anos, para que os serviços de saúde não colapsassem. Agora, de repente, na manhã do dia 4 de maio, perdemos o principal suporte do Serviço Regional de Saúde. De um dia para o outro, a maior

e mais diferenciada estrutura do Serviço Regional de Saúde, o Hospital Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, fechou as suas portas.

Este ‘shutdown’ faz-nos pensar que, de facto, a realidade ultrapassa, frequentemente, a ficção. No início de 2020, quem poderia imaginar que enfrentaríamos, em quatro anos, uma pandemia, duas guerras, uma espiral inflacionista, uma crise sismo-vulcânica e, agora, uma tragédia no maior Hospital da Região?

Sras. e Srs. e o que fazem os açorianos numa situação destas? Resistem! Resistem e unem-se! Unem-se e solidarizam-se! É o que fazemos! É o que somos!

Levantámos, séculos após séculos, os muros que os sismos derrubaram. Reconstruímos o que os vendavais levaram. Recuperámos o que o mar destruiu. Agora vamos fazê-lo de novo. Já o estamos a fazer!

Depois de os profissionais de saúde, dos bombeiros e de instituições privadas e públicas terem estado à altura; depois de o Governo Regional ter estado à altura, sublinhando aqui o trabalho hercúleo da Secretária da Saúde e da sua equipa; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... depois de o Governo da República ter estado à altura, com uma presença e resposta solidária; a casa mãe da autonomia, num dos seus momentos mais nobres, na discussão orçamental, é chamada a confirmar toda a disponibilidade e preocupações declaradas pelos partidos políticos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, pela Resolução do Conselho do Governo de 5 de maio foi declarada a situação de calamidade pública e constituído um Grupo de Trabalho para identificar medidas necessárias para a reposição da normal atividade do HDES, listando as disfunções e apontando os apoios materiais e financeiros e as obras e equipamentos necessários.

Segundo esta Resolução, o Grupo de Trabalho apresentará, até ao dia 31 de maio, um Relatório de Progresso e coordenará a gestão global dos trabalhos necessários para responder a esta catástrofe. Não é coisa pouca, nem em pouco tempo.

Se alguns serviços podem ser retomados com celeridade, outros exigem um esforço mais prolongado e pesado financeira e materialmente. Este processo impõe ações e dispêndios urgentes, mas também recuperações e atualizações mais estruturais e estratégicas. Este infortúnio trará ainda consequências por meses e anos. Temos de agir rapidamente no emergente, mas temos também de pensar no futuro do Hospital de Ponta Delgada. Um hospital novo, não é um novo hospital, mas sim recuperar e reconstruir com a ambição de segurança e a perspetiva que se impõe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O quinto piso do HDES, quase 30 anos depois da sua inauguração, agora é que estava a ser terminado, as urgências careciam de ampliação, manutenções várias eram impreteríveis e a atualização tecnológica e operacional imperativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, aquando da apresentação dos documentos orçamentais que aqui discutimos, longe estávamos de nos confrontarmos com a necessidade de, desde já, os alterar. Porém, é disto também que teremos de tratar nos próximos dias. O Grupo de Trabalho tem até ao final deste mês para apresentar o seu primeiro relatório, mas o Governo está disponível para ajudar no desenho das medidas orçamentais que, para já, se imponham.

Numa situação inédita e de absoluta excecionalidade, teremos de prever fundos e medidas para o Orçamento e Plano de 2024 e teremos ainda de enquadrar nas Orientações de Médio Prazo o planeamento dos investimentos necessários.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Contamos com este Parlamento. Os açorianos contam com todos nós.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A estabilidade que os açorianos anseiam e que as Orientações de Médio Prazo pressupõem, dão consequência ao Programa de Governo e sublinham a consistência de um novo paradigma de governação.

Na elaboração dos documentos orçamentais, procurámos responder a algumas críticas e sugestões, nomeadamente do Conselho Económico e Social, densificando o quadro plurianual e fazendo análises prospetivas de médio e longo prazo, utilizando os modelos mais sólidos e reconhecidos tecnicamente.

Era algo que não era feito desde 2012.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tanto para o médio prazo, como para o longo prazo, os modelos confirmam a valia das opções de política pública.

As estimativas indicam que, com a manutenção dos níveis de Investimento Público em patamar idêntico ao quadriénio 24-28, o PIB dos Açores no longo prazo - a 20 anos – tem um potencial 45% superior ao potencial da Região que existiria sem o investimento público previsto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estimamos, pois, um crescimento que continuará a aproximar-nos da média do PIB per capita de Portugal e da União Europeia.

Aliás, os dados mais recentes, no que toca à aproximação com Portugal (90%), são os melhores desde 2016 e no que toca à aproximação com a União Europeia (70,6%), são os melhores desde 2013.

Estamos a crescer incessantemente desde o início de 2021.

O Indicador de Atividade Económica cresce há 34 meses consecutivos.

O Indicador do Consumo Privado cresce há 36 meses consecutivos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Temos o maior número de população ativa da história e tivemos, no primeiro trimestre deste ano, o maior número de que há registo de pessoas empregadas nos Açores – 119 mil açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos o menor número de programas ocupacionais dos últimos dez anos, o menor número de desempregados inscritos dos últimos 15 anos e o menor número de beneficiários do RSI dos últimos 20 anos, é obra!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É obra e é a prova de reformas políticas que funcionam. Somos a circunscrição fiscal com os impostos mais baixos de Portugal...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: ... e, ainda assim, com um crescimento de 54% nas receitas do IRC, o que demonstra inequivocamente o desempenho da nossa economia.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs., nos documentos orçamentais, consistentemente, mantemos a «Tarifa Açores», a baixa de impostos, o fim dos rateios na agricultura e o programa Novos Idosos, entre outras medidas emblemáticas deste novo paradigma de governação.

Quanto ao Plano de Investimentos para 2024, priorizamos a execução do PRR, um desígnio dos Açores, como de Portugal inteiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2024, como em 2025, não podemos permitir-nos falhar as metas do Plano de Recuperação e Resiliência.

Mas também não poderemos falhar, até 2026, a regra do n mais três, na execução do programa Açores 2030.

É uma grande oportunidade, mas também um enorme desafio, que obriga a uma execução de cerca de 400 milhões de euros de fundos comunitários por ano.

Estamos confiantes até porque, em 2023, executámos mais de 200 milhões, isto é, o triplo da média do anterior quadro plurianual.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: De salientar que o Programa Açores 2020 ficará acima dos 100%, sendo de destacar o enorme esforço de execução final dos privados, que representou mais de 80 milhões de euros executados em quatro meses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, queremos valorizar as carreiras da função pública.

Em vez dos anteriores 10 pontos que eram necessários para subir uma posição remuneratória, os trabalhadores necessitarão apenas de 6 pontos para progredirem. Isto representa, a partir deste ano e para o futuro, uma redução de 40% do tempo necessário para progredirem na carreira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Esta medida, que abrangerá 2.800 trabalhadores, terá um impacto de cerca de quatro milhões de euros.

Mas melhorar as condições de vida dos trabalhadores da administração pública que ganham menos é, também, uma prioridade deste Governo.

Por isso, vamos aumentar em 5% a Remuneração Complementar e passar o teto máximo remuneratório de €1.386,61 para €1.701,15€ (nível remuneratório 22 da TRU), abrangendo assim mais 1.503 trabalhadores do que acontecia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A associação dos escalões à TRU, facultará a atualização automática dos escalões, obviando a sucessivas alterações legislativas, que ano após ano tinham que passar neste Parlamento.

O impacto orçamental para 2024 é de dois milhões e 200 mil euros, registando-se, desde 2020, um aumento de cerca de 30% na Remuneração Complementar Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos também proceder à regularização de 515 profissionais admitidos ao abrigo de contratos covid-19, que se revelaram necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde.

Manteremos ainda a mobilidade intercarreiras, que será alargada aos hospitais EPE. Vamos em breve ouvir o Conselho Consultivo da Administração Pública Regional e desenhar, até ao final do ano, experiências piloto para avaliar o potencial da semana de quatro dias nas várias vertentes da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

A terminar deixo algumas informações impactantes para a reflexão sobre o futuro da Função Pública Regional.

Dos 19.200 trabalhadores distribuídos entre a Administração Direta, Indireta e os três hospitais da Região, até 2030, 5.828 trabalhadores alcançarão ou ultrapassarão os 66 anos de idade, representando 30% do total de força de trabalho ativa.

Para além disso, até àquela data, cerca de 9.000 trabalhadores terão 60 ou mais anos, correspondendo a 48% do universo total.

A contenção da dimensão do funcionalismo público tem de ser balanceada com a reposição dos trabalhadores para manter a qualidade e a continuidade dos serviços públicos.

Mas este é um equilíbrio que não se consegue sem planeamento e estratégia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Iniciámos e vamos continuar este caminho.

Para os mais velhos, garantimos que saiam com a dignidade merecida, incentivando as pré-reformas quando este for o caminho mais adequado; para os mais jovens, criamos oportunidades e estabilidade laboral.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A necessidade de contratar novos profissionais não é apenas uma questão de reposição, mas uma oportunidade para revitalizar e modernizar os serviços públicos e para ajudar a fixar os nossos jovens nas nossas ilhas. Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional das Finanças, estão apresentados os documentos.

Abrimos inscrições para pedidos de esclarecimentos. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, faça favor.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

As minhas primeiras palavras, nesta intervenção, são de apreço e solidariedade para com todos os doentes, sobretudo os que são obrigados a deslocar-se da sua ilha de residência para procurar melhores cuidados de saúde, seja pelo facto de viverem em ilhas sem hospital e sem acesso a alguns tratamentos, seja pelo facto de terem ficado com o seu hospital de referência – o HDES, inoperacional.

É sobretudo nos períodos de maior fragilidade, como este, que somos lembrados da importância do bem maior que é a saúde e da necessidade de defender e robustecer o nosso Sistema Regional de Saúde, perante calamidades ou ameaças financeiras.

Sras. e Srs. Deputados, em novembro passado estivemos aqui a apreciar e debater a primeira versão do Plano e o Orçamento para 2024, a qual não mereceu a aprovação maioritária dos legítimos representantes dos açorianos.

Dizíamos, na altura, que o Orçamento para 2024 era “desequilibrado, de contas erradas e pouco credível”, entre muitas outras coisas.

Dizíamos, que era desequilibrado, desde logo, porque as receitas estimadas para a execução de fundos comunitários, quer do PRR, quer do Programa Operacional Açores 2030, estavam sobrevalorizadas em mais do dobro.

Estavam sobrevalorizadas em novembro e continuam a estar hoje.

Também afirmamos na altura, e reiteramos hoje, que era e é um documento baseado em “contas erradas”, ou seja, de um falso endividamento zero e de um falso equilíbrio financeiro.

Falso endividamento zero, porque apesar de tanta propaganda, o Governo Regional nunca cumpriu os limites por si estabelecidos no Orçamento para 2023, conforme atestam os parceiros sociais e o Tribunal de Contas.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: A Região continua a bater recordes no aumento da sua dívida pública, com mais 140 milhões só em 2023, ano em que, segundo o próprio Governo, seria de endividamento zero, e, se fizermos um balanço dos últimos três anos completos da governação, o Governo de José Manuel Bolieiro já deixou uma herança de mais 800 milhões de dívida, sem que se veja novos investimentos ou melhorias nas condições de vida dos açorianos.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Dá vontade de rir!

O Orador: Perante estes dados, cai por terra mais uma das bandeiras da Coligação – o falso endividamento zero.

Nunca existiu e só serviu para propaganda, conforme denúncia o Conselho Económico e Social dos Açores, perante o incumprimento do Acordo de Parceria.

É também motivo de “inquietação e grande preocupação” para o CESA:

- O aumento da taxa de desemprego e a um crescimento económico mais baixo que a média nacional, previsto no cenário macroeconómico do Governo;
- O aumento de 14% nas despesas correntes e o agravamento do desequilíbrio orçamental, que nos últimos três anos provocou um buraco financeiro superior a 926 milhões de euros.

Perante a dimensão deste descalabrado financeiro, comprovado por entidades independentes e idóneas, como podem ser credíveis as propostas de plano e orçamento e as orientações de médio prazo?

Se o caminho que o governo traçou, mesmo após as eleições, é de mera continuidade, temos então fundadas e redobradas razões para duvidar das propostas novamente apresentadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as propostas em análise estão alicerçadas no Programa do Governo do PSD/CDS/PPM votado no parlamento dos Açores em março último.

Em diversas ocasiões, deixámos claro que o caminho de instabilidade e degradação social e financeira seguido pelo Governo da coligação não é o caminho que o PS entende ser o melhor para os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Volta António Costa!

O Orador: Com mais ou menos dotação, com mais ou menos projeto ou programa no plano, a verdade é que estes documentos já não respondiam aos problemas em novembro, nem respondem hoje aos problemas do presente e aos enormes desafios que temos pela frente.

E isso deveria merecer da parte do governo e dos partidos que o suportam uma mudança de atitude e uma mudança de políticas, sob pena de desperdiçarmos recursos e oportunidades únicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nossa Senhora!...

O Orador: À degradação financeira já relatada na parte inicial desta intervenção, com reflexos nos atrasos nos pagamentos e falta de investimento, o Governo Regional da Coligação junta a responsabilidade pelo fracasso do processo de privatização da Sata Internacional.

Da euforia dos “mais de 30 interessados”, anunciados pelo Secretário Regional das Finanças – Duarte Freitas há um ano, rapidamente passou a depressão dos zero

concorrentes, de reconhecida idoneidade, competência e capacidade no setor, segundo o próprio júri contratado pelo governo.

Apesar dos alertas, logo no início do processo, sobre as consequências de um caderno de encargos mal formulado e que não defendia o interesse regional, o Governo da coligação persistiu no erro, escondeu informação e foi gerador de mais instabilidade, dentro e fora da companhia.

Em pouco mais de um ano, a meio do seu processo de reestruturação e com a situação financeira da SATA a agravar-se, já vamos em quatro demissões de Administradores e a caminho do terceiro novo Conselho de Administração.

A mais recente demissão da Dra. Teresa Gonçalves, envolta em polémica pela data em que foi comunicada, bem como “pela falta de apoio e de condições do Governo para prosseguir com o seu trabalho”, é mais um fator de instabilidade, que deixa a SATA em autogestão, que perturba o normal funcionamento da companhia e condiciona a mobilidade dos açorianos.

A verdade é que ao invés de resolver problemas, o atual executivo regional soma e segue em gerar mais problemas e mais incerteza no dia a dia da população.

Basta recordar o aumento recorde da dívida pública, a falta de investimento, os atrasos significativos na utilização dos fundos comunitários disponíveis, os sistemas de incentivos mais burocráticos, o aumento das dívidas aos fornecedores e o agravamento do subfinanciamento na saúde, como alguns exemplos da herança destes quase 4 anos de governação.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é para fechar!

Deputado Nuno Barata (IL): Já fechou e ainda não reparaste!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo numa situação de calamidade, em que o Governo Regional deveria ser o principal promotor do diálogo e da concertação com todos, assistimos a precisamente o contrário.

Tentam condicionar quem pergunta, escondem informação, que já deveria ter sido tornada pública, e agem como se fossem donos da Região e da verdade.

Se antes, os documentos já não davam resposta ao subfinanciamento e ao valor recorde de dívidas a fornecedores na saúde, fica por demais evidente que o Plano e Orçamento para 2024, como está, não serve os açorianos!

E essa conclusão não é nova e não é apenas nossa, é também dos parceiros sociais e dos próprios partidos que sustentam o governo, que, apesar de louvarem as propostas em discussão, finalmente já reconhecem as suas enormes limitações.

Desde a primeira hora que o Partido Socialista demonstrou a sua solidariedade e empenho para encontrar respostas que permitam assegurar cuidados de saúde, em segurança e com dignidade, a todos os utentes do nosso serviço regional de saúde.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Sim, sim!

O Orador: Reiteramos aqui, no início da discussão do Plano e Orçamento para 2024, a nossa solidariedade e o espírito de missão que nos mobiliza a ser parte da solução.

Hoje, como no passado os açorianos podem sempre contar connosco.

Nós contamos com todos!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Usará agora da palavra o Sr. Deputado António Lima pelo Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Orçamento que hoje analisamos é uma repetição da proposta apresentada em outubro último. Repetimos este debate porque os parceiros parlamentares do

Governo da coligação deixaram de apoiar esse mesmo Governo em novembro de 2023.

O Bloco de Esquerda sempre se posicionou como oposição aos governos da coligação de direita.

Estamos, pois, onde sempre estivemos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem, Sr. Deputado! Ainda bem!

O Orador: ... como alternativa a esta governação que compromete o futuro dos Açores.

Hoje, com um Orçamento quase idêntico e com um Governo igualmente minoritário, este Governo e este Orçamento terão os votos de quem retirou o seu apoio há 6 meses.

Este Orçamento falha nas respostas essenciais às pessoas. Falha, como falharam os anteriores no rendimento de quem trabalha e por isso a pobreza tem subido e as desigualdades também.

Falha na construção de uma economia resiliente e qualificada na resposta ecológica na transição energética, não combate a precariedade no setor privado, mantém centenas de precários na administração pública.

A crise na Habitação não tem respostas imediatas neste Orçamento.

A Cultura é, como sempre alvo de desprezo no Orçamento e, acima de tudo, na execução, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Está mal informado!

O Orador: ... assim como na ausência de política cultural.

Este Orçamento falha nos Serviços Públicos, em especial, no momento em que vivemos, falha ao Serviço Regional de Saúde.

O incêndio no HDES e os danos que causou são um rude golpe no Serviço Regional de Saúde. Há custos muitos custos devido a este desastre, mas os maiores custos são muito difíceis se não impossíveis de contabilizar, ...

Deputado José Pacheco (CH): Se não fossem os privados...

O Orador: ... é o custo da consulta ou da cirurgia adiada, é o custo de adiar a ida ao Serviço de Urgência.

O Parlamento não tem à data qualquer relatório por mais preliminar que seja dos danos causados na infraestrutura e equipamentos do HDES, desconhecemos custos com evacuações, deslocações, utilização de meios privados.

É por isso um mero exercício de adivinhação, procurar traduzir em propostas de alteração os custos imediatos com o incêndio se o Governo conhece e partilhou essa informação com os partidos da coligação para que este apresentem propostas de alteração, então está ativamente a esconder o que sabe sobre os danos existentes no HDES.

Deputado José Pacheco (CH): Que falta de consciência!

Deputado Paulo Chaves (PSD): Seja sério!

O Orador: A resposta ao incêndio não está, por isso, neste Orçamento.

Com transparência o Governo deve apresentar a este Parlamento toda a informação relativa aos danos e estimativas de custos quando essa avaliação estiver concluída, e, se necessário for, deve apresentar um orçamento rectificativo e cá estaremos para o avaliar.

Mesmo sem resposta ao incêndio no HDES, o Orçamento para a Saúde fica muito aquém do necessário. O caminho que este Governo tem trilhado na Saúde, o subfinanciamento atroz arrasta o Serviço Regional de Saúde para o abismo e para a insustentabilidade.

O incêndio no HDES é um sério alerta, um alerta para que se trave a fundo antes que seja tarde.

Começamos pela despesa corrente na Saúde, a despesa corrente na Secretaria Regional da Saúde em 2023, de acordo com os dados do Governo, cifrou-se em cerca de 445 milhões de euros, reduzindo do Orçamento da Secretaria Regional da Saúde, que era de 443,9 milhões de euros a execução do Plano 37,27 milhões de euros e somando 40 milhões de despesa executada e não prevista, ou seja, os resultados líquidos negativos dos hospitais e unidades de saúde de ilha.

Considerando que o Governo prevê um crescimento da despesa em 8% da despesa corrente, a despesa corrente com saúde atingirá em 2024 cerca de 480 milhões de euros. É sensivelmente este valor de despesa corrente que o Governo prevê no Orçamento para 2024.

Todavia, o Governo Regional afirma que 75 milhões de euros desse valor será para conversão de dívida comercial em dívida financeira, nada mais falso, como se demonstra esses 75 milhões de euros são na verdade, endividamento para equilibrar o orçamento da Saúde.

A dívida a fornecedores continuará próximo dos insustentáveis 195 milhões de euros. Os tais 75 milhões de euros para conversão de dívida serão todos, afinal, para suportar despesa corrente.

Para reduzir a dívida comercial, por exemplo, para 100 milhões de euros em 3 anos, seria preciso aumentar a verba para a Saúde em mais de 30 milhões de euros por ano.

Como se demonstra, este Orçamento é por isso o continuar no caminho para o abismo do Serviço Regional de Saúde.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Que horror!

O Orador: Os hospitais não podem fazer investimento quando têm prejuízos de 34 milhões de euros em 2023, quando não conseguem pagar aos seus fornecedores, a prioridade de qualquer administração é manter a atividade clínica, cumprir os

seus compromissos, não sobra nada para modernização, aquisição de equipamentos e infraestruturas.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Isso não é verdade!

O Orador: Esse caminho insustentável tem as consequências que aprendemos hoje da pior forma.

Mas vamos também ao investimento, para os hospitais no Plano o Governo não prevê 1 euro de investimento em novos equipamentos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Isso não é verdade! O senhor nem sequer sabe o plano!

O Orador: O investimento em infraestruturas, nomeadamente nas unidades de saúde de ilha, é irrisório e pior, não é executado.

Nem nas Orientações de Médio Prazo se vislumbra sinal do aumento de investimento nos próximos 3 anos.

Estes números demonstram de forma cristalina como este Orçamento é o caminho para a insustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Na Saúde, como em outras áreas, este Orçamento não responde aos problemas dos Açores, pelo contrário, este Orçamento não é mais do que insistir na receita errada que nos trouxe até aqui. Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra pelo CHEGA o Sr. Deputado Francisco Lima.

Deputado Francisco Lima (*CH*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo.

Os açorianos que nos estão a ouvir, ambicionam que com este Plano e com este Orçamento, os Açores saiam da cauda da Europa.

Temos de ter uma Região com uma economia mais saudável e competitiva.

Temos de reformar a administração pública regional, para ter menos, melhores e mais bem pagos funcionários públicos, temos de direcionar os investimentos públicos para alavancar a economia real e reprodutiva e não para promover a economia inútil e engordar a máquina do Estado.

Não nos faltam leis, regulamentos e planos, mas temos uma economia privada cada vez mais subsídio-dependente nos Açores.

A economia real afoga-se num mar de burocracia inútil, qualquer mercearia ou pequena indústria é submetida a uma verdadeira tortura de obrigações e fiscalizações, mas para fiscalizar os abusos do RSI há sempre desculpas, nunca há meios, nunca há vontade.

A dívida pública cresce ano após ano e a Região caminha a passos largos para a sua insustentabilidade financeira.

Em muitas áreas, as empresas estão a ser usadas como banco para financiar a administração pública regional, como o caso da Saúde e das Obras Públicas.

Ninguém deveria achar normal ter hospitais que nunca pagaram a conta da luz desde que iniciaram a sua atividade, mas aqui nos Açores, estas práticas normalizaram-se.

Os açorianos esperam com este Plano e Orçamento que a administração pública regional não continue a ser uma agência de emprego e de pagamento de favores políticos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Temos de combater o inverno demográfico nos Açores, mas para isso temos de criar mais riqueza para fixar os jovens.

O nosso Mar e a nossa Terra é a nossa maior riqueza, mas os açorianos não compreendem que com tantos PDM's, (impercetível) e PROTAS, reservas e mais reservas, proibições e mais proibições, obrigações e mais obrigações, não seja possível construir a sua habitação à beira-mar.

Estamos a chegar ao cúmulo do ridículo que essa construção só é permitida se for uma ruína.

Exorto o Governo Regional a criar a Secretaria Regional das Ruínas para que a construção à beira mar volte a ser permitida nos Açores.

Grande parte das reservas à beira-mar efetivamente, onde é proibido construir, só servem para criar silvas e alguns ratos.

Deputado Carlos Silva (PS): É assim mesmo!

O Orador: As nossas empresas já não suportam o aumento desmesurado da burocracia e a serem continuamente perseguidos pela máquina burocrática e repressiva da administração regional.

Qualquer processo de licenciamento continua a ser uma verdadeira via Sacra, não se reforma nada, não se simplifica nada, complica-se todos os dias a vida de quem trabalha e cria riqueza.

Precisamos de uma administração pública que sirva os contribuintes e não que esteja fechada em gabinetes a produzir mais papéis.

Nós nesta Assembleia, temos o dever de criar leis para se facilitar a vida dos açorianos e não para complicá-la ainda mais, sob pena deste Parlamento se tornar absolutamente inútil para os açorianos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Se continuamos a insistir neste caminho com mais e mais Estado, com mais e mais burocracia e a vivermos da subsidiodependência, como disse recentemente o Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores e sem uma economia privada forte e competitiva, vamos continuar a divergir do país, a empobrecer, a acumular défices e aumentar a dívida e a bater recordes de pobreza e ainda corremos sérios riscos de precisar qualquer dia de mais um resgate financeiro ou de uma nova troika, venha ela da Europa ou da República, disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Nesta minha primeira intervenção, queria desde logo endereçar uma palavra de apoio a todos aqueles que estiveram envolvidos no combate ao incêndio do Hospital Divino Espírito Santo, mas também àqueles que se viram obrigados a saírem da sua zona de conforto, dos seus espaços normais de tratamento para o fazerem noutras circunstâncias e em outras geografias até.

Uma palavra também de apreço a todos os profissionais do HDES que se empenharam fortemente em acudir às populações afetadas em acudir inclusivamente às estruturas afetadas.

Este Orçamento que esta semana vamos debater e votar é, em quase tudo, igual ao Orçamento que aqui debatemos e votamos e chumbámos em novembro passado.

Perante o cenário de coisas boas que o Sr. Secretário Regional ali nos veio trazer daquela tribuna, esqueceu, no entanto, e, nunca é demais lembrar, o agravamento dos indicadores de pobreza e de pobreza extrema, que se agravaram de facto bastante nos últimos anos desta governação.

“O Titanic afunda-se e a orquestra toca a valsa”, que é o mesmo que dizer o povo sofre, o povo empobrece e o Governo regozija-se.

O subfinanciamento da Saúde, crónico, não é de agora, não é de há vinte nem sequer é de há 30 anos, é de há 40 anos, é a prova provada de que a Região fez opções erradas, fez opções estratégicas e de investimento inadequadas que nos trouxeram uma situação em que, a nossa receita corrente não dá para cobrir a

despesa corrente, e, é preciso e importa que os açorianos percebam, em que é que o Governo Regional dos Açores está disposto a abdicar em termos de investimento, em termos de outra despesa pública, no sentido de garantir um melhor e mais eficaz financiamento da Saúde nos Açores.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Porque o subfinanciamento da Saúde não leva só à degradação das infraestruturas, o subfinanciamento da Saúde leva à degradação do setor económico que fornece a Saúde.

Porque, como já aqui foi dito, o que é facto é que as dívidas a fornecedores quer no setor da Saúde quer noutros setores da administração pública regional tem vindo sempre a crescer.

Mas este Orçamento que hoje começamos a discutir, a debater e vamos votar, também tem uma pequena diferença em relação ao Orçamento de novembro passado, e, essa diferença prende-se com o facto do Governo Regional dos Açores ter uma maioria mais confortável, depender de menos um, à primeira oportunidade “o urso põe as garras de fora”, à primeira oportunidade o Governo Regional dos Açores vem alterar três artigos deste Diploma, que visavam, pasme-se, mais transparência e mais centralismo do Parlamento e falo dos artigos 20.º, 33.º e 50.º do presente Orçamento.

Estes artigos foram introduzidos no Orçamento de 2023 para mais transparência na avaliação dos números da administração pública regional e para mais centralidade deste Parlamento.

Eu devo informar a Câmara que a Iniciativa Liberal já entregou propostas de alteração no sentido, destes artigos voltarem a ter a mesma redação que tinham no Orçamento de 2023 e espero que a Câmara os acompanhe em nome da verdadeira transparência, porque a transparência não é para anunciar a transparência é para

praticar.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem-dito!

O Orador: E por isso desafio os Grupos Parlamentares a acompanhar a Iniciativa Liberal nestas três propostas de alteração, aquando da votação na especialidade.

O Orçamento é de facto ligeiramente diferente do apresentado em novembro de 2023, a circunstância é, porém, bastante diferente e nesse sentido, mas não sem antes lembrar o Governo Regional dos Açores que não vale a pena vitimizar-se por aquilo que aconteceu no HDES, não vale a pena vitimizar-se por aquilo que teve que fazer de esforço no COVID, não vale a pena vitimizar-se se por aquilo que está a acontecer na Ucrânia ou aqui mais ao lado, porque estas são questões que só vêm ao lume para confirmar aquilo que temos dito desde o início, se a Região não se precaver, se a Região não for cautelosa na trajetória de endividamento sempre que houver uma catástrofe, tem que ir de chapéu na mão, de mão estendida a Bruxelas, a Lisboa ou seja onde for.

Mas, pode este Governo ter a certeza que a Iniciativa Liberal não vai votar contra este Orçamento, porque não vos vai dar o argumento para se vitimizarem num processo que todos nós sabemos nem sequer tem a dimensão que V. Exas. estão a pintar, mas que, de facto, carece de todo o nosso empenho para que dessa adversidade seja feito o investimento necessário para garantir que teremos um hospital de futuro, mais do que um remendo do hospital que tínhamos no passado, disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pelo PSD usa da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional.

O Orçamento que começamos agora a apreciar é um Orçamento com ambição realista que consigna cerca de 740 milhões de euros para investimento e, que por

isso mesmo combina os objetivos do desenvolvimento económico com políticas de grande alcance social que garantem que efetivamente ninguém, mas mesmo ninguém fica para trás.

Com este Orçamento continuamos a ser a Região do país com os impostos mais baixos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é, portanto, um Orçamento que responde e bem às necessidades das empresas e das famílias.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: No caso das famílias, não só pelo abaixamento dos impostos, mas também, por exemplo, pela gratuidade das creches ou da participação no pagamento dos seus créditos à habitação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas ainda mais, porque aumenta em 10% o complemento de abono de família, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque aumenta entre 5 e 20% o complemento regional de pensão, o chamado cheque pequenino.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque aumenta em 15% o valor das diárias para os doentes deslocados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que aumenta em 5%, volta a aumentar mais uma vez e em 5% o valor do COMPAMID, que é uma ajuda determinante para os idosos adquirirem os seus medicamentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E que corresponde isso mesmo a um investimento social este ano de 7

milhões e meio de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É inquestionavelmente um Orçamento que responde às famílias, mas também responde aos trabalhadores da administração pública, quando reduz em 40% o tempo necessário para progredir nas carreiras.

Quando integra nos quadros mais de 500 trabalhadores contratados no período da COVID19, que atualiza as carreiras dos profissionais da saúde, que recupera o tempo congelado imagine-se, desde 2009, ainda era Presidente do Governo Carlos César, e, que só agora vão ter efetivamente essa recuperação concretizada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Que aumenta em 5% a remuneração complementar, uma subida acumulada de quase 30% desde que chegámos à governação.

É um Orçamento que responde aos trabalhadores da administração pública, é um Orçamento que responde a sectores estruturantes, como as Pescas, o Turismo e a Agricultura, neste caso, continuando a não ter rateios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Que baixa pelo segundo ano consecutivo, o IRC, portanto, uma resposta também às pequenas e médias empresas, além de manter aquele que é um sucesso inquestionável chamado Tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um Orçamento também com desafios, desde logo, termos só seis meses para a sua execução, manter a economia e o emprego com a dinâmica, positivamente e em crescimento, como temos vindo a registar ao longo desta governação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Debaixo da mesa!

O Orador: ...o outro desafio é potenciar os Fundos Comunitários, o aproveitamento dos Fundos Comunitários e, sobretudo, o desafio de recuperar o tempo perdido pela irresponsabilidade socialista...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: ... que atirou os Açores para eleições antecipadas e, conseqüentemente, para um regime de duodécimos, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... um regime de duodécimos que nos deixou sem dotação para fazer face a despesas, mesmo aquelas que são inadiáveis.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém acredita nisso!

O Orador: Ou noutros casos impossibilitados de realizar novos investimentos, novas aquisições sejam de bens, sejam de serviços.

Mas a intervenção que o Partido Socialista fez neste início de debate naturalmente que merece, merece e tem de ter uma réplica, desde logo a circunstância de trazer os pareceres do Tribunal de Contas para justificar as críticas ao Governo Regional, quando a Conta de 2022 é a primeira a ter um parecer e um voto favorável do Tribunal de Contas desde 2016, coisa incrível.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: Mas também o Partido Socialista vem acusar este Governo da coligação de ter contas erradas, bom, nós habituamo-nos durante longos anos de governação socialista a ouvir o mago das finanças públicas, que era o Sr. Secretário Regional Sérgio Ávila, falar de um superavit, quando, afinal tínhamos mais de 3 mil milhões de dívida pública.

Bom, depois vejo também o Partido Socialista falar do desemprego, ó Sr. Deputado Carlos Silva, o desemprego que nós temos hoje é mais baixo do que em qualquer trimestre da governação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está a faltar à verdade!

O Orador: ...é uma coisa incrível. E o número de açorianos empregados é o maior de sempre, é o maior da nossa história e o número de açorianos em programas ocupacionais é o mais baixo dos últimos 10 anos, os números não mentem.

Isto, aliás, também nos leva a fazer uma breve referência à SATA...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, sim!

O Orador: ... o Sr. fala das dificuldades e das razões do pedido de demissão da Sra. Administradora, eu acho que o PS devia seguir o conselho que alguns jornalistas vão dando em editoriais, que é de, sobre Saúde e SATA fazer nojo, fazer um período de luto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ó Sr. Deputado, fala dessa circunstância, não se esqueça que nos últimos anos da governação socialista, a SATA teve cinco administrações de duradoura memória, porque não nos vamos esquecer delas, incluindo um

Administrador, um Presidente da Administração que no ato de posse disse, “eu não percebo nada deste assunto, mas vou começar a estudá-lo. O Sr. quer falar de uma demissão na administração que aconteceu por razões pessoais?

Deputado Carlos Silva (PS): Quatro!

O Orador: Sobre isso estamos conversados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu julgo que o PS, com esse tipo de intervenção prova que continua a não estar à altura de ajudar a resolver os problemas que criou e aqueles que naturalmente vão surgindo no dia a dia de qualquer governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores foram sacrificados por interesses menores e vaidades maiores.

O chumbo do Orçamento em novembro passado praticamente paralisou a Região, deixou quase tudo parado...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, tenha paciência! Menos um bocadinho!

Deputado José Pacheco (CH): Isso não é verdade!

O Orador: ...aliás, acho que acho que só adiantou duas coisas, a primeira renovou e reforçou a confiança dos açorianos na coligação e a segunda coisa que adiantou foi ter antecipado a renovação da liderança do Partido Socialista.

Quanto ao resto, eu julgo também mesmo neste caso, veremos se não terá sido uma perda de tempo.

Quanto ao resto, deixei propositalmente, Sr. Presidente, para o fim, aquilo que é primeiro, a tragédia no Hospital do Divino Espírito Santo.

Da prontidão e eficiência do socorro dos nossos Bombeiros sob a coordenação do Serviço Regional de Proteção Civil, já se disse muito e já se reconheceu muito, do humanismo e competência dos nossos Profissionais de Saúde na transferência dos doentes também, da solidariedade que é devida aos doentes, sobretudo aqueles que foram, pelas circunstâncias, deslocados para outras ilhas, incluindo para a Região Autónoma da Madeira também.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

O Orador: Igualmente da solidariedade das instituições privadas, da Cruz Vermelha, das Forças Armadas, de Forças Militares, de Forças de Segurança, dos Escuteiros, enfim, de gente anónima que se voluntariou e ajudou neste processo. Ainda da ajuda imediata da Região Autónoma da Madeira, assim como da disponibilidade do Governo da República, da disponibilidade institucional do Governo da República também, já se disse muito, já se disse mesmo muito, mas nunca nos cansaremos de dizer outra vez, muito obrigado, outra vez, outra vez e sempre!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, todos estes que enunciei fizeram o que lhes competia nalguns casos indo além com uma inexcedível vontade e solidariedade. Agora são os decisores políticos que são chamados a fazer a sua parte, a dotar a Região de um Orçamento e dos instrumentos legais necessários para que seja reposta a normalidade do funcionamento do HDES, e, assim, também de todo o Serviço Regional de Saúde, e, não bastará reconstruir aquilo que o fogo devastou, de projetar e trabalhar com serenidade, sem alarmismos e bairrismos.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: De cada um é tempo de cada um medir o seu sucesso pelo interesse dos açorianos e não pelas dificuldades que cria ao Governo Regional.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: De pensar primeiro os Açores e só depois aí é tempo de o todo tomar partido pela parte.

É tempo de irmos em frente, é tempo de irmos ao trabalho.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pelo PPM tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

A discussão do Orçamento é sempre o debate mais significativo do ano e este ano assume ainda mais importância.

Estamos a falar de dotar os Açores de um Orçamento, um documento essencial para a administração da Região. Infelizmente, os Açores não têm orçamento aprovado desde o início do ano.

Tudo isto significou 6 meses de atraso nas nossas vidas.

As diferenças políticas são compreensíveis, mas é fundamental garantir que os Açores têm as condições necessárias para o seu desenvolvimento. A política deve ser uma solução, não um obstáculo a somar a tantos outros.

O facto de o Governo da coligação apresentar um Orçamento semelhante ao que havia sido rejeitado em novembro passado reforça a sua credibilidade política. Mostra que a coligação honra os seus compromissos e que o Orçamento não era para o eleitor ver.

É um instrumento sólido para promover o nosso desenvolvimento e garantir a

justiça social.

Uma estratégia que foi validada nas urnas a 4 de fevereiro.

A coligação açoriana do PSD, CDS-PP e PPM é um porto seguro de estabilidade para a nossa Região num momento de instabilidade política e social.

Esta aliança é sólida e demonstra um elevado nível de eficiência e compromisso mútuo. Funciona tanto em tempos de prosperidade como de adversidade e incerteza.

A coligação mostra que é possível trabalhar juntos para ajudar os Açores. Garantir a governabilidade de uma região ou de um país é o teste mais importante para uma democracia.

Por isso, este Orçamento é mais do que um simples documento financeiro. É uma garantia para o futuro e um compromisso com a democracia e a vontade popular.

Cumpra as promessas feitas e cria os mecanismos necessários para assegurar a paz social e promover o nosso desenvolvimento.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: A política deve também ser adequada às novas circunstâncias, como as graves consequências do incêndio no Hospital de Ponta Delgada.

O povo dos Açores pode contar, sempre, com o nosso compromisso em prol da estabilidade e do bom governo. Muito obrigado!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS/PP, tem a palavra, faça favor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

Voltamos a debater as propostas do plano de investimentos e do orçamento da Região para o ano de 2024. Por consequência das eleições antecipadas iremos igualmente debater as orientações de médio prazo para os próximos 4 anos.

Enquanto o governo continuar limitado na sua ação de governação por falta de orçamento, e vamos para 6 meses, os Açores correm o risco de perder oportunidades de desenvolvimento.

Entretanto a vida continua e os Açores enfrentam desafios em vários níveis.

Desde logo, as assimetrias sociais intimamente relacionadas com a baixa escolarização dos açorianos, consequência da governação do partido socialista no último quarto de século.

Outros desafios são o da economia e o da demografia. Um e outro estão intimamente relacionados.

Temos que vencer o desafio de reforçar e capacitar o Serviço Regional de Saúde, desde logo ao nível dos cuidados primários de saúde que estão a dar uma exemplar resposta na sequência do incidente no hospital do Divino Espírito Santo. O nosso sistema de saúde mostrou resiliência e capacidade de redundância.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Somos uma região com elevada qualidade ambiental e qualidade de vida onde é seguro criar uma família.

Para além de atrair turistas, os Açores também têm de desenvolver a capacidade de atrair novos habitantes e criar condições para que os açorianos não sintam necessidade de procurar melhores condições de vida noutras paragens.

Este é um desafio para o futuro próximo.

As políticas sociais implementadas pela nossa coligação PSD/CDS/PPM, são importantes para o desenvolvimento dos Açores, rompendo com dogmas do passado que abafavam a nossa economia, sacrificavam os trabalhadores da classe média e levavam os açorianos a emigrar procurando melhores condições de vida.

Começámos com a baixa de impostos para todos os açorianos, em 2021.

Implementamos a Tarifa Açores que teve como efeito dinamizar a economia e o turismo interno, promovendo a coesão dos Açores.

A estratégia de apoio familiar e social do nosso Governo de coligação PSD/CDS/PPM que está sendo implementada desde 2021 já transformaram os Açores, tornando-os uma região onde se vive melhor.

São exemplos: as creches, as amas e os manuais escolares gratuitos para todos, incluindo os filhos dos trabalhadores da classe média, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... o aumento do apoio da ação social escolar, refeições escolares mais baratas, o aumento do prémio de mérito para o acesso ao ensino superior, para todos os alunos, o aumento do apoio ao pagamento de propinas ou bolsas de estudo universitárias, o aumento do COMPAMID para ajudar os idosos a comprar os seus medicamentos, o aumento do complemento regional de pensão para os idosos com pensões mais baixas, os aumentos nos apoios aos doentes, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Bem resolvido!

O Orador: ... a valorização das carreiras dos funcionários da educação e da saúde, a redução do número de trabalhadores em programas ocupacionais substituindo por contratos de trabalho que dignificam a condição desses trabalhadores.

Não damos ainda resposta a todos os problemas, mas é inegável que hoje, em 2024, estamos melhor do que quando assumimos o Governo dos Açores no final de 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Queremos continuar este caminho.

Os açorianos que não têm ainda acesso a creches e amas gratuitas votaram na coligação para darmos continuidade a essa importante medida para todas as famílias, incluindo a classe média.

Os açorianos que não têm ainda acesso no seu concelho ao programa “Novos Idosos”, votaram na coligação para darmos continuidade ao programa.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Os funcionários públicos que se sentem desmotivados com as suas carreiras, votaram na coligação para reduzirmos os pontos necessários à progressão na carreira, para 6 pontos, em vez dos atuais 10.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Muitos outros exemplos poderia dar.

É legítimo que continuemos este caminho porque foi o que propusemos aos açorianos durante a campanha eleitoral e foi essa a vontade manifestada pela maioria dos eleitores no passado dia 4 de fevereiro, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... que reafirmaram nas urnas querer que a nossa coligação PSD/CDS/PPM continuasse a governar os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No tempo da mão estendida a economia estava amarrada.

Hoje, com o nosso governo de coligação a economia libertou-se e cresce há 36 meses consecutivos. É assim que deve ser. A economia deve ser o motor da região. Deve criar riqueza e gerar emprego. Não deve o governo interpor-se e fazer-se substituir à iniciativa privada, amordaçando-a.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): No vosso tempo é que era um espetáculo!

O Orador: Estamos comprometidos com esta solução governativa da nossa coligação PSD/CDS/PPM que materializa nos documentos que começamos hoje a debater as principais linhas das nossas opções políticas, pelos Açores mais livres e prósperos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) Deputado Luís Leal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A diversificação da economia é o cimento que necessitamos para fortalecer a resiliência e a competitividade presente e futura da nossa Região.

Os Açores têm potencial já reconhecido em setores como os serviços tecnológicos, energias renováveis, espaço, biotecnologia, serviços relacionados com o clima e investigação científica.

Devemos todos ter a ambição e a determinação de potenciar o desenvolvimento destas e outras áreas de atividade que contribuam para gerar mais riqueza, mais rendimento e consequentemente contribuam para que os açorianos possam ter melhores salários.

Os Açores para alavancar estes novos setores de atividade os têm à sua disposição um volume recorde de fundos comunitários.

Infelizmente, este Governo dos Açores do PSD/CDS/PPM, têm sido uma máquina lenta, burocrática e de difícil acesso para os investidores privados...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... acederem ao novo sistema de incentivos ao investimento privado – CONSTRUIR2030.

O novo sistema de incentivos à competitividade empresarial privada dos Açores ainda não viu a aprovação de um projeto submetido! Nem um!

Preocupa-nos em matéria de competitividade da nossa economia a Recapitalização das Empresas prevista no PRR, apesar da criação do instrumento financeiro “Capital Participativo” – com uma dotação global de 125 Milhões de Euros, mas todos os dias nos chegam as vozes de que é completamente desadequado à nossa realidade.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Todos os dias!

O Orador: ..., de tal forma que a maioria da grande Banca nem se atreveu a credenciar-se para se tornarem intermediários financeiros.

Como referiu o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada: “Tarda (...) uma solução suficiente dos programas de capitalização das empresas, correndo-se o risco de desperdiçar fundos comunitários alocados a esta função”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É quando convém!

O Orador: V. Exas. teimam em apresentar uma proposta de Orçamento com défice zero para 2024, mas o problema é que o fizeram em 2023 e a consequência foi o aumento dos pagamentos em atraso às empresas – que acabam por não receber o valor das suas prestações de serviços e/ou venda de bens na devida altura.

Não basta apregoar humildade e praticar a arrogância política de que está tudo tratado e a culpa é sempre dos outros quando os fundos e os pagamentos tardam a chegar às empresas e às pessoas.

É por isto que esta proposta de Plano e Orçamento, em matéria de competitividade empresarial, não responde aos verdadeiros desafios que consideramos essenciais para o tecido empresarial regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Olivéria Santos do CHEGA, tem a palavra, faça o favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em dezembro de 2022, a Região tinha em Avals prestados a 4 cooperativas da Região mais de 21 milhões de euros, tendo em conta, e, segundo o que sabemos se essas empresas entrarem em incumprimento são os contribuintes açorianos que estarão a pagar esta dívida, como já aconteceu no passado.

Eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário Regional e ao Governo se estão a acompanhar e a fiscalizar as contas destas empresas e, por outro lado, se há, neste momento, risco de incumprimento bancário por parte de alguma destas empresas, destas cooperativas, é que os açorianos é que são os fiadores destas empresas e eles precisam de saber como é que estão essas dívidas. Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa neste momento não tem inscrições. Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Se eu li bem os números no Orçamento de 2024 temos uma previsão de receita de 1 milhão 929 milhões de euros.

Na execução do quarto trimestre, a receita cobrada ficou 1 milhão 422 mil milhões, estamos aqui a falar de uma diferença de 500 mil milhões de receita de 2023 para 2024. A minha pergunta, é exequível este aumento? Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Queria perguntar aqui ao Sr. Vice-Presidente se tem algum plano para desburocratizar a máquina do Estado, portanto, para reduzir, simplificar procedimentos desde as candidaturas até outros procedimentos, que, andamos na rua e o que vemos é que cada vez há mais burocracia e mais complicações. Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Um bom dia a todos, eu hoje acordei com a música do “Sound of Silence”, eu não estou a brincar, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olha o que nós perderíamos deste dia se não soubéssemos isso!

O Orador: ... acordei, andei a assobiar a manhã toda, Sound of Silence”, é o que se tem ouvido aqui.

Eu costumo a dizer que o Espírito Santo ilumina-nos de várias formas.

Bom, mas não foi isso que eu vim para aqui dizer, este “Sound of Silence” eu gostava de falar e começar por falar, mandar uma palavra de apreço aos doentes do hospital HDES do Hospital de Ponta Delgada, estes é que são os primeiros, um muito obrigado aos nossos bombeiros, aos nossos profissionais, a todos os que ajudaram, e, um alerta, que o que ali aconteceu, nunca estamos livres que volta a acontecer, mas isto vamos falar mais à frente.

Eu hoje ouvi aqui uma coisa fascinante e que me deixou perplexo da parte do Bloco de Esquerda falar de economia, mas o que eu achei mais graça é vir falar do hospital, então, a pergunta que eu, que é de retórica, se não tivéssemos um hospital privado, ...

Deputado António Lima (BE): Mas a pergunta é para o Governo ou...

O Orador: ... para onde é que iam os doentes? Os, Srs. que passam a vida a insultar os privados e a saúde privada e aquilo que o CHEGA defende que é a parceria que melhora a vida das pessoas, mas os açorianos já perceberam, os açorianos já perceberam que nós aqui defendemos os doentes, a única coisa que os Srs. aqui defendem é o Estado, o Estado que é um Estado que eu não conheço, é um Estado que só os Srs. é que conhecem

Bom, Sr. Secretário, é muito interessante, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, sabe

porquê? Porque os Srs. nunca sabem o que dizem, insultam os açorianos, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Misericórdia!

O Orador: ... a inteligência dos açorianos para poderem fazer, enfim, um navio enorme que se chama Titanic, e, a prova é esta, eram 2 agora são 1, nós éramos 1 agora somos 5 e é assim que deve ser.

Sr. Secretário, eu ouvi, os Srs. subiram e desceram vertiginosamente e vão continuar.

Eu ouvi-o aqui a dizer uma série de coisas é verdade e fico até bastante satisfeito e ficam os açorianos satisfeitos, uma série de indicadores económicos positivos, sim, Sr., isto é bom, mas nós todos temos consciência e vamos ter sempre consciência que há sempre muito de fazer.

E uma das perguntas que eu tenho para lhe fazer é, se isso está assim tão bonito e tão belo que até parecia que eu estava aqui no país das Maravilhas, é porque é que continuamos a ser a região mais pobre do país? Fale-se na descida do RSI, e, a descida do RSI é, não tínhamos RSI a mais? Tínhamos! Demasiado RSI para aqueles Srs. continuarem a governar. O que é que falta para baixar o RSI? Aqueles Srs. que fizeram um voto de 25 anos do RSI.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor votou a favor. Isto é lindo!

O Orador: Isto é a mesma coisa que fazer um voto por eu ter uma dor de dentes, e, andar-me aí a congratular, ah é tenho uma dor de dentes, uma coisa maravilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma comemoração!

O Orador: Temos nos Açores, temos nos Açores a obrigação de andar a subsidiar, com todas as fraudes que aí há, com todas as fraudes que aí há alimentadas por esta canhota...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Canhota não é termo a ser usado! Ó Sr. Presidente!

O Orador: ... que gosta de as alimentar. É fazer um elogio a uma dor de dentes, é

fazer um elogio a uma doença.

E, finalmente, eu gostava de saber Sr. Secretário e veja bem como é que responde se vamos para o Pico juntos, isso tem que correr bem.

Sr. Secretário, se, isto é tudo tão bom e tão belo e estamos na trajetória certa, o que é que falta mudar para deixarmos de ser a região mais pobre de Portugal?

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O “não passará”, onde é que está? Aqui estão caladinhos!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. e Membros do Governo.

Sendo as questões que foram colocadas vou tentar responder dando nota de que de facto não há avales, mas sim cartas de conforto passadas ao setor cooperativo. Juridicamente é substancialmente diverso, mas em termos práticos das finanças públicas vai ter a mesma consequência, isto é, se houver um incumprimento de uma qualquer cooperativa em relação a estas cartas de conforto, a Região, para não haver um risco de “default” global é uma preocupação grande que nós temos.

Deputado Berto Messias (PS): Na Comissão de Inquérito, o Sr. Deputado Joaquim Machado dizia diferente!

O Orador: E é por isso que monitorizamos com toda a atenção neste momento, há uma situação que nos preocupa e que é seguida dia a dia ou semana a semana e que estamos convictos que vamos conseguir contê-la.

Em relação à Sra. Deputada Hélia Cardoso, a questão do aumento da receita fiscal

de 23 para 24, que estamos a falar de cerca de mais 8,8 % globalmente, e, a questão do aumento das transferências do Orçamento de Estado e também das transferências da União Europeia justificam o crescimento do volume financeiro do Orçamento.

Em relação à questão da burocracia que foi aqui colocada, é uma preocupação que reconhecemos que faz sentido, já nesta Casa tivemos oportunidade de abordar o tema, aligeirar, nomeadamente o processo de licenciamento da indústria, por uma proposta da Iniciativa Liberal, mas é um processo que temos que continuar a conferir e a tentar aliviar esses componentes burocráticas. Agora há aqui burocracias que assumimos que podem ter a ver com a administração regional, mas também há matérias que têm a ver com a administração local, como também há matérias que têm a ver com a administração central, naquilo que é da competência da Região, da administração pública regional, estamos, naturalmente, preocupados e interessados em corrigir aquilo que possa surgir, e, ficamos desde já à disposição para em alguns casos em concreto que possam subsistir, mas genericamente para ajudar a resolver esta situação.

Em relação às questões do crescimento e dos indicadores sociais, em primeiro lugar, é preciso não deixar de sublinhar que os indicadores de pobreza têm novas abordagens e novos critérios.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

O Orador: Em segundo lugar não será de um momento para o outro, Sr. Deputado José Pacheco, que vamos conseguir resolver este problema.

Eu acho que é um motivo de orgulho para todos nós que tenhamos o menor número de programas operacionais dos últimos 10 anos, o menor número de desempregados inscritos dos últimos 15 e que tenhamos o menor número de beneficiários do RSI dos últimos 20 anos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... isto é, tem a ver com as medidas políticas que se tomaram...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... tem a ver com o sucesso destas medidas, mas é evidente, Sras. e Srs. Deputados que não vamos conseguir resolver de um ano para o outro esta situação. Há, aliás, um elemento crucial, estrutural para ajudar a resolver esta situação, tem a ver com a educação e a formação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São matérias matriciais para estruturalmente conseguirmos sair de uma situação que tem dezenas e dezenas de anos a acumular-se de dificuldades em zonas mais ou menos contidas, mas que também se agravam pela estrutura demográfica de algumas ilhas, pela desertificação.

É evidente que não vamos conseguir resolver esta matéria de um ano para o outro, é de forma estrutural, é com a consistência das políticas e é com o resultado concreto das políticas, como já acabei de referir em relação à população ativa, em relação à população empregada, em relação aos programas ocupacionais, há muito trabalho já feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Cortaram o RSI!

O Orador: E é esta consistência que tem que continuar para que um dia, Sras. e Srs. Deputados, a Região possa ter a felicidade de não precisar do RSI para apoiar ninguém, porque as pessoas já conseguem resolver a sua vida e, portanto, esse é um caminho que se vai fazer, como também será um caminho de felicidade...

Deputado José Pacheco (CH): Cortar, cartar e cortar!

O Orador: ... que um dia que não precisemos dos fundos comunitários. Mas nesta

fase ainda precisamos de ajudar muitos dos que precisam, embora o mercado laboral esteja a responder, e, o resultado mais explícito, mais impactante é que, hoje em dia, o problema da economia dos Açores não é o desemprego é a falta de trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): E os salários uma miséria!

Deputado José Pacheco (CH): Quando o RSI é superior aos salários!

O Orador: E isso é muito explicitador daquilo que tem sido o sucesso destas políticas e que tem a ver com a economia privada, mas também tem a ver com administração pública regional, é que a diminuição de trabalhadores em programas ocupacionais na administração pública regional está a ser tendencialmente substituída por contratos efetivos, e, aquilo que pretendemos também na administração pública regional é a prazo ir tendencialmente substituindo programas ocupacionais por contratos efetivos quando se revelem necessidades permanentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se resolve de um dia para o outro, mas quem criticava a precariedade dos programas ocupacionais, pelos vistos não tem uma palavra para elogiar o fim de muita dessa precariedade e de pessoas que estão nos seus trabalhos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado António Lima (BE): 13 anos de programas ocupacionais!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, no que diz respeito à administração pública regional, os programas ocupacionais que estavam na administração pública regional, não estamos a falar da local, que estavam na administração pública

regional, foram integrados através de integrações extraordinárias, outros entraram por concurso e, portanto, é esse o caminho que estamos a fazer com muito sucesso e o sucesso é tal que o problema já não é do desemprego, é da falta de mão de obra hoje em dia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

O Orador: De resto, a economia a crescer é bem exemplificada pelo aumento de 54 % das receitas do IRS, é sinal de que o nosso tecido económico está a responder a criar riqueza e também a pagar impostos, é extraordinário o crescimento de 54% do IRS, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): E a diminuição da taxa!

O Orador: ... apesar da diminuição da taxa, cresce a arrecadação porque a economia está pujante, não está perfeita, há problemas, estamos convictos, estamos conscientes de que há problemas, mas nós apontamos aquilo que queremos resolver, enquanto outros, parecendo que não houve eleições que não houve o povo a pronunciar-se, continuam a achar que está tudo negro, que é tudo uma tragédia, que é tudo uma desgraça e que não há soluções, não há uma palavra de estímulo para os açorianos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Verdade!

O Orador: ... que estão a construir, não há uma palavra de reconhecimento para o Governo, que está a ter sucesso.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: ... Só veem tragédias, só veem a negritude, nomeadamente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro!

O Orador: ... e, o não passarão, de facto, não passaram, não passaram, foram as atoardas que os açorianos...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... no dia das eleições regionais disseram, não passarão, mas o que não passa é o voltar para trás, para a desgraça que os socialistas provocaram.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra pelo Partido Socialista o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado Joaquim Machado, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é uma honra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Três vezes na mesma semana!

O Orador: ...muito rapidamente, lamento que o Sr. Deputado esteja desatento. Quando puder começar, Sr. Presidente, agradecia.

Lamento que o Sr. Deputado esteja desatento...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não estou, não estou!

O Orador: ... está! Está e provarei rapidamente, porque também não é isso que interessa, mas é importante refutar aquilo que referi, taxa de desemprego e muito rapidamente, a taxa de desemprego que é apresentada no cenário macroeconómico do Governo é de 6,5 %, a taxa de desemprego que temos hoje no primeiro trimestre é de 7%. e a taxa de desemprego que o Partido Socialista tinha em 2020 era de 6.2.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ai é?

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Oh, é isso mesmo!...

O Orador: Portanto, o Sr. faltou à verdade quando disse que não havia uma taxa mais baixa.

Segunda nota, Sr. Secretário Regional, o Sr. Secretário Regional procurou aqui falar de uma série de situações que também são relevantes, obviamente, mas não quis falar muito da questão financeira da Região, da situação financeira e nós percebemos porquê, porque a herança do seu trabalho já é penosa...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

O Orador: ..., é penosa e os indicadores são de facto preocupantes.

Basta verificarmos o défice da Região...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em termos de heranças homólogas...

O Orador: ... o défice da Região atingiu proporções alarmantes, em apenas 3 anos, nós atingimos um défice acumulado de 926 milhões de euros. Isso resulta de opções e de uma gestão pouco rigorosa do Governo em que gasta aquilo que não tem e obriga a Região a endividar-se a níveis recordes, isso é factual e não foi desmentido, nem pelo Deputado Joaquim Machado, nem pelo próprio Secretário Regional das Finanças, porque obviamente não vos interessa falar dos factos e que são preocupantes.

Uma segunda nota ao endividamento zero, o Governo perdeu aqui mais uma oportunidade de vir pedir desculpa a este Parlamento e aos açorianos, porque aquilo

que prometeu não conseguiu cumprir, não cumpriu em 2023 e para 2024 preparava-se para fazer exatamente o mesmo, porque em 2023 endividou-se em 140 milhões de euros quando aquilo que estava previsto no Orçamento era de zero e, portanto, incumpriu perante o Parlamento e incumpre também perante os parceiros sociais e basta relembrar aquilo que foi acordado e escrito, assinado pelo Governo Regional, pelo Sr. Presidente do Governo, no acordo de parceria em que o Governo comprometia-se a cumprir o endividamento zero, coisa que não aconteceu, mas sobre isso, nem uma palavra.

Sr. Secretário, porque é que não cumpriu o endividamento zero que foi prometido? Esta era uma das vossas principais bandeiras, mas nem uma palavra sobre isso.

E há também outros aspetos relevantes e que até resultam em preocupações e inquietações e são palavras do próprio Conselho Económico e Social no parecer que apresenta às propostas em discussão, o Conselho Económico e Social fala em modelos de Orçamento e modelos macroeconómicos pouco adequados, diz que não se vislumbra no documento a trajetória do indicador do endividamento do PIB, o indicador fundamental para aferir o cumprimento do estabelecido no acordo de parceria com os parceiros sociais.

Diz também que este documento continua a não ser disponibilizado com a visão clara sobre a trajetória para os rácios do défice sobre o PIB e de dívida sobre o PIB da Região.

Ó Sr. Secretário, perante milhares de euros que o Governo tem gasto em consultoria, não é possível colocar nas propostas em discussão estes indicadores? O que é que o Governo tem medo de demonstrar?

E por último, também aqui uma referência relevante à transformação da dívida comercial em dívida financeira, o Governo coloca em nota de rodapé, nas propostas de Orçamento que vai converter dívida comercial em dívida financeira no valor de 75 milhões de euros, mas é incapaz de colocar nos mapas orçamentais o verdadeiro

impacto dessa transformação, porquê? Porque mais uma vez obrigaria a concluir que nunca existiu endividamento zero nem iria existir e, isso também, sobre isso, o Governo nada diz.

E sobre o PIB, Sr. Secretário, o Sr. Secretário, faz aqui um autoelogio, a Região cresce a níveis elevados, cresce acima da média nacional, mas também isso não é verdade, o próprio cenário macroeconómico que serve de base ao Plano e Orçamento que estamos aqui a discutir apresenta uma taxa de crescimento do PIB inferior à média nacional, apresenta uma taxa de crescimento do PIB inferior àquilo que foi estabelecido e acordado no acordo de parceria e o Governo vem falar em sucesso?

O Governo continua a negar a dura realidade em que nós vivemos. Se é verdade que em 2021 e 2022 houve um crescimento do PIB e que permitiu convergir ligeiramente, as propostas que aqui estão em discussão, não fazem com que a Região vá convergir com a média nacional e com a média europeia, pelo contrário, nós vamos divergir e isso é dito pelo Conselho Económico e Social e por outros economistas que reconhecem, e, o Governo vem aqui falar em autoelogio? Que é um sucesso, mas, onde é que está o sucesso? E há também uma matéria que merece da nossa parte uma referência importante, relativamente aos fundos comunitários, o Governo insiste em inscrever verbas que não são credíveis, coloca 387 milhões de euros de receitas de fundos comunitários quando aquilo que executou em 2023, dados do próprio Governo, foram de apenas 205 milhões de euros.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Apenas?!

O Orador: Ó Sr. Secretário o montante é relevante, mas se analisarmos o contexto global em que a Região tinha 725 milhões de euros do PRR e apenas executou 140, ou melhor, recebeu 140, dá bem nota da fraca capacidade do Governo em aproveitar os recursos que têm disponíveis.

E por último e para terminar uma matéria que obviamente merece aqui a nossa atenção e já o reiteramos várias vezes, a situação do Hospital e do Serviço Regional de Saúde, à data de hoje passaram cerca de 17 dias, caminhamos para a terceira semana após o incêndio e o Governo continua a perder a oportunidade, e, hoje novamente fê-lo, de explicar, de esclarecer e de informar os açorianos e este Parlamento sobre o cenário de reconstrução, de investimento que implica realizar, e, pede a este Parlamento que passe um cheque em branco...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cheque em branco?!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E no Covid, como é que foi? O que é que foi dito no Covid? Foi para gastar tudo o que era necessário!

O Orador: ... e aceite tudo o que o Governo, sim porque é exatamente isso que estamos a falar. Sim! Um cheque em branco, quando passaram 17 dias e o Governo é incapaz de definir um estimativa do valor necessário para reconstruir aquilo que foi afetado pelo incêndio e aquilo que quer para robustecer o Serviço Regional de Saúde, isso não é um cheque em branco?

Alguém acredita que, passados 17 dias, o Governo não tenha pelo menos uma noção, uma estimativa, um cenário, mesmo que seja o cenário mais pessimista do valor necessário para esta reconstrução?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com os senhores quanto mais pessimista, melhor o cenário!

O Orador: E posso-vos dar um exemplo muito claro, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não dê! O senhor não percebe nada de saúde! Isso é um mau exemplo!

O Orador: ... o Furacão Lorenzo ocorreu no dia 2 de outubro de 2019, passados 12 dias o Governo Regional fez uma estimativa de 330 milhões de euros, e, essa estimativa continua a servir de base à discussão do próprio Governo Regional, em

comparação com o HDES, o Governo, passados 17 dias, é incapaz de esclarecer, de informar...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não compare aquilo que não tem comparação!

O Orador: ... e apenas pede aos partidos políticos que passem um cheque em branco e, portanto, também não é aceitável.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é aceitável que o senhor compare aqui que não tem comparação!

O Orador: Não é aceitável exigir que os partidos políticos sejam solidários com o Governo quando o Governo não informa nem esclarece os açorianos. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao 12h00.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estava inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Uma intervenção na sequência das declarações da bancada do Partido Socialista, sobre o Hospital do Divino Espírito Santo.

Mas antes uma breve referência a uma observação que não é correta do Sr. Deputado Carlos Silva, o Sr. não tem razão nenhuma, e, também em matéria de emprego e de desemprego, acho que o PS também se devia conter, vejamos, desde logo pela falta de rigor naquilo que o Sr. tenta fazer uma habilidadezinha, mas eu acho que nem para isso o Sr. tem muito jeito.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Temos que reconhecer que comparados consigo, nós somos nada!

O Orador: Senão vejamos, é que o Sr. compara a taxa de desemprego no último trimestre com as médias dos outros anos, nomeadamente com a média que o Partido Socialista deixou, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas que não seja pela robustez!

O Orador: ... que é uma média de 2020, que é uma média atípica, porque, entre outras coisas, nós tivemos um fenómeno aquilo que parece ser um fenómeno da estatística e o fenómeno social que foi durante a pandemia, quando as pessoas ficaram em casa, o desemprego baixou significativamente a taxa de desemprego, porquê? Uma razão simples é que a taxa de desemprego, sendo uma estimativa, faz-se a partir de um inquérito, uma das condições é a pessoa andar à procura de emprego nos últimos 30 dias, como estávamos obrigados ao confinamento a estar em casa, ninguém tinha procurado desemprego...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Procurar desemprego a gente nunca procura, só o Sr. Deputado!

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Há quem procure desemprego, Sr. Deputado!

O Orador: ... e, portanto, passava a indisponível e não desempregado. Ou seja, vamos ser rigorosos e comparar trimestres, taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2024 – 7 %, taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2020 -7,2 %, taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2019 - 8,4 %, taxa de desemprego

no primeiro trimestre de 2018 - 8,2 %, sempre muito acima, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Acima da média nacional!

O Orador: ..., mas vamos ao emprego, que ainda é mais significativo, nós no primeiro trimestre temos 119 mil açorianos empregados, quantos é que tínhamos no primeiro trimestre de 2019? Menos 8 mil açorianos desempregados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já agora, também quanto a trabalhadores desempregados integrados em programas ocupacionais, no primeiro trimestre, são 1983, no primeiro trimestre de 2019 eram 4291, o Sr. quer comparar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Uma vergonha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... quer comparar o resultado das políticas de emprego do PS com as do Governo da coligação? São incomparáveis, são incomparáveis!

Eu percebo esta desorientação do Partido Socialista que não tendo liderança...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh senhor, eu vou-lhe arranjar uma ficha já hoje! Deixe lá o PS e preocupe-se consigo!

O Orador: ... não sabe bem que caminho há de tomar, aliás isto é muito evidente, isto é muito evidente.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, agradeço muito a sua gentileza de me convidar para o Partido Socialista, significa que seria uma mais-valia, eu estou sempre

disponível para mudar, mas felizmente na minha vida quando tenho mudado tem sido para melhor, não seria o caso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sobre o Hospital do Divino Espírito Santo de facto, o Partido Socialista tem andado aos ziguezagues, a desorientação é muita, numa terça-feira, diz que vota contra, o Sr. Deputado André Franqueira diz que vota contra o Plano e Orçamento...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não disse que vota contra. As palavras são suas!

O Orador: ... no dia seguinte devem ter ouvido tocar as sirenes do bom senso e da prudência que ainda existe no Partido Socialista, rareando, mas ainda existe, e, no dia seguinte tratam de dizer, bom, afinal, está tudo em aberto, passa-se mais uma semana, cá estamos passada mais uma semana desde a terça-feira do voto contra, o Partido Socialista continua sem dizer ao que vai. Mas exige, exige o que não é razoável exigir, nomeadamente a quantificação dos custos, eu já tive oportunidade de dizer, Sr. Deputado Carlos Silva num programa na RTP/Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é razoável!

O Orador: ... em que estivemos juntos, e, eu penso que o Sr. a repetir um erro faz-me lembrar daquelas situações que eu como professor, costumo dizer aos meus alunos, o pior aluno não é o que não sabe nem consegue aprender é o que não quer aprender e é o seu caso!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: Porque é assim a quantificação de prejuízos num hospital não tem nada

mesmo nada a ver com a quantificação de custo...

Deputado Carlos Silva (PS): Fala o professor ou o engenheiro?

O Orador: ... de prejuízos numa estrutura que é só betão como o Porto das Flores, infelizmente.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: O Sr. diz que em 12 dias tinham feito a estimativa, foram muito rápidos, não sei se a estimativa foi bem feita, o que sei é que essa estimativa que os Srs. rapidamente fizeram teve a virtude de rapidamente António Costa dizer que ia pagar uma percentagem sobre esses encargos.

O que é certo, é que, com toda a estabilidade que o Governo da República do Partido Socialista teve, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o atual Primeiro-ministro disse o quê?

O Orador: ... inclusive, uma maioria absolutíssima, não chegou a pagar aquilo que é devido aos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que o Sr. devia vir aqui pedir desculpa, em nome do Partido Socialista, por esse facto e, portanto, nós não embalamos no facilitismo nem no populismo de rapidamente dizer olha são 300 milhões ou são 400...

Deputado Carlos Silva (PS): 17 dias já passaram!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas qual populismo?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É isso mesmo!

O Orador: ... porque pedir não custa. Este Governo vai fazer o levantamento dos custos com todo o rigor, e, volto a repetir o que já disse, para fazer um hospital novo, isto é, repor o que lá estava em termos físicos, ampliar, acrescentar capacidade de resposta, porventura até mais valências médicas, aquelas que o colégio de especialidade considerar que é possível existir na dimensão de um

hospital daquela natureza, e, portanto, não é só quantificar o que foi devastado pelo incêndio, mas é também quantificar o que queremos fazer para futuro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de um hospital que dure por mais 30 anos, portanto, isso é insensato da sua parte, da parte do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): Insensato?! 17 dias

O Orador: Ainda que, no contexto de desorientação que todos nós percebemos, mas eu acho que era altura de o Partido Socialista parar para pensar, eu acho que nem pára nem pensa.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Joaquim Machado eu reitero tudo o que disse e digo mais uma vez, o Sr. não refutou um dado que eu aqui mencionei...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Tantos! Tantos!

O Orador: ... e, portanto, sobre isso não irei perder mais tempo, até porque há matérias mais relevantes para esclarecer.

Sr. Secretário Regional das Finanças, na sua intervenção, disse que a receita do IRS cresceu mais de 54 %.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora a receita do IRS é mais importante que...

O Orador: Disse, disse! Disse isso! E, portanto, Sr. Secretário, agradeço esclarecimento.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): É de IRC.

O Orador: IRS!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, tu disseste, mas enganaste-te.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, a receita de IRS...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já lhe disse que era IRC.

O Orador: ... a receita de IRS cresceu 4%. O Sr. Secretário falou em 54%, é uma pequena...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ele já disse que era IRC, porque é que o Sr. não assume? É um aparte! O Sr. Secretário já lhe disse em aparte que era IRC que queria dizer e o Sr. insiste!

O Orador: Ó Sr. Presidente...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas que disparate é esse agora?! Se o Sr. Secretário quiser desmentir e dizer que foi um lapso, pede a palavra e diz!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disparate é continuar um debate quando sabe que foi um lapso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando ele acabar de falar, o Sr. Secretário diz: ou enganei-me não me enganei, mas o que é isso agora!?

O Orador: Sr. Secretário Regional das Finanças a bem do rigor e se aquilo que referiu estava errado, é importante que esclareça este Parlamento que cometeu um erro que não foi um aumento de 54%, mas um aumento de 4%. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública, faça favor, tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (PS): A gente percebeu essa tentativa!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo.

O Sr. Deputado Carlos Silva certamente percebeu que eu tinha referido o IRS quando queria dizer IRC porque eu estava a falar do tecido económico das empresas, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: ... do desempenho das empresas. E foi nesse contexto que eu referi que tinha havido um aumento da arrecadação de 54% do IRC terei dito erradamente do IRS, mas penso que se intuía facilmente no contexto que eu estava a referir.

Gostaria também de dar 2 ou 3 notas relativamente a questões que aqui foram trazidas. Há uma componente da dívida reportada que não está nas mãos do Governo Regional nem de qualquer governo regional, estamos a falar de factoring sem recurso, que é uma iniciativa tomada pelas empresas e que nós, a Região, qualquer governo não tem capacidades, nem sequer o Parlamento para alterar ou condicionar esse factoring sem recurso. E é isso que acontece algumas vezes, nomeadamente de fornecedores da área da Saúde. Estamos convictos com os 75 milhões de euros deste ano de transformação de dívida comercial em dívida financeira e também eventualmente, no próximo ano, estas situações possam ser substancialmente reduzidas.

Também referir que em relação a esta substituição de dívida financeira a substituir dívida comercial, isto não aumenta as responsabilidades globais da Região, é dívida que já está contraída, em vez de estar nos fornecedores, está na componente financeira.

Em relação à dívida em relação ao PIB é a convicção e objetivo deste Governo continuar a decrescer os valores percentuais da dívida em relação ao PIB, em 2022

seriam de 59,96 em 2023 de 56,92, em 2024 estimamos que seja apenas 55,29.

De resto, só para terminar em relação ao tom e ao conteúdo de algum deste debate, eu continuo a achar, posso estar enganado, mas que não é por puxar sistematicamente os Açores para baixo, por não reconhecer o desempenho das açorianas e dos açorianos, da economia dos Açores, que poderemos dar um ajuda à reflexão e ao debate global.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda para mais de quem falhou sucessivamente neste cenário tenebroso...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Orador: ... que continua a querer pintar os Açores. Quem disse que a Tarifa Açores era impossível...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): E votou contra!

O Orador: ... e era um desastre, foi o Partido Socialista, errou!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem disse que a descida de impostos ia ser trágica foi o Partido Socialista, errou!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem criticou fortemente a reforma das políticas de emprego, que provoca um enorme sucesso que nós temos agora foi o Partido Socialista, errou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Errar, todos nós podemos errar, podemos depois é tentar melhorar, mas não, o Partido Socialista persiste e insiste no mesmo caminho, como se não tivesse havido pronunciamento dos açorianos em relação a isto e como se a realidade não se tivesse encarregado de desmentir a tragédia que o Partido Socialista anunciava. E de novo continuam e pelos vistos, irão continuar, do nosso lado, continuaremos aqui nós a ajudar as açorianas e os açorianos...

Deputado João Vasco Costa (PS): Sim, sim! Alguns...

O Orador: ... a termos mais e melhor emprego, ajudando mais quem precisa e puxando sempre os Açores para cima.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional das Finanças, o Sr. não só errou, como persiste no erro, e,

persiste no erro não apenas naquilo que refere, mas também aquilo que escreve no portal do Governo, no portal do Governo tem, e, passo a citar, relativamente à sua intervenção: “Somos a circunscrição fiscal com os impostos mais baixos de Portugal e ainda assim, com um crescimento de 54% nas receitas do IRS, ...”

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Daqui a 5 minutos isso está resolvido!

O Orador: “... crescimento de 54% nas receitas do IRS, o que demonstra inequivocamente o desempenho da nossa economia”. Ó Sr. Secretário, o Sr. Secretário vem falar em erro, persiste no erro e não o reconhece?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Artur Lima)*: Isso é um erro!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi)*: Ninguém percebe!

O Orador: E depois, Sr. Secretário, vem referir que não é o IRS, está errado, afinal é o IRC, então vamos lá ao IRC.

Relativamente ao IRC, segundo aquilo que o Sr. Secretário escreveu na proposta de Orçamento, estima-se que o valor da receita fiscal ascenda a 63,5 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 0,8 milhões de euros, ou seja, 1,3 %, de 1,3 para 54 vai uma pequena diferença, Sr. Secretário!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: Afinal também não é o IRC. Então qual é o imposto?

O Orador: Não é o IRC, não é o IRS, ...

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: Afinal subiram os dois. Acho que em qualquer caso subiram os dois!

O Orador: ... afinal, qual é o imposto na sua proposta que cresce mais de 50%, Sr. Secretário?

E depois, para concluir, o Sr. Secretário, vem aqui falar em falhar redondamente, falhar sucessivamente, mas o Sr. Secretário é que continua a falhar sucessivamente,

e, agora se percebe porque é que apresentam um défice acumulado em 3 anos de 926 milhões de euros, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Subiram os dois e isso é que os incomoda!

O Orador: ... porque são erros atrás de erros, resultado das vossas políticas e não o reconhecem e continuam a persistir no erro.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sobre a Saúde e o caminho que este Governo e os seus sucessivos Orçamentos têm levado, já referi na intervenção de tribuna, aquela que é a nossa avaliação.

Sr. Secretário Duarte Freitas, Secretário das Finanças, insiste na ideia de que o valor de 75 milhões de euros servirá efetivamente para transformar dívida comercial em dívida financeira, com isto dizendo que os hospitais terão mais capacidade, seria esse o objetivo e era bom que fosse, para conseguir fazer face às suas obrigações, para fazer investimento, para fazer modernização.

Ora aquilo que o Sr. Secretário querera dizer é que no fim do ano, os hospitais terão um resultado positivo de 75 milhões de euros, se isso acontecesse, ora, infelizmente isso não vai acontecer, aliás, como demonstrei e não foi refutado com os números que este Orçamento traz, mas gostaria de nesta intervenção referir 2 aspetos. Foi aqui referido por diversas vezes as questões da precariedade, as questões também sociais, e, nesta intervenção, que é de carácter geral, não posso deixar de abordar.

Em primeiro lugar vem agora o Governo, como veio em 2023 dizer que agora é resolver os problemas dos contratos COVID no Serviço Regional de Saúde, quando foi este Governo e a maioria que o suporta que apelidaram de demagógica e populista a proposta do Bloco de Esquerda...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Na altura era!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Na altura era!

O Orador: ... para fazer essa integração, em 2022, quando há praticamente 2 anos este assunto podia ter estado resolvido.

Demagógica e populista é efetivamente essa postura que tiveram nesse debate e que rejeitaram por duplo empate essa proposta justa, mas a precariedade na administração pública não se resume aos hospitais e às unidades de saúde de ilha, infelizmente eu tive conhecimento há muito pouco tempo de trabalhadores, um deles há 13 anos em programas ocupacionais, 13 anos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso quer dizer que há 3 anos ele já estava há 10!

O Orador: ... esse há 13, outros há 4, há 5...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): 1!

O Orador: ... há 3, há 2. Bem, o Governo entrou com toda a força a dizer que ia resolver esse problema, integrou sem dúvida, em 2021 muitos trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais, mas não só deixei de fora muitos, como esses comprovam porque têm contratos...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, mas integrou!

O Orador: ... há muito mais tempo do que 2021, muito atrás, mas também continuou a adotar exatamente a mesma política.

Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Quem foi que alterou a legislação?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Essa é que é a resposta

O Orador: Não se chamam Prosas ou Recuperar, chama-se Estagiar+, é o que se vê mais por todo lado, Estagiar+, são estagiários com 40 ou com 50, com 60 anos de idade, estão a estagiar nas escolas da Região. É essa a mesma política que tanto criticavam que diziam que iam resolver, afinal é exatamente a mesma coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Mas também falamos de pobreza, bem, eu fico estupefato quando o Governo se congratula com o aumento do PIB, o aumento do emprego, mas depois ao mesmo tempo, nós temos a Região com os indicadores sociais mais graves do país, a pobreza, aliás, até confirmada por um estudo da Universidade Nova recente, pobreza nos Açores aumentou nos últimos anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mentira!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É mentira, é!

O Orador: O RSI diminuiu, é verdade, mas o que isto significa é que temos cada vez mais pessoas desprotegidas, sem apoio e é por isso que esse Orçamento não dá resposta a elas.

Há muita gente que está exatamente em risco de pobreza e não tem qualquer apoio, um em cada 10 açorianos, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Reafirma, foi o que ele disse!

O Orador: ... está em situação de privação material severa, um em cada 10, e, isso é que devia-vos preocupar e este Orçamento não tem respostas para eles.

Salários, quem trabalha, quem recebe o salário mínimo...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Onde é que estão?

O Orador: ... hoje nos Açores é pobre, não consegue fazer face às suas despesas, não consegue e esse Orçamento o que é que lhes diz? Nada, aliás, a grande política

fiscal...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): É estratégia!

O Orador: ... desse Governo que retirou receita à Região...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): A receita aumentou!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): O senhor sabe mais do que isso que está a dizer!

O Orador: ... que é necessária para investir no Serviço Regional de Saúde foi baixar os impostos a quem mais ganha, a quem não precisa, a quem tem lucros, o IRC a grandes empresas, muitas delas que fazem a sua atividade cá, mas têm sede fora, mas pagam impostos cá...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Nós estamos na estratégia certa!

O Orador: ... foi reduzir essa receita dando borlas fiscais a quem não precisa de as ter, para quê? E ao mesmo tempo quem recebe 800, 700, o salário mínimo não recebe um cêntimo, não teve um cêntimo dessa reforma fiscal. Quem menos recebe ficou exatamente na mesma. Por isso essa política injusta está a levar efetivamente os Açores para um caminho sem retorno.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e restantes Membros do Governo.

O Partido Socialista, quer na Região quer na República, tem património do qual se orgulha na valorização e no respeito pelo aumento das condições do trabalho...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Um partido rico, por acaso!

O Orador: ... dos funcionários da administração pública e dos trabalhadores em geral.

Vemos, por isso com bons olhos e saudamos o Sr. Secretário das Finanças, saudamos...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Vai lá!

O Orador: ...as políticas que os Srs. adotam no sentido de valorizar e recuperar e engrandecer, robustecer a capacidade dos nossos trabalhadores e da administração pública em concreto.

Temos, é pena que os Srs. quando dão um passo bem, logo a seguir dão dois mal e isso designadamente, isso acontece quando? Os Srs., e bem, reposicionam carreiras, mas depois tardam a efetuar o pagamento dos retroativos e a pagar as avaliações feitas anteriormente, essa parte, já está mal...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor chumbou o orçamento!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas chumbou o Orçamento! Agora começa a fazer sentido: os senhores chumbaram o Orçamento para poderem ter esse discurso!

O Orador: ... ninguém chumbou o Orçamento, os Srs. é que não se souberam organizar ao ponto de saber negociar com os vossos parceiros de coligação a melhor forma de chegar a um a um Orçamento aprovado e, portanto, nós mantivemos a coerência que mantemos e que temos mantido. Os Srs. apresentam documentos que não têm credibilidade que não interessa nem valorizam a vida dos açorianos, portanto, não podem contar connosco para isso, não tiveram capacidade para o fazer, esse foi um problema vosso e não do Partido Socialista.

E, portanto, ia dizendo que não valorizam isso, mas pior os Srs., não se coíbem de invocar razões...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está no Orçamento!

O Orador: ... de contenção nas despesas, designadamente, na nossa opinião, ferindo de morte a coesão regional quando acabam com o transporte marítimo de passageiros entre ilhas, isto deixando umas ilhas por fora em detrimento de outras, é um argumento que para nós não procede porque consideramos isso a coesão como

sendo um investimento e não uma despesa, mas depois já não se preocupam com as despesas, designadamente com pessoal, vamos a ver e os Srs. têm: nomeações de assessores que nunca mais acaba, só em assessores técnicos ou em técnicos superiores especialistas até hoje os Srs. nomearam 33.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Oh!

O Orador: Com isso, os Srs. por mês pagam, custam aos açorianos 102 mil 279 euros e 27 cêntimos, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Tem a certeza de que são 27 cêntimos?

O Orador: ... o que representa ao fim de 1 ano, 1 milhão 431 mil 909 euros e 78 cêntimos.

Ó Sr. Secretário, o Sr. há bocadinho disse, e, nós congratulamo-nos com essas medidas, que estava a adotar medidas que abrangiam 1500 trabalhadores com essas medidas que ia tomar tinha um encargo financeiro de 4 milhões e meio de euros, Sr. Secretário, com 33 pessoas, o Sr. aumenta em 1 milhão e meio as despesas da Região e, portanto, essa situação devia obrigar que aquilo que os Srs. dizem tivesse respaldo e coerência com aquilo que efetivamente fazem e não é o que está a acontecer. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, para dar nota de que farei chegar a V. Exa. uma cópia do relatório do Instituto de Emprego e Formação Profissional, publicada esta manhã, que dá

conta de que o desemprego registado no país subiu em abril 7,8% e nos Açores baixou 13,2%. Vou entregar-lhe e peço que distribua à Câmara. Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra para participar no debate, a Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

Deputado José Pacheco (CH): Arranca, “Vila Franca”!

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente.

De facto, não era para intervir neste debate, ...

Deputado José Pacheco (CH): Nenhum de nós!

A Oradora: ..., mas depois da intervenção do Sr. Deputado João Vasco Costa, que diz que este Governo dá uma coisa com uma mão e depois dá dois passos ao lado, o Sr. até começou, para trás ou para o lado, o Sr. até começou com um elogio às medidas deste Governo para valorização das carreiras na administração pública regional...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Os senhores votaram contra, é preciso que se diga!

A Oradora: ... e valorização dos trabalhadores da administração pública regional, e, eu confesso que até fiquei com alguma esperança de que finalmente o seu discurso fosse coerente e de forma que pudesse constatar factualmente que este Governo é o Governo que instituiu a modernização na administração pública, o rejuvenescimento da administração pública, mas principalmente a justiça aos trabalhadores da administração pública regional.

Voices de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E eu até percebo a estranheza do Partido Socialista com tanta medida inscrita e bem pensada e já escalonada no Orçamento para 2024, porque o Partido Socialista estava habituado desde 2009 a um puro congelamento de carreiras...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem! Bem lembrado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado António Lima (BE): Para isso é preciso pagar!

A Oradora: ... a não dar respostas às pessoas e muito menos encontrar soluções para as carreiras das pessoas e para a valorização não só de sectores, mas de cada indivíduo, para que possa dar o melhor de si no seu local de trabalho e para que se sintam bem onde trabalham.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Depois, Sr. Deputado João Vasco Costa, não se pode valorizar indivíduos e pessoas e carreiras sem haver aumento de despesa, a grande diferença é que, neste momento os contratos foram celebrados e obviamente tem que se pagar um salário condigno às pessoas.

Obviamente, quando os contratos são celebrados e quando a precariedade começa a deixar de existir, a despesa salarial naturalmente tem que aumentar e custa-me muito que o Sr. não entenda isto.

Depois, o Partido Socialista, já no início deste debate, e, ainda só estamos aqui há uma manhã, mostra-nos mesmo que bom é fazer jus à palavra popular que diz que o Partido Socialista é mesmo um atraso de vida e mais 6 meses, bom era atrasar ainda mais 6 meses a progressão...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... destes trabalhadores, Sr. Deputado João Vasco Costa e todas as medidas que estão plasmadas neste Orçamento para a administração pública regional. 30%, o aumento de 30% da remuneração complementar desde 2020 e Orçamento após Orçamento consecutivamente ser aumentado em 5%, é uma boa notícia...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Mas que o PS chumbou!

A Oradora: ... para os trabalhadores da administração pública regional, O fim das quotas no SIADAPRA é uma boa notícia para os trabalhadores da administração pública regional, descer de 10 para 6 pontos para conseguir progredir na carreira é uma boa notícia para a administração pública regional.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas que o PS está contra!

A Oradora: Mas eu sei que o Sr. e o Partido Socialista preferiam sempre que os trabalhadores da administração pública regional levassem mais de 100 anos a progredir na carreira para ficarem sempre dependentes e à vossa vontade. Obrigada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

E, obrigado, Sra. Deputada Sabrina Furtado por falar sobre o SIADAPRA e das quotas da avaliação que é iniciativa do PAN, mas, e, falando também usando...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não votou sozinho!

O Orador: ... eu gosto dessa bandeira, foi uma bandeira bastante difícil de conseguir e conseguimos, por isso tenho todo o gosto de dizer que é do PAN...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E bem.

O Orador: ..., obviamente, porque o trabalho foi do PAN.

Mas estamos a falar da administração pública e tudo é rosas, eu falo sobre a regularização do pessoal, neste caso, a regularização e integração nos quadros regionais da ilha, que, o PS outrora tinha, intercalava entre anos, houve anos que até eram seguidos, o PSD, depois de ser Governo em 2020, fez em 2021 porque foi um “copy/paste” do Orçamento do PS, mas a partir daí nunca mais inseriu. Sr. Secretário, não vai querer inserir este ano para a regularização do pessoal? Eu posso-lhe ajudar porque eu já tenho essa proposta de alteração, pelo menos seria uma boa indicação se a coligação votasse favoravelmente essa integração no ORA, para regularização do pessoal, porque os Srs. nunca inseriram. Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo

Há uma questão que foi colocada aqui, que eu gostaria de fazê-la de outra forma, porque ela não foi respondida. O Sr. Secretário das Finanças na intervenção que fez da tribuna, afirmou, está escrito, está reproduzido, disse-o aqui e consta da intervenção que foi tornada pública, que há um crescimento de 53 ou 54% na receita fiscal do IRS, e, a questão não é só esta, é atestar isso como um bom sintoma da nossa economia.

Já percebemos que não é o IRS, mas também já percebemos que não é o IRC.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Está corrigido!

O Orador: Porque também aí não há qualquer crescimento de receita fiscal.

E eu tinha duas questões para colocar ao Sr. Secretário.

A primeira é, se há algum imposto cuja receita fiscal cresça, aquilo que o Sr. Secretário erradamente disse que crescia, a receita fiscal do IRS? E em segundo lugar, na proposta de Orçamento que está apresentada, a receita que mais cresce em termos percentuais são as receitas do imposto sobre o tabaco, e, isso eu gostava de perceber um bocadinho melhor esta situação, é certo que há um agravamento da taxa na Lei do Orçamento de Estado de 2024, mas, o Governo espera que haja também um aumento do consumo privado, e, isso contraria tudo aquilo que tem sido o esforço e a intenção nesta matéria, tendo em conta os prejuízos que isso acarreta para a saúde pública. E eu gostaria que o Sr. Secretário, se fosse possível, nos explicasse melhor esta questão da expectativa do Governo em função do aumento do consumo privado. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional.

Muito rapidamente, esta intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro é uma cortina de fumo lançada sobre o debate que nós estamos a fazer.

Em qualquer circunstância com lapso ou não do Sr. Secretário Regional, falar quanto à percentagem do crescimento do IRC e do IRS há uma coisa que é inegável é que as receitas desses dois componentes da fiscalidade cresceram apesar de nós

termos baixado o IRS aos contribuintes e o IRC às empresas, isso é inegável!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os Srs. foram contra, disseram que era um erro e o resultado desmente o Partido Socialista.

Mas é uma cortina de fumo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre aquilo que é a desorientação em que o Sr. deixa o seu partido.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Outra vez...

O Orador: É que o Sr. deixa o seu partido órfão de liderança, desorientado por completo, nomeadamente sobre aquilo que neste momento nos devia juntar a todos, mobilizar, que é criar as condições orçamentais, as condições legais para que o Governo possa avançar com a recuperação do Hospital do Divino Espírito Santo e, depois disso, com a sua ampliação e modernização. E sobre isso o Sr. também não disse nada, não disse uma palavra de elogio à atuação do Governo nem sequer manifestou solidariedade, a única coisa que fez foi por o seu partido a dar uma cambalhota de terça para quarta-feira de um voto contra para uma coisa que está em aberto, mas ainda hoje estamos à espera de ver se o Sr. vai ou não viabilizar convictamente, apoiando este Orçamento para que o Hospital de Ponta Delgada, possa renascer das cinzas que ali ficaram no dia 4 de maio.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Mas o Orçamento é só sobre o hospital?

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Joaquim Machado, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer-lhe a sua intervenção, porque a sua intervenção permite-me falar a propósito de cortinas de fumo, e, por paradoxal que pareça torna particularmente clara uma outra cortina de fumo que se está a tentar lançar sobre este Plano e este Orçamento, que é o aproveitamento político inqualificável que aquele Governo e os Srs. estão a fazer...

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso mesmo!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

O Orador: ... com o acidente e a desgraça que se abateu sobre o Hospital de Ponta Delgada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O aproveitamento político inqualificável que aquele Governo e os Srs. estão a fazer da desgraça que se abateu sobre o hospital de Ponta Delgada, os Srs. querem transformar...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

O senhor não acredita naquilo que está a dizer!

O Orador: Os Srs. querem transformar este Plano e este Orçamento na discussão da recuperação do Hospital de Ponta Delgada.

A recuperação do Hospital de Ponta Delgada é muito importante, é essencial para a saúde dos açorianos, mas a recuperação do Hospital de Ponta Delgada não esgota...

Deputado Flávio Soares (PSD): E o furacão Lourenço?! Até para as Flores o senhor foi!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mas foi o senhor que abriu o debate com isso!

O Orador: ... aquilo que está em discussão neste Plano e neste Orçamento, está muito mais em discussão e aquilo que os Srs. estão a fazer, e, fizeram desde a primeira hora, é sob um manto de opacidade e de falta de transparência, querer colocar os partidos que estão representados nesta Casa perante a seguinte escolha: se os Srs. votarem a favor do Plano são a favor da recuperação do Hospital de Ponta Delgada, se os Srs. não votarem a favor do Plano, não são a favor da recuperação do Hospital de Ponta Delgada,...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é mentira!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que imaginação!

O Orador: ... e, isso é um aproveitamento político da desgraça que aconteceu no Hospital de Ponta Delgada, que pode e deve ser denunciado nesta Casa e perante todos os açorianos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Se os Srs. estão interessados em ter da parte dos partidos representados nesta Assembleia, a colaboração apregoada, a solidariedade reclamada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E agora fala pelos outros!

O Orador: ... e tantas outras coisas, não, eu falo por mim, cada um falará por si.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sei se ainda fala pelo PS!

O Orador: Falo por mim e pelo Partido Socialista, se estão interessados nisso, desafio o Sr. Presidente do Governo em esta tarde reunir com todos os partidos e dizer assim: Srs. nós não temos valores exatos, aquilo que é estimado é...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O drama!

O Orador: ..., e não é apenas a recuperação do Hospital de Ponta Delgada, porque, obviamente, mandar doentes para a CUF 10 dias ou depois de 10 dias tem custo, toda a operação tem custos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Claro! E todos os dias isso é atualizado!

O Orador: Tudo isso vai ser pago, e, portanto, nós bem sabemos que não é apenas a questão da recuperação dos estragos do Hospital, é muito mais, mas se os Srs. querem a solidariedade dos partidos desta Casa, a começar pelo Partido Socialista, desafio, reúna esta tarde com todos os partidos e explique a situação não se mete em copas, que é aquilo que o Sr. tem feito até agora, arvorando apenas...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... arvorando apenas com a questão do acidente e da desgraça que houve.

Segundo aspeto, o Sr. Deputado Joaquim Machado quer uma palavra de elogio ao Governo...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Solidariedade, só!

O Orador: ... elogio ao Governo pela atuação feita, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em várias circunstâncias, teve já oportunidade de saudar, reconhecer e elogiar a atuação de todos os que estavam envolvidos, mas isso não

basta ao Sr. Deputado Joaquim Machado, nem basta a todos aqueles que ao longo destes dias têm dito, não, não, nós necessitamos da solidariedade, nós necessitamos do reconhecimento, Ó Srs. Deputados, a solidariedade, não sei em relação aos outros partidos, mas do Partido Socialista, a solidariedade e a responsabilidade que este partido tem é para com os açorianos, não é para com o PSD, nem é para com o Governo, é para com os açorianos, porque foram os açorianos que nos elegeram a por aqui. Terceira questão, Sr. Deputado Joaquim Machado, o Sr. Deputado quer aproveitar algo que não é aproveitável, primeiro, o Partido Socialista não anunciou sentido de voto nenhum.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ah, não! Os jornalistas é que se enganaram a dar a notícia!

O Orador: Aquilo que o Partido Socialista fez foi apontar falhas que existiam nesses documentos e que, pelos vistos, não é apenas o Partido Socialista que as aponta, a começar por parceiros sociais que também o fazem.

Mas em segundo lugar, Sr. Deputado Joaquim Machado, há coisas que em determinadas situações não se fazem, por muito difícil que seja este conceito para V. Exa., há coisas que em determinadas situações não se fazem. O Sr. ouviu o Partido Socialista ou alguns dos Deputados do Partido Socialista dizer: o Governo já anunciou um Hospital de Campanha, o Governo já anunciou um Hospital Modular, depois já não era um Hospital de Campanha, o Sr. ouviu algum Deputado do Partido Socialista, dizer isto, em relação a esta atuação do Governo?

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós ouvimos foi dizer que estava em causa a saúde dos açorianos!

O Orador: Não! Não ouviu! Porque há coisas que em determinadas circunstâncias não se fazem, e, eu tenho pena, Sr. Deputado Joaquim Machado, que V. Exa.,

depois de tantos anos de experiência política, ainda não tenha percebido isso. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membros do Governo Regional.

Muito rapidamente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aproveitou a ocasião para fazer a última afirmação de uma liderança que já não tem no Partido Socialista, dizendo, que aqui ainda sou eu em nome do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não percebe! O senhor não percebe o que está dizendo!

Deputado José Ávila (PS): Fica-lhe tão mal!

O Orador: E confessou também o problema do Partido Socialista, que é indesmentível, que é, na terça-feira, três dias depois do incêndio no Hospital de Ponta Delgada, disse que votava contra o Plano, no dia seguinte, diz que, afinal, está tudo em aberto, mas passado mais uma semana sobre essa terça-feira, continuamos sem saber aquele que será o sentido de voto do Partido Socialista.

Mas, Sr. Deputado, o aproveitamento político, e, era isto que motivou a minha intervenção, o aproveitamento político não é do Governo Regional, não é dos partidos da coligação, sabe de quem é?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É seu e do Governo!

O Orador: É do Partido Socialista. Sabe quantas reuniões o Partido Socialista andou a fazer por estas ilhas depois do incêndio com unidades de saúde?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: Para quê? Para lançar o pânico entre os açorianos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é falso!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Exatamente! É verdade, sim, senhora! É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... para levantar a suspeita de que o Serviço Regional de Saúde não vai dar resposta cabal a cada uma das nossas ilhas, foi para isso que os deputados do Partido Socialista à última da hora depois do Plano e do Orçamento estarem entregues há muito tempo nesta Casa, andaram a reunir depois de já ter ouvido os Membros do Governo Regional, andaram a reunir com as administrações dos conselhos das unidades de saúde de ilha e mais do que isso, até reclamando, ...

Deputada Marta Matos (PS): Como fazemos todos os anos!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Todos os anos diz que estão em causa os cuidados de saúde!

O Orador: ... até reclamando que naquela ilha X ou Y como fez, por exemplo, o Sr. Deputado José Ávila não podiam os graciosenses ficar prejudicados pelo investimento que é necessário fazer em Ponta Delgada...

Deputado José Ávila (PS): Não foi nada disso! O senhor está a mentir!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é manipulação e desespero!

O Orador: ... numa insinuação bairrista em tudo inqualificável e, portanto, este é o tempo de estarmos juntos e repito...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Manipulação e desespero é aquilo que é!

O Orador: ... de mais uma vez, a parte tirar partido pelo todo.

Quem fez aproveitamento político foi o Partido Socialista, que até, permitam-me que diga, até também não deu um contributo muito bom para aquilo que é a imagem da Região relativamente à captação de fluxos turísticos, nesta matéria, que também tem a sua influência.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quem fez aproveitamento e faz aproveitamento político desta matéria não é coligação, nem o Governo que estão a trabalhar para isso, o Partido Socialista.

Ao menos pelo tempo que ainda tem de liderança, ponha alguma serenidade no seu partido porque a desorientação é muito grande e os Srs. só dão prova de não estarem à altura de ajudar aquilo que é um problema grave que a Região tem entre mãos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vasco Cordeiro para defesa da honra, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Joaquim Machado, na sua intervenção, acusou-me a mim e ao Partido Socialista de lançar o pânico ou de pretender lançar o pânico nos açorianos a propósito desta questão da desgraça que se abateu sobre o Hospital de Ponta Delgada e das implicações que isso tem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso ofendeu-o?

O Orador: ... e das implicações que isso tem, eu não preciso de justificar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E aproveitamento político?

O Orador: ... a utilização desta figura regimental.

Em relação a esta matéria, gostava de dizer o seguinte, eu repudio e rejeito...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não precisa de justificar!

O Orador: ... por completo, repudio e rejeito por completo esta acusação torpe e demagógica...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é, não!

O Orador: ... torpe e demagógica, era só o que mais faltava, se os Deputados do Partido Socialista e já agora, se não é abuso da minha parte, qualquer Deputado desta Assembleia, tivesse que ficar quietinho e caladinho, conforme já referiu o Sr. Deputado Berto Messias no escrito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exato, faltam os escritos!

O Orador: Quietinho e caladinho que era para não perturbar, não, não é assim que se faz, não é assim que se faz, não foi assim que se fez nas desgraças que eu, como Presidente do Governo tive que enfrentar, e, não é assim que se faz quando se quer verdadeiramente construir um clima de solidariedade e de responsabilidade de todos para com o Governo,...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Vamos falar de desgraças!

O Orador: ... que é o Governo da Região que enfrenta esse desafio, e, portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, acusações de lançar pânico, os valores que V. Exa. considera serem atacados pelas reuniões, que os Deputados do PS fizeram, dão bem nota da forma como V. Exa. entende o exercício do poder por parte do Governo e o exercício do poder por parte do partido em que se integra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: E termino, renovando o desafio ao Sr. Presidente do Governo para que esta tarde reúna com todos os partidos políticos desta Casa, coisa que não fez até este momento, coisa que não comunicou até este momento, que explique a situação, se quer a solidariedade e a responsabilidade de todos. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, para dar explicações, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Srs. Deputados.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu reafirmo aquilo que disse, o Partido Socialista só fez as reuniões que fez com as administrações das unidades de saúde da ilha e com a administração do Hospital de Ponta Delgada, num momento em que aquela administração devia usar o seu tempo todo disponível para gerir esta difícil situação...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... foi interrompido pela visita de V. Exa.

Deputado Berto Messias (PS): Como é que é possível?! Isso diz tudo dos senhores!

O Orador: E, portanto, mas isso só prova o aproveitamento político que o Partido Socialista tentou fazer, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): que horror!

O Orador: ... insinuando dificuldades acrescidas para o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas com isso...

Deputado Berto Messias (PS): Essa afirmação diz tudo!

Deputado António Lima (BE): Que tristeza!

O Orador: ... o Sr. não ofendeu a bancada do PSD nem me ofendeu, eu acho que ofendeu a honra de todos os açorianos, particularmente, a honra dos funcionários do Serviço Regional de Saúde, a dignidade dos doentes, sobretudo aqueles que tiveram de ser deslocados.

Mas também provou mais uma coisa, a desorientação do Partido Socialista é tanta, que o Sr. com a indicação de voto que foi dada na abertura das vossas jornadas, estragou aquilo que hoje, por mais que queira fazer, não consegue consertar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional das Finanças, gostaria que me respondesse à minha pergunta relativamente à regularização do pessoal que não respondeu, ficava-lhe bem se conseguisse responder, obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra

Deputado Berto Messias (PS): E não respondeu ao PS!

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Aproveito para dar nota de que as correções que me foram solicitadas, e bem, e agradeço, já foram feitas.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves coloca, não está previsto mais um regularização extraordinária, por duas razões, em primeiro lugar, porque as regularizações sendo extraordinárias não se devem tornar ordinárias, em segundo lugar porque os próprios sindicatos entendem que o ingresso na função pública deve ser pelo procedimento concursal, mas podia acrescentar aí mais uma questão, como nós estamos a trabalhar em tendencialmente fazer corresponder necessidades permanentes ou contratos efetivos e substituindo os programas ocupacionais, é um processo que está a caminho e a melhorar cada ano que passa.

Mesmo só a terminar em relação a outra questão que foi colocada em relação aos impostos do tabaco, de facto, 13,9 é o que está previsto no Orçamento Regional, que é inferior ao que está previsto no Orçamento de Estado, que é 14,7.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que me interessa saber é o consumo privado. Qual é a expectativa?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Pergunto se há mais inscrições? Bom, não havendo mais intervenções, não vamos passar para a próxima área governativa, porque o tempo urge, vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço e regressamos às 15h00.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, avançando para a próxima área governativa, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional faça favor, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Regressamos à Casa da Democracia Açoriana para debater as propostas de Plano e Orçamento para 2024, que, como sabem, já podiam estar em vigor há largos meses, não fosse a crise política iniciada em novembro passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos manifestaram a sua vontade nas urnas e aderiram maioritariamente ao projeto político da coligação e, assim, ao seu Programa e às políticas que vinham sendo implementadas.

O Orçamento para 2024 é, pois, um orçamento de continuidade, apostado na consolidação das medidas, das reformas e das linhas de ação política.

Com o enfoque nas pessoas, o Governo dos Açores, com esta proposta orçamental, está pronto a arregaçar as mangas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Porque há uma necessidade imediata em recuperar o tempo perdido. Há uma necessidade imediata em pôr a administração pública e a sociedade a funcionar normalmente de novo.

Há uma necessidade imediata em acabar com a dúvida, com a incerteza e com o atraso resultantes da ausência de orçamento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

O Orador: Há uma necessidade imediata em colocar em segundo plano interesses partidários e dar primazia à estabilidade governativa que os Açores precisam.

Aderimos, por isso, e sem hesitar, a uma postura construtiva, dialogante e responsável em nome da boa governação das nossas ilhas, os Açores precisam de nós e nós respondemos: sim! Cá estamos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, queremos ir mais longe na ciência, na inovação e no desenvolvimento, isto é, no futuro.

É por reconhecermos o papel central que a ciência assume para o progresso económico da nossa Região, que aumentamos o investimento neste setor em 2024. Investimento que se reflete na contínua valorização da nossa universidade.

Assim, apoiaremos o desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores em 950 mil euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Esta verba evidencia que nunca se foi tão longe na consolidação do funcionamento tripartido da academia que é de todos os açorianos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Este investimento realça um compromisso sólido com a atividade e a expansão dos Parques de Ciência e Tecnologia de São Miguel e da Terceira.

A crescente procura pelos nossos Parques de Ciência e Tecnologia mobiliza-nos a investir mais na sua expansão para que possam consolidar-se como polos de conhecimento, investigação e fixação de pessoas.

Nesse sentido, iremos investir 1,5 milhões de euros na ampliação do edifício do TERINOV e dotaremos o NONAGON de capacidades na área da computação avançada, investindo 500 mil euros.

Já no próximo mês de junho, iremos inaugurar o Lote 32 do NONAGON, onde funcionará o Centro Empresarial de Tecnologias de Informação e Comunicação para acolher mais organizações empresariais inovadoras, num investimento global de mais de oito milhões de euros.

Este Plano e Orçamento inclui ainda três milhões de euros para cofinanciar projetos científicos e de desenvolvimento tecnológico ao abrigo do Programa Açores 2030 e alinhados com a Estratégia de Especialização Inteligente, mais conhecida por RIS3, cujos avisos de abertura serão publicados brevemente.

Será aberto um concurso para pagamento de propinas a alunos de doutoramento residentes na Região e que estejam inseridos no mercado de trabalho, num investimento de cerca 150 mil euros anuais durante quatro anos.

Este concurso possibilita, pela primeira vez, que alunos residentes nos Açores possam aceder a cursos de doutoramento em todo o território nacional.

Este ano de 2024 ficará ainda marcado pelo lançamento de uma estratégia mais ampla para atrair investimento e fortalecer a economia regional.

Vamos investir cerca de 900 mil euros para alavancar a Agenda Global para o Investimento e Inovação Regional (AGIR), um plano de ação que servirá para fomentar o desenvolvimento regional através da cooperação económica e do investimento externo.

Estamos, assim, a dar passos estruturantes para garantir um futuro próspero e sustentável nas nossas ilhas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Também queremos ir mais longe nas comunicações, cibersegurança e transição digital, pilares essenciais para o desenvolvimento socioeconómico da Região e para a segurança da população.

No âmbito das comunicações, os nossos objetivos são muito claros:

- Levar a fibra ótica a todas as freguesias e concelhos;
- Assegurar que a substituição do atual anel CAM, de cabos submarinos, ocorra sem mais atrasos;

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: - Revindicar celeridade à República para iniciar o processo de substituição do anel de cabos submarinos interilhas;

- Melhorar as condições da cobertura das comunicações móveis nos Açores através do processo de implementação da tecnologia 5G.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Nos Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte vamos dar início ao Projeto Mobile.Gov, inscrito no PRR Açores.

Depois da centralização em dois ‘datacenters’ destas infraestruturas, que antes estavam dispersas por 129 salas técnicas, agora, com o projeto Mobile.Gov vamos centralizar as necessidades de processamento de todos os postos de trabalho da administração pública, facilitando a gestão e o trabalho dos utilizadores e a melhoria de condições de segurança, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: ... eficiência, competência demonstrada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, por falar em cibersegurança, entre junho de 2023 e até final de março, o nosso SOC – Security Operations Center evitou 13.672 incidentes, dos quais 214 de severidade crítica e 1.004 tentativas de intrusão. E porque queremos estender a nossa ação no âmbito da cibersegurança também às nossas empresas e aos nossos municípios, vamos agora instalar o Centro de Competências de Cibersegurança dos Açores, um projeto totalmente suportado pelo PRR Nacional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sistema de Incentivos à Modernização Administrativa (SIMA) será alargado às entidades do poder local, para, deste modo, servir com mais eficiência e transparência os cidadãos e as empresas.

A transição digital é um meio para alcançarmos a melhoria constante na prestação dos serviços públicos. Estamos, por isso, com celeridade, a ir mais longe e a inovar nestas matérias.

Queremos aprofundar a cooperação externa e a relação com as instituições europeias.

Para tal, aumentámos em 38% as verbas destinadas a estas áreas de atuação, que passam de 442 mil euros para 610 mil euros.

Nos diferentes fóruns internacionais, assumiremos convictamente as nossas posições de princípio em defesa dos Açores, enquanto Região Ultraperiférica (RUP) europeia que necessita de ver reforçada a componente da Coesão para

ultrapassar constrangimentos crónicos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: É o que faremos com a nossa participação nos órgãos de cooperação inter-regional como o Congresso dos Poderes Locais, a Conferência dos Presidentes das RUP, o Comité das Regiões e a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa.

A 3 e 4 de julho está prevista a realização da 22.^a Sessão Plenária da OCDE na ilha Terceira, um importante evento que discutirá a temática da bioeconomia e a criação de valor sustentável a partir de ativos naturais.

Ainda neste âmbito, continuaremos a estimular a formação de jovens açorianos através da atribuição da Bolsa de Estudo “José Medeiros Ferreira” e da realização de estágios ao abrigo do Programa “Estagiar Europa”.

Mas a atuação externa do Governo dos Açores continuará a ser realizada também no plano da relação transatlântica, nomeadamente por via da nossa relação especial com os Estados Unidos da América. Por insistência nossa, na última reunião da Comissão Bilateral Permanente, informo com orgulho conseguimos novos avanços em matéria laboral e reivindicamos que as ações de descontaminação na Praia da Vitória sejam intensificadas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Passar das palavras aos atos!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, face aos desafios que temos diante de nós, o Governo apresenta-se aos açorianos como referencial de confiança e de estabilidade.

O Governo não se resigna perante as dificuldades. Pelo contrário. Encontra soluções e está focado em cumprir as metas que o seu Programa estabelece como referência.

É o que este Orçamento propõe fazer.

Um orçamento de inovação e progresso por aumentar o investimento em ciência e investigação.

Um orçamento de desenvolvimento e cooperação económica por se comprometer com a implementação de uma estratégia para atrair investimento externo.

Um orçamento focado na transição digital para prestar melhores serviços às empresas e aos cidadãos.

Um orçamento que valoriza a coesão territorial dos Açores por defender a melhoria da rede de comunicações inter-ilhas e com o exterior.

Um orçamento que consolida a presença dos Açores na Europa e no mundo.

Com este Orçamento, estamos a criar bases seguras para o futuro de cada açoriano.

Com este Orçamento, os Açores andam para a frente.

É isso que os açorianos ambicionam.

É isso que queremos e vamos fazer. Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado André Rodrigues pelo Partido Socialista.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Agora é o nosso candidato ao Parlamento Europeu!

Deputado Flávio Soares (PSD): Vai apresentar o seu programa eleitoral.

Deputado André Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A área das Relações Externas é uma das áreas da ação política que, mais do que o montante orçamental específico, importa que seja alvo de uma ação programática, estável e revestida do necessário peso político e institucional.

Desse ponto de vista, poder-se-ia achar que a nova configuração orgânica do atual Governo Regional resolvia a fragmentação e desarticulação resultante da composição e atuação do XIII Governo Regional, no entanto nada está mais longe da verdade.

Nas relações com a União Europeia, com os nossos parceiros regionais na Europa, ou mesmo com as Instituições Europeias, a sub-representação foi a regra, sempre mais assente na confiança nos negócios privados internos do que numa ação política diligente e substantiva em prol dos Açores.

Na relação com os EUA ou com as demais comunidades açorianas no mundo e seus respetivos países de acolhimento, falhou ainda uma visão integrada da promoção dos interesses de investimento na nossa Região.

E, afinal, pergunta-se no que é que resultou a ação deste Governo dito de continuidade? Nesta área não resultou. Ou antes, resultou num eclipsar da presença e do reconhecimento político e institucional da Região no quadro da União Europeia e numa constante revisitação...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está desatento, Sr. Deputado.

O Orador: ... de objetivos e estratégias, quer para as nossas relações com o espaço geopolítico por excelência onde nos situamos – a UE – quer por uma falta de eficiência na captação de investimento externo!

E nada disso pode, verdadeiramente, espantar!

Quem, como a atual liderança da coligação, não atua, não aparece, apenas delega, não pode, pois, no final, reclamar do resultado que não obteve ou de outros, noutras dimensões e noutras planas, não lhe reconhecerem a representação cimeira e indiscutível que os Açores efetivamente merecem, como recentemente se pode constatar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a União Europeia constrói-se todos os dias e a defesa da nossa Região na União Europeia faz-se todos os dias: nos Açores, como em Bruxelas, como em Estrasburgo.

É preciso uma ação política e institucional forte, coesa e permanente. E é preciso demonstrar resultados.

Enquanto os governos do PS obtiveram, tanto na execução dos fundos comunitários, como na sua atuação constante junto das instituições comunitárias, os maiores reconhecimentos, inclusive de um imparcial Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, o atual Governo...

Deputado Flávio Soares (PSD): Olhe que não!

O Orador: ... continua a receber alertas internos de atrasos na execução, de não cumprir metas e calendários de, no fundo, nos deixar para trás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Precisamos sempre mais!

O Orador: A Ultraperiferia não pode ser condição apenas de exigência, tem de ser condição de pertença, de participação, de execução.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Flávio Soares (PSD): Falta as bandeiras para ser um comício.

O Orador: A breve trecho começarão, em Bruxelas e não só, as primeiras conversas sobre o próximo quadro financeiro plurianual pós 2027 e importantes discussões sobre, desde logo, o futuro da Política de Coesão.

No PS, temos um legado e um património histórico de defesa de uma política de coesão que apoie as nossas infraestruturas, que impulse o nosso desenvolvimento e seja um verdadeiro fator de coesão económica, social e territorial.

E, é bom não esquecer, promovemos sempre a articulação com os demais partidos representados nesta assembleia quando o que estava em causa eram matérias transversais aos nossos interesses regionais – nomeadamente quanto às perspetivas financeiras e o quadro financeiro plurianual agora em vigor.

Estamos, por isso, agora, como fizemos no passado, prontos e disponíveis para ajudar o Governo dos Açores nessas importantes conversações em prol da nossa Região.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito obrigado!

O Orador: Mas a área das Relações Externas necessita desesperadamente, não de mais verbas inscritas no Plano e Orçamento, mas sobretudo de uma visão e atuação político-institucional capaz e representativa do trajeto e da história de afirmação dos Açores na União Europeia.

De resto, reconhecendo o fracasso da sua própria inação, movida, uma vez mais, pelo afã de desfazer do que por uma verdadeira vontade de perceber o que pode ser melhorado em prol dos Açores e dos açorianos, o Governo consagra agora uma verba para "Fomentar o Desenvolvimento Regional através da cooperação económica e do investimento externo".

Essa novel descoberta do atual Governo Regional que, suponhamos nós, seria já

para ter uma ação concreta, capaz de servir de montra, no exterior, do que melhor aqui se produz e faz e, simultaneamente, agilizar processos, vontades e interesses para promover investimento cá, afinal não passa de mais uma intenção.

Se não, vejamos! Neste plano para 2024, o Governo consagra 875.000 euros para (cito) "a definição de uma estratégia regional, eficaz e coerente, para a captação de investimento externo, através dos contributos de diversas entidades e organismos regionais...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Pela primeira vez!

O Orador: ... diretamente envolvidos na área empresarial e de investimento." E para "Projetos e iniciativas exploratórias para atração de investimento" onde "Pretende testar abordagens inovadoras de atração de investimento estrangeiro na RAA, diversificando as fontes de financiamento e aumentando o stock monetário disponível para investimentos de capital."

O que é que isso tudo significa na prática? Não se sabe. O que é que de concreto será feito com esses montantes? Não se sabe.

O que se sabe, e, aquilo que também os próprios parceiros sociais e os nossos empresários têm reclamado é por uma entidade que articule esses investimentos e essa atuação, como já aconteceu no passado e sobre isso, para já e neste momento apenas silêncio.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): O que é que o senhor compreendeu?

O Orador: Uma última referência para as componentes da ciência e da digitalização que integram também agora este capítulo do Plano.

O PS saúda naturalmente as verbas aqui inscritas e o apoio que poderão dar para a continuação da afirmação destes dois importantes setores – a ciência e inovação e a digitalização – enquanto pilares fundamentais para o nosso crescimento

económico presente e futuro.

Mas é importante, - é verdadeiramente crítico acelerar a transição digital na nossa economia, para que também aqui, não fiquemos mais isolados do que a nossa condição geográfica nos votou, porque também nesta área, como em muitas outras, é muito mais o que falta fazer do que aquilo que tem sido feito. Disse.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra pelo CHEGA o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Eu tenho aqui quatro perguntas a fazer ao Sr. Vice-Presidente e, a primeira pergunta é sobre o centro de cibersegurança ou o futuro centro de cibersegurança, que, aliás, faz muita falta atendendo que temos dois ataques, a própria EDA teve um ataque e creio que o Hospital de Ponta Delgada também teve um ataque.

E falou aqui que as empresas privadas iam beneficiar, eu gostaria de saber como é que vão beneficiar, em termos práticos, como é que as empresas privadas vão beneficiar desse centro de cibersegurança?

A outra questão é sobre a Feusaçores, eu sei que anunciou evoluções positivas nas negociações, eu tem aqui as tabelas salariais da Feusaçores, um dos primeiros na tabela de hoje, os primeiros 3 escalões estão absorvidos pelo ordenado mínimo regional e na tabela 3 o primeiro e segundo escalão. Eu queria saber se tem evoluções positivas, novidades para nos dar nessa matéria?

Ainda sobre a descontaminação da ilha Terceira, também queria saber se está

incluído verbas nacionais neste Orçamento para a descontaminação da ilha Terceira e quantificasse o montante dessas verbas.

E em relação à ampliação e requalificação do Aeroporto das Lajes, eu queria saber qual é o estado do concurso público das obras? E era isso obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado André Rodrigues, obrigado pela sua intervenção, que espero agora que, como seja eleito Deputado ao Parlamento Europeu...

Deputado António Lima (BE): Não me diga que vai votar no PS!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e que possamos efetivamente colaborar será com naturalmente gosto que o faremos. A defesa dos Açores na Europa é um desígnio comum de todos nós, não é apenas de um partido, não tem cor partidária e, portanto, da nossa parte também retribuo, faz-se de pessoas e não dá arrepios assim a determinadas pessoas, vejo que não se arrepiou com a minha proposta, ao contrário de algumas pessoas que se arrepiam aí nesse Grupo Parlamentar, vejo que V. Exa. não se arrepia isso deixa-me satisfeito.

Sr. Deputado, falta de investimento, de captação de investimento na Região Autónoma dos Açores, bom, nós estamos cá há 3 anos, o Sr. Deputado fez as suas

referências, eu tenho aqui por acaso, os dados do Banco de Portugal, Sr. Deputado André Rodrigues, e, o stock...

Deputado Carlos Silva (PS): Somos a região do País que menos captou.

O Orador: ... de investimento externo direto do exterior em estabelecimentos nos Açores estagnou nos vossos anos entre 2017 e 2020, cai na pandemia naturalmente e depois connosco, foi sempre a subir, subiu de 465 milhões para 523 milhões, esta é a realidade indesmentível.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é relativamente ao investimento externo de captação de investimento.

Deputado Carlos Silva (PS): Então não precisa duma entidade para captar investimento.

O Orador: Quanto ao projeto, Sr. Deputado ainda vai começar naturalmente, dar-nos-á o crédito de depois, do benefício da dúvida, depois vou avaliar se foi bem ou mal. Para já, é a nossa proposta, é o que temos proposto, se o iremos conseguir, pois vamo-nos esforçar por isso, Sr. Deputado André Rodrigues.

Relativamente, fez aqui uma referência, que o Sr. Presidente delega e depois não é o responsável, eu Não sei se deu por isso, mas nesta orgânica governamental, a cooperação externa são de competências próprias do Vice-Presidente e, portanto, a cooperação externa é toda por competências próprias, portanto, se não percebeu, eu esclareço-lhe esse assunto.

Quanto à relação bilateral com os Estados Unidos...

Deputado André Rodrigues (PS): Há uma diferença!

O Orador: ... é que há uma diferença, sim, é, mas sabe, Sr., com os nossos

Governos, Sr. Deputado André Rodrigues, na Comissão Bilateral Permanente a Região Autónoma dos Açores, com o devido respeito, nunca foi representada por um assessor do Presidente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nunca! Foi sempre representado ao mais alto nível, e, por insistência nossa neste Parlamento, no sítio onde ele está, como eu estava ali, passou a ser representada ao mais alto nível pelo Sr. Presidente Vasco Cordeiro, mas antes foi sempre por um assessor do Presidente do Governo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Por insistência sua.

O Orador: ... e antes nem sequer era alguém ligado ao Governo, percebe? Portanto, relativamente ao prestígio da Região no exterior, sei que V. Exa. não me tem em grande conta, mas isso também não é relevante para mim, o que interessa é que a Região está representada pelo Vice-Presidente do Governo nessa instituição.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, sobre essa matéria, e, temos obviamente tido quanto... Sr. Deputado, julgo que lhe respondi às suas perguntas, faremos naturalmente o melhor que tivemos e na União Europeia, é claro que não se trata e dizia bem, e concordo consigo, não se trata apenas do investimento monetário ou financeiro, trata-se de colocar a Região Autónoma dos Açores, e, vem trabalho de trás feito pelo Governo do Partido Socialista que nós não negamos, agora queremos ampliá-lo, desenvolve-

lo e melhorá-lo.

Nós queremos melhorar o Air Center, queremos, nós vamos avançar com o Atlantic Center, queremos e não nego nada disso, aliás, é com orgulho que possa anunciar que estas questões vinham de trás, que nós queremos melhorá-las, é preciso melhorar o Air Center, nasceu, estava enfim a ser implementado, não estava a correr da melhor maneira, reconhecido até pelo Governo da República do Partido Socialista e com a Sra. anterior Ministra, já tínhamos dado passos no sentido de introduzir melhoramentos quer no Air Center, quer nos parques de Ciência e Tecnologia, Sr. Deputado André Rodrigues.

Sr. Deputado Francisco Lima, Aerogare Civil das Lajes, nós já adquirimos como sabe, a estação meteorológica automática está em fase de instalação por 700 mil euros, já foi adjudicado à empresa “Vaisala”, está neste momento em processo de instalação, o que vai melhorar muito a operacionalidade daquela infraestrutura, como sabe os dados atmosféricos, que são dados à aviação civil, não são válidos para a aviação civil, são dados militares e por isso nós adquirimos uma estação meteorológica automática certificada para aviação civil que está, presumo em fase de instalação de obras para ser instalada.

Estamos a fazer obras de requalificação naquela infraestrutura, como sabe, sobretudo ao nível do telhado, e já apresentamos o estudo prévio para a sua ampliação. E, contamos agora, já está em verba para fazermos o projeto de ampliação da Aerogare Civil das Lajes, que vai melhorar substancialmente, ampliar substancialmente e que seja um aerogare para durar umas dezenas de anos e não apenas 10 ou 12 anos, 12 anos com aquela está.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é um projeto que é ambicioso, que nós tencionamos que seja ambicioso e, com aumentar substancialmente as portas de embarque e pôr toda aquela estrutura, melhorar a placa, porque não basta dizer que fizemos a

Certificação Civil do Aeroporto das Lajes, depois é preciso dar consequência e o projeto que nós temos, já temos o estudo prévio que foi anunciado, aliás, não foi devidamente divulgado porque em campanha eleitoral fomos acusados de andar a fazer campanha, portanto, não podíamos dizer aquilo que nós tínhamos feito e, portanto, tive que me calar e dizer, olha, não fiz um estudo prévio, não posso divulgar o estudo prévio para o aumento da Aerogare Civil das Lajes, mas ele está feito, Sr. Deputado, se quiser eu depois posso-lhe mandar, ele está feito e agora vamos abrir concurso para fazer o projeto de ampliação.

Quanto aos trabalhadores das FEUSAÇORES, como sabe este problema passou a existir desde o momento em que se acabou com o inquérito salarial, porque antigamente havia um inquérito salarial, o Governo do Partido Socialista acabou com este inquérito salarial e a partir do momento, ao longo dos anos, o problema foi-se avolumando até ao ponto, como nós sabemos de se ganhar menos que o ordenado mínimo regional na Base das Lajes.

Já na última bilateral na Terceira corrigiram aqueles primeiros 2 escalões e corrigiram alguns trabalhadores, mas alguns ficaram ainda a ganhar menos, porque houve o aumento em janeiro, e, claro, automaticamente começam a ganhar menos. Como me comprometi na altura e o Governo português e o Governo americano, que é da competência do Governo da República e do Governo americano, é da competência dos 2 Estados, a nós compete-nos insistir e defender os nossos trabalhadores, foi isso que modestamente fiz e digo com algum orgulho, porque conseguimos que fosse, eles ainda não querem, há um aumento global de 4.7 para todos, como sabe, e, vai haver, portanto, que a base do grau 1 e do escalão 0 seja equiparado ao salário mínimo regional através da aplicação daquilo que eles chamam um “fair wage supplement” que é um suplemento ao ordenado, e, esse “fair wage supplement” seja alargado aos graus adjacentes 2% para evitar a compressão entre os 2 primeiros graus e de 3,6 para proteger o valor da

diuturnidade, que às vezes comia um bocadinho da diuturnidade.

Ou seja, há aqui uma descompressão na tabela e há também a proteção da diuturnidade. Não é um modelo perfeito, mas é um modelo que nos garante que ninguém na base das Lajes ganhará menos que o ordenado mínimo regional, é um modelo que faz alguma correção na tabela, a possível, enquanto não se revê a grelha salarial que neste momento não está em cima da mesa, pelo menos não esteve na última bilateral.

E, também lhe devo dizer, que é a primeira vez que este assunto vai uma bilateral, é discutido na bilateral e é aprovado na bilateral, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque antes era apenas com um técnico na Comissão laboral e não chegava acima ao nível político onde era discutido, foi com este Governo, com este Governo que a questão laboral foi levada à Comissão Bilateral Permanente.

Deputado Pedro Pinto e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, não sendo a solução ideal, é uma solução que evita e corrige aquilo que foi criado pelo abandono do inquérito salarial.

Não sei se lhe...

Deputado Francisco Lima (CH): A descontaminação.

O Orador: Ah, descontaminação, descontaminação de solos e aquíferos, temos feito algum progresso, é um processo demorado, complicado, e, Sr. Deputado, permita-me fazer-lhe este resumo, em 2004/2005, os americanos detetaram contaminação, em 2009 o LNEC confirmou a contaminação, em 2011 o Partido

Socialista negou a contaminação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: Estava eu sentado ali, onde está o Sr. Deputado Nuno Barata, negou a contaminação e, portanto, se houve algum atraso na descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, esse tem um culpado e naturalmente não é o CDS nem a oposição da altura, é quem estava no Governo.

E demos alguns passos que lhe posso também dizer, aliás, foi com este Governo que, o relatório do LNEC é público, está entregue aí na Assembleia.

Vai-se fazer um investimento, fez-se no Site 3003, em que se remediou e chegou-se à conclusão que as obras não eram suficientes e, portanto, vão monitorizar e ver se efetivamente está descontaminado, vamos iniciar agora, que era para iniciar em 2023, no Site 3001, com verbas dos Estados Unidos da América, em 2024 esperamos uma melhoria da atual situação no Site 3001 e o 5002 está praticamente resolvido, apesar de necessitar de ser monitorizado e, portanto estamos, passo a passo, com pequenos passos, mas determinados em descontaminar e não em negar a defesa da Saúde. Outra coisa, um avanço significativo também foi conseguido por este Governo, foi o estudo do “Waterflow”, ou seja, do fluxo das águas que foi aqui negado por dois Membros do Governo, o Secretário do Ambiente e o outro Sr. Secretário que era geólogo, das Obras Públicas, que negava o que nós defendíamos e agora o estudo dos americanos vem exatamente concluir que a água efetivamente vem, recicla e contamina o aquífero em vez de ir para o mar. Portanto, foi mais um estudo que fizeram ao nosso pedido, ou seja, fui o primeiro autor nesta Casa de denunciar aqui dentro o processo de contaminação e agora como governante, tenho o orgulho de insistir, não desistir de descontaminar a minha, a nossa ilha Terceira. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) Deputado André Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Para agradecer, antes de mais, as palavras que me dirigiu e os votos de sucesso nesta empreitada que agora tenho, mas também para lhe dizer que, em democracia, o confronto de ideias como todos nós sabemos, é uma das riquezas que estes 50 anos que este ano assinalamos de 25 de Abril trouxe à sociedade açoriana e portuguesa, razão pela qual é bom que exista este confronto de ideias, apesar de nós estarmos a falar de uma área onde existe até por norma e por tradição, um amplo consenso, quer no que diz respeito à cooperação externa e ainda bem que assim é, quer no que diz respeito à nossa integração na União Europeia e é bom que assim seja para também não ficarmos todos a pensar que o normal nesta refrega democrática é aquilo que se passou esta manhã com a fulanização de algumas críticas, que me parece de todo em todo, não é aquilo que os açorianos esperam deste Parlamento e dos seus Deputados representativos, nomeadamente aquilo que hoje podemos assistir de acusação...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais um recado!

O Orador: ... relativamente a uma situação muito séria que afetou-nos a todos e que todos nós temos uma opinião de união e de possibilidades de fazer algo neste sentido.

Agora centrando novamente o debate, aquilo que referiu relativamente à questão

da captação de investimento é dito por nós, é dito pelos parceiros sociais, foi dito, inclusivamente pelo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, que, a propósito dos números que o Sr. Vice-Presidente referiu, diz mesmo e lançou um alerta de que essas estatísticas são um alerta...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Foi o Banco de Portugal!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Não fui eu, foi o Banco de Portugal!

O Orador: ... para uma área que carece claramente de atenção, o mesmo é dito pelo CESA e também mais recentemente, numa área que V. Exa. tutelou anteriormente pelos representantes das Comunidades que junto do seu colega do Governo, também fizeram sentir para essa necessidade que existe relativamente de aumentar essa captação de investimento externo para a Região, algo que penso que todos nós estamos empenhados e todos nós desejamos sucesso nesta matéria.

Não é por termos visões e projetos políticos diferentes para os Açores, que nós...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Resultados diferentes!

O Orador: ... não consideramos que há áreas cujo sucesso do Governo também será o sucesso dos açorianos, não haja sobre esse ponto de vista qualquer equívoco da nossa parte, porque aquilo que já percebemos que da vossa parte é que existe essa dúvida, nós não estamos aqui para uma disputa político-partidária permanente, ...

Deputada Délia Melo (*PSD*): Ah, permanente!...

O Orador: ... o que nós queremos, apesar disso, seguindo caminhos diferentes, com projetos diferentes é o melhor para os Açores é o melhor para os açorianos. Por último, queria também lembrar o Sr. Vice-Presidente do seguinte, em relação à descontaminação, a bancada do Partido Socialista, por “n” vezes e os anteriores Governos do Partido Socialista sobre essa matéria têm já muito trabalho feito ao

longo do tempo, aquilo que o Vice-Presidente referiu, ouvida um conjunto de posições, a defesa do próprio Presidente do Governo na Bilateral, portanto, nós temos matéria mais que abundantes sobre esse ponto de vista de defesa dos Açores e das condições de descontaminação na Praia da Vitória na ilha Terceira.

O que não fazemos é o seguinte, nós não vamos é à Assembleia da República clamar e cito: “dizer que é um povo, o povo da Terceira está a morrer” e depois sobre isso, nunca mais se ouviu falar nada na defesa relativamente a essa matéria e com pouca informação que temos ainda sobre essa matéria. Portanto, nós continuaremos empenhados como estivemos no passado na defesa da descontaminação da ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de ser desmentido há pouco.

O Orador: E é isso que penso que deve-nos unir a todos e não apenas pensar-se que só este Governo é que fez alguma coisa sobre essa matéria, porque não corresponda à verdade. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Vice-Presidente, o meu colega perguntou, ainda não teve oportunidade, mas gostava de avançar um pouco mais numa coisa que para alguns ainda não é preocupante, mas também não é para ser um alarmismo, mas nós temos que ter algum cuidado com aquilo que é a Cibersegurança.

De certa forma, até venho desta área, tem sido um pouco a minha área profissional e são constantes e cada vez mais e mais poderosos os ataques informáticos.

Não nos podemos esquecer que todos nós temos um computador na mão e estão,

alguns desses computadores, vulneráveis e nas mãos de pessoas que não têm conhecimento suficiente, não tem conhecimento, às vezes nem para os utilizar, nem para se prevenir e focaria aqui mais a minha questão na questão da prevenção, porque só falar ou ter um Datacenter ou ter um Firewall que proteja etc. Nós podíamos levar aqui uma tarde a falar disto e eu suponho que mais ninguém ia perceber de coisíssima nenhuma a não ser os técnicos desta área.

A minha pergunta é, que pensa o Governo Regional, que investimento poderá fazer nesta área, na prevenção, especialmente junto dos jovens, que são os que têm muito mais utilização, especialmente os smartphones desses pequenos computadores de bolso, para que se evite cada vez mais, porque há Cibersegurança, mas também há a fraude que é um pouco diferente e ainda há dias ouvimos que foram apanhados uns Srs. do “olá, mãe, olá pai”, nós temos que apostar também um pouco nisto, também nesse sistema preventivo e era isto, Sr. Vice-Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Sandra Costa Dias, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Sandra Costa Dias (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tomo a palavra para falar sobre o tema da Ciência e da Ciência na Região Autónoma dos Açores.

Sabemos que a Ciência e a Investigação Científica são uma das forças motrizes do desenvolvimento de qualquer economia e isto não é diferente na nossa Região e, portanto, descurar a aposta na investigação será também descurar a aposta no desenvolvimento da Região na sua competitividade, na sua sustentabilidade e também na sua capacidade de inovação.

O Plano e Orçamento que hoje discutimos prevê, à medida do que já era exposto na versão que foi aqui discutida em novembro passado, o apoio à nossa Academia, o apoio justo e reconhecido à nossa Academia para aquilo que diz respeito ao seu funcionamento, no entanto, não podemos descurar aquela que é também uma aposta importante no que concerne à investigação fundamental e também na designada investigação aplicada.

A falta de estratégia deste Governo no que diz respeito à ciência e inovação, revela também a sua incapacidade de definir uma estratégia que dê resposta aos desafios da Região neste momento, e, sem uma compreensão daquilo que é o ciclo de inovação.

Nós quando falamos do ciclo de inovação, falamos de políticas alicerçadas naquilo que diz respeito à aposta na investigação fundamental que é aquela que alimenta a investigação aplicada, que se traduz na transferência de conhecimento para o mercado, permitindo com isto valorizar, quer produtos quer serviços que poderão assim acabar por acrescentar valor à produção nos Açores, o que é importante para o fortalecimento da nossa economia e a tão almejada criação de riqueza.

Esta aposta na investigação fundamental que vos falava como importante para o desenvolvimento económico é igualmente importante para o ensino e não podemos descurar que a acreditação de cursos dos vários níveis de ensino, licenciatura, mestrado e doutoramento de qualquer academia e a Universidades dos Açores não é exceção, depende da acreditação também dos centros de investigação e da qualidade da investigação feita nestes centros de investigação, e, portanto, haver uma estratégia alicerçada em todo este ciclo de inovação, traduz-se como vital para a qualidade do ensino e também a qualidade daquilo que se produz na nossa Região. O que é que temos neste momento, à semelhança do que tínhamos em novembro passado, os investigadores nos Açores continuam sem ter orientação de qual aposta, quais as áreas de aposta deste Governo no que diz respeito à investigação,

continuamos com o programa Açores 2030, que já ultrapassou o meio da sua execução, do prazo de execução, continuamos...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Vão ser lançados!

A Oradora: ... com os avisos por abrir.

Sr. Vice-Presidente, em novembro passado, disse que seria para breve, hoje volta a dizer que é para breve para junho, o que nos faz crer que nesta altura terá de protelar novamente, talvez para o final do ano. E, portanto, a seguir, aquelas que têm sido as promessas desse Governo, continuamos a ter anúncios atrás de anúncios sem qualquer concretização na abertura de avisos que fomentem a investigação, que alimentem as equipas de investigação criadas na Região e que possibilite manter aquele que foi o capital intelectual criado na Região e não pôr em risco a retenção de talentos, e, mais do que isso, a atração de novos talentos para a nossa Região.

Outro exemplo inequívoco da incapacidade deste Governo em concretizar uma estratégia nesta área, traduz-se no caso do segundo edifício do NONAGON, hoje aqui anunciada a sua inauguração para junho próximo. Relembro que o segundo edifício do NONAGON foi projetado e deixado pronto a edificar a este Governo pelo anterior Governo socialista, 6 meses depois, foi lançada a primeira pedra, apenas 6 meses depois, por escolha, por opção deste Governo, porque tinham até o aval do Tribunal de Contas e tudo assegurado para que pudessem dar início à obra. Este é o edifício que está pronto há mais de 1 ano, continua fechado sem estar ao serviço dos açorianos e das empresas açorianas e, dali daquela tribuna, o Sr. Vice-Presidente até anunciou que há cada vez mais procura, se há mais procura Sr. Vice-Presidente, o porquê de estarmos há mais de 1 ano com o edifício daquela envergadura fechado...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Pergunto ao Sr. Deputado Berto Messias!

A Oradora: ... e mesmo que seja inaugurado em junho, teremos ainda concursos para os espaços e, portanto, durante o ano de 2024, dificilmente teremos lá empresas a operar. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Sr. Deputado André Rodrigues, eu agradeço-lhe as suas referências e, de facto, podemos ter divergências políticas, mas todos convergimos na mesma direção e na defesa da nossa Terra.

O que eu não aceito, Sr. Deputado André Rodrigues, é que, por exemplo, por se defender as nossas ideias por defender a nossa Terra, se queira processar e ameaçar com tribunal, como se fez no passado, a Câmara Municipal da Praia da Vitória, que ameaçou o Professor Félix Rodrigues, está no jornal, “A Câmara da Praia, processa Félix Rodrigues”, “Câmara da Praia exige a indemnização de 250 mil euros a Félix Rodrigues”.

A nota do PS em que o Sr. Deputado Berto Messias me diz, “Sr. Líder Parlamentar, demarque-se do seu Vice-Presidente sobre a postura alarmista no processo dos aquíferos da Praia da Vitória”. portanto, nós fazíamos a defesa dos, politicamente discordando, agora fomos ameaçados com tribunal, ameaçados de indemnização, e, isso foi pelo Partido Socialista não foi por mais ninguém, Sr. Deputado, tenho que lhe fazer essa lembrança.

Sr. Deputado Francisco Lima, já recebi, a informação circula, realmente uma maravilha, a Cibersegurança vai chegar às empresas, efetivamente de uma forma mais eficaz, através das competências do Centro de Cibersegurança, ainda assim,

o XIII Governo fez dois manuais de Cibersegurança que distribuiu pelas empresas e pelos municípios, portanto, fica com essa informação, mas vamos avançar também nessa matéria.

Deputado José Pacheco (CH): Fico satisfeito.

O Orador: Sr. Deputado José Pacheco, foi feita uma campanha que foi designada “*Ativa a Tua Segurança”, fizemos manuais para o poder local e para as empresas e vamos agora, Sr. Deputado, ainda bem que lembrou essa questão, colocar na rua uma campanha de literacia digital já no próximo mês, contamos nós, que também terá um pendor sobre questões de segurança, e, portanto, muito obrigado pela sua questão, estamos também a procurar dar-lhe resposta.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, eu realmente não tenho mais resposta para lhe dar a dizer que este Governo à sua pergunta, que não tem uma estratégia que é repetitiva, é sempre a mesma para a ciência e para a investigação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma forma de expressão!

O Orador: Ó Sra. Deputada, longe vão os tempos da incerteza da ciência, longe vão os tempos em que a Universidade dos Açores recebia 300 mil euros por ano.

Deputado Pedro Pinto e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Longe vão estes tempos, Sra. Deputada, agora recebe quase 1 milhão de euros por ano e é para trabalhar para os açorianos, Sra. Deputada.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Longe vão os tempos, Sra. Deputada, é verdade. E longe vão os tempos em que não havia, este ano, por exemplo, vamos aumentar em 25% os projetos de

investigação, que vão ser desenvolvidos nas empresas regionais, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: ... isto é, que é criar economia, Sra. Deputada. Portanto, na ciência temos feito avanços como nunca antes foi feito, mas não negamos o trabalho de ninguém, a Sra. é que chega aqui e se arroga que a Universidade, olhe, Sra. Deputada, o seu financiamento em 2016 – 350 mil euros, olhe bem para o gráfico, mas fixe a fotografia que a Sra. precisa fixar o quanto não financiavam a Academia, deixaram a Academia à pobreza, o seu Governo Regional e o seu Governo da República, Sra. Deputada, essa é que é a verdade.

Deputado Pedro Pinto e Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: O seu Governo Regional e o seu Governo da República e por influência deste Governo, o seu Governo da República finalmente veio aos Açores assinar o contrato com a Universidade dos Açores.

Deputado Pedro Pinto e Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi com este Governo. Sra. Deputada não foi com o seu e, portanto, a Sra. dessa matéria não vale a pena, estamos conversados. Investimento em ciência, sim, investimento em inovação sim, e, nessa matéria, o edifício do NONAGON mais uma vez está atrasado, está, sim, Sra., um dos atrasos foi também devido às

campanhas eleitorais...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Oh andámos 1 ano e meio em campanha eleitoral?! Essa desculpa é muito fraquinha!

O Orador: Não se podia inaugurar nada, e, portanto, não se podia inaugurar nada e, portanto, mas o edifício está pronto, vai ser inaugurado agora em junho vai ser inaugurado, irei lhe enviar um convite para a Sra. lá ir, com todo o gosto irá, e, portanto, tenha esperança no desenvolvimento dos Açores, porque já chega de atraso no desenvolvimento dos Açores. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Eu não estava para intervir neste ponto, não estava mesmo, mas sou obrigado a fazê-lo tendo em conta a tentativa do Sr. Vice-Presidente do Governo de reescrever a história no que se refere ao processo de descontaminação das zonas contaminadas, nas zonas circundantes à Base das Lajes, sou obrigado a fazê-lo! Afirmar aqui que o Partido Socialista recusou a contaminação é falso!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): É verdade! Os senhores disseram que não havia nada!

O Orador: É uma tentativa falsa de reescrever a história.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está nas páginas dos jornais!

(Neste momento, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima) mostrou um documento à câmara)

O Orador: Se nós hoje temos um processo de monitorização periódico, feito pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, se nós hoje temos um reforço significativo das análises feitas à qualidade da água da Praia da Vitória feita pela Praia Ambiente, se nós hoje temos a obrigatoriedade do Governo Regional de informar este Parlamento periodicamente dos relatórios e das monitorizações que são feitas às zonas afetadas na Base das Lajes, deve-se ao trabalho e à vontade do Governo do Partido Socialista,...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Isso foi depois do relatório do LNEC.

O Orador: ... da Câmara Municipal da Praia da Vitória e de muitos partidos aqui representados.

Outra coisa é, curioso que hoje de manhã se falou de alarmismo e de alarmar as pessoas, outra coisa é, daí a referência que o Sr. Vice-Presidente faz ao apelo que eu fiz à sua demarcação das afirmações do seu Vice-Presidente, o Professor Félix Rodrigues, é o facto de, na altura, ele ter vindo a público dizer que todos os praienses deviam beber água engarrafada...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E na altura deviam!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): E tinha razão.

O Orador: ... que ninguém podia consumir água da torneira do Concelho da Praia da Vitória e isso sim, foram afirmações alarmistas que causaram pânico na população e que foram absolutamente desenquadradas.

O Sr. Vice-Presidente sabe, como eu sei, porque acompanhamos de perto esse dossier que existem zonas contaminadas e o trabalho que foi desenvolvido foi para que se estancasse a contaminação, fazendo com que essa contaminação não se

aproximasse dos aquíferos que providenciam o abastecimento de água para consumo humano no Concelho da Praia da Vitória. Foi isso que foi feito e é isso que continua a ser feito, quer pela Praia Ambiente, quer pela monitorização que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil faz também a esse dossier e quer também pelo trabalho que a ERSARA - Entidade Reguladora da Água dos Recursos Hídricos da Região fez e continua a fazer, relativamente a essa matéria.

Outra coisa é, Sr. Vice-Presidente, tendo em conta os anúncios que o Sr. fez, outra coisa é, é nós cometermos o erro que é grave na nossa perspetiva, de confundirmos monitorização com descontaminação e quem olha para o relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil pode ler na sua página 5...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, afinal tem!

O Orador: ... o seguinte, “em relação ao Site 5001, foram demolidos 2 tanques de armazenamento e recuperado um tanque de combustível, os trabalhos propostos incluem a remoção de cerca de 18 m³ de solos contaminados na envolvente dos tanques, ações que se enquadram nas medidas de reabilitação julgadas necessárias para o site 5001”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para quem não estava para intervir...!

O Orador: Mas há outra parte, há outra parte que o Sr. tende a esquecer-se, “no entanto, não se antevê que estes trabalhos sejam suficientes para remover os níveis de LNAPL e demais hidrocarbonetos presentes nas águas subterrâneas daquele local atendendo a que a área afetada é mais vasta que a área de intervenção prevista, nesse contexto, considera-se que devem ser realizadas novas ações de monitorização e de reabilitação deste local”. E é aqui, Sr. Vice-Presidente, que nós discordamos quando o Sr. faz discursos de vitória relativamente à descontaminação, tendo em conta esta referência clara, expressa no relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, é preciso ter cautela e prudência, Sr. Vice-Presidente e continuar a acompanhar este assunto e continuar a exigir junto

dos norte americanos e junto do Governo da República que estes trabalhos, que são agora considerados insuficientes, possam ser alargados a bem do Concelho da Praia da Vitória, dos Terceirenses e dos açorianos, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sandra Dias, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Sandra Costa Dias (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo, faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Deputado Berto Messias, já sabia eu que V. Exa...

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Mas o entusiasmo de responder ao Sr. Deputado e meu conterrâneo Berto Messias é grande nessa matéria, porque eu sentado aí onde o Sr. está, Sr. Deputado Nuno Barata, defendi acerrimamente que se começasse a descontaminar aquilo que o Partido Socialista negava na altura, ...

Deputado Berto Messias (PS): Falso!!

O Orador: ... disse-o, repito, negava na altura e para si, Sr. Deputado, está aqui a fotografia do Diário Insular de 2011.

(Neste momento, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima) mostrou um documento à câmara)

O Orador: Está aqui, onde estão os protagonistas todos e onde os Srs. consideravam que descontaminar os solos e aquíferos eram 130 mil euros.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a reescrever a história. Não foi nada disso!

O Orador: Foi isso que os Srs. fizeram e negaram o “Water Flow”, negou o Secretário do Ambiente, negou o Secretário das Obras Públicas, negou que o fluxo das águas...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): É verdade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... contaminasse, quem estava aqui como Deputado sabe que isso se passou, negavam, Sr. Deputado e, portanto, isso o Sr. não apaga, ameaçaram com prisão e não foi só nesta altura, foi a seguir, não foi só em 2011, em 2011, o Sr. ameaçou de alarmismo, mas em 2018 ameaçaram com processo judicial e indemnização e foi o seu partido, Sr. Deputado, nós defendemos sempre...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... nós defendemos sempre os Açores e os terceirenses, o Sr. é que devia pedir perdão à sua população e aos habitantes da Praia da Vitória e da Terceira, o Sr. e o seu partido.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E já agora que se falou aqui de contas e que exigiram a este Governo que fizesse a estimativa de quanto custava os prejuízos do HDES, Sr. Deputado, os Srs. fizeram com o PREIT, deviam ter vergonha na cara...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Bem lembrado!

O Orador: ... mil milhões de euros para a descontaminação dos solos e aquíferos da Base das Lajes, quanto foi investido lá, Sr. Deputado, no PREIT feito pelo vosso partido em 2015?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: Responda-me a essa pergunta, Sr. Deputado Berto Messias, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... foi a conta que os Srs. fizeram, por isso nós não fazemos contas de somar e de sumir, fazemos contas certas para não errar e para não enganar os açorianos e os terceirenses.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. enganou os açorianos e os terceirenses, com o PREIT 1.5 mil milhões de euros para a descontaminação, 1.5 mil milhões de euros, sabe quanto é que investiu o Governo da República na descontaminação da ilha Terceira Sr.

Deputado? Zero, zero euros Sr. Deputado, zero e isso é que devia envergonhar o Sr. e o seu partido.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

Introduzindo alguma serenidade neste debate, Sr. Vice-Presidente, não haja com o mesmo padrão que tem aliás sido adotado, quer pelos seus colegas Membros do Governo, quer pelos partidos que suportam a coligação de se preocuparem mais em fazer oposição à oposição...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Vem agora com filosofia!

O Orador: ... do que verdadeiramente governarem a favor dos Açores e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isto é um assunto muito sério como o Sr. bem sabe, e, portanto, não tente reescrever a história, lamentamos que ao longo de todo este processo, dirigentes do CDS/PP tenham dito publicamente e erradamente que havia água contaminada a ser fornecida aos praienses...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E havia!

O Orador: ..., o que é falso e que tenha dito que todos os praienses deviam em alto e bom som e publicamente deviam consumir água engarrafada, ...

(Neste momento, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima) mostrou vários documentos à câmara)

O Orador: ... isso sim, é que foi causar alarme e pânico no Concelho da Praia da Vitória e na ilha Terceira e não foi uma forma responsável de assumir este dossier.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Os senhores ameaçaram com cadeia. Se falar, cadeia!

O Orador: Portanto, aquilo que se exige agora, Sr. Vice-Presidente, aquilo que se exige agora é que, tendo em conta aquilo que consta neste relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que o Governo ponha pés ao caminho, arregace as mangas e garanta o cumprimento daquilo que está lá escrito, ou seja, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Para a frente é que é caminho!

O Orador: ... a intervenção, a remoção de zonas afetadas deve ser intensificada, deve ser aumentada, e, isso está bem expresso neste relatório, a não ser, Sr. Vice-Presidente, e para terminar, que o Sr. não confie no LNEC, porque não deixa de ser curioso que ao longo dos últimos anos, o Sr. enquanto líder do CDS, sentado ali, todas as semanas dizia que o LNEC não tinha competência nem preparação, que a monitorização devia ser feita por uma entidade externa e, agora está curiosamente, a colocar o centro da sua ação sobre esta matéria naquilo que consta precisamente no relatório do LNEC, curioso, Sr. Vice-Presidente, curioso, quem o viu e quem o vê, disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo mais inscrições, vamos avançar para a próxima área governativa. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Vou já direto ao assunto, sem rodeios. Pretendo manter o consenso autonómico nas áreas de competência própria da Secretaria dos Assuntos Parlamentares e Comunidades: as nossas comunidades, emigração e imigração, a comunicação social e os assuntos parlamentares.

Em primeiro lugar, porque é uma herança virtuosa recebida do conjunto dos governos da nossa autonomia. Nestas áreas pode, e tem variado a forma de fazer as coisas, com menor ou maior sucesso ao longo do tempo, mas todos, ou quase todos os agentes políticos, convergem no essencial: manter e reforçar os laços que nos unem às nossas comunidades da diáspora e preservar uma imprensa livre nos Açores, enquanto instrumento fundamental de informação credível para a nossa sociedade. A democracia só funciona, na sua plenitude, se existir imprensa livre e liberdade de expressão.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Em segundo lugar, porque tenho a firme convicção que a defesa da democracia e do funcionamento regular das instituições, no contexto de forte

polarização política que estamos a atravessar em toda a Europa, só terá êxito se apostar tudo no diálogo e na concertação de posições.

É fundamental manter abertas as pontes do diálogo institucional e uma forte interação com o conjunto da sociedade civil. É necessário assinalar e colocar a ênfase no muito que nos une a todos nas diversas áreas, respeitando sempre as diferenças. É preciso ter a capacidade de encontrar soluções em que todos, ou quase todos, se possam rever. É possível e é necessário.

A Monarquia Constitucional e a I República claudicaram no contexto de uma forte balcanização do seu sistema político - em tudo semelhante ao contexto atual - e de uma forte polarização do ambiente político.

As redes sociais potenciam e multiplicam, em muitos casos, os discursos de ódio, e agravam um contexto social e político já de si difícil. Por formação pessoal, sei que têm de se evitar os erros do passado. É preciso, muitas vezes, deitar água na fervura. Evitar excessos retóricos. Conter ímpetos e manter, a todo o transe, a racionalidade no processo de tomada de decisão.

Deputado Berto Messias (PS): Volta, Paulo Estêvão!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Assim, a nossa política para as comunidades e a sua projeção orçamental é a mesma de sempre. Unir os açorianos de cá e de lá. Encontrar formas de colaboração que reforcem os elementos identitários que nos unem. Promover o desenvolvimento de novas ligações económicas, culturais e políticas entre as nossas comunidades e os Açores.

Na imigração, o nosso objetivo é, dentro do contexto legislativo existente, criar os mecanismos necessários para integrar estas populações nas nossas comunidades. Um povo de emigrantes, que conhece bem as agruras que significa chegar a terras

estranhas e começar quase do zero, num contexto de grandes dificuldades, tem de saber, na medida das nossas possibilidades, receber e criar as condições de integração necessárias para os aqui querem construir as suas vidas e contribuir para a prosperidade da nossa comunidade.

Na comunicação social o objetivo é ser parte da solução, que tem como objetivo apoiar os órgãos de comunicação social e evitar o seu enfraquecimento ou mesmo o seu desaparecimento gradual. Ela é, na perspetiva deste Governo e sei que de grande parte dos deputados que aqui se sentam, insubstituível na tarefa de informar os cidadãos. Não existe democracia sem informação.

Por isso e para isso, está a ser construído um programa de apoio à comunicação social que permitirá aumentar, muito substancialmente, os apoios nesta área. Todos os órgãos de comunicação serão consultados e ouvidos. Também os profissionais do setor e este Parlamento. Espera-se que o programa, assim elaborado, possa dar as respostas que o sector necessita e que exista uma grande convergência política, não só em relação aos seus objetivos, mas também aos meios e aos instrumentos criados para os atingir.

Mas além da convergência nos objetivos e nos instrumentos criados para a sua execução, importa assegurar um esforço orçamental que permita executar o projetado. E isso está garantido nos documentos orçamentais que agora se apresentam.

Na área do espaço, uma área que me foi delegada pela presidência, importa, neste contexto, fazer aqui referência à visão estratégica que o Governo Regional tem nesta matéria e que o Presidente do Governo Regional descreveu, recentemente: «A natureza global do setor do espaço exige que a consolidação do ecossistema espacial dos Açores se desenvolva numa base de diálogo e cooperação constante com os nossos parceiros, desde logo com a Agência Espacial Portuguesa e com a sua congénere europeia, a Agência Espacial Europeia (ESA)».

A Estratégia dos Açores para o Espaço, aprovada no final de 2022, é uma estratégia assente em vários eixos prioritários: desde logo o desenvolvimento do setor da utilização de dados espaciais, aproveitando a quantidade massiva de dados que diariamente nos é facultada pelos satélites que orbitam o planeta Terra; o aproveitamento da natureza geológica da nossa Região, que oferece condições de excelência para a instalação de locais para teste e ensaio de tecnologias disruptivas, e a realização de missões análogas de natureza técnica e científica, é outro eixo de grande relevância nesta estratégia; fomentar a investigação e inovação no setor do espaço, seja pelo apoio à nossa universidade, aos nossos centros de investigação e aos nossos parques tecnológicos NONAGON, TERINOV e INCUBA+, seja através do aumento do investimento em investigação nas empresas, promovendo a convergência da inovação que se desenvolve nos Açores com a tendência nacional e europeia.

Outro projeto regional de índole mais científica, no âmbito da Rede Atlântica de Estações Geodésicas Espaciais, nomeadamente a estação geodésica fundamental de Santa Maria, tem permitido o aumento do investimento e o aprofundamento da nossa participação e do nosso compromisso.

A Estratégia dos Açores para o Espaço possui, também, uma dimensão de futuro, que permitirá a criação de talentos e de gerações de açorianas e açorianos qualificados em áreas, direta ou indiretamente, relacionadas com o espaço, ao apostar, fortemente, na divulgação, educação e cultura científica para o espaço das nossas comunidades, nomeadamente dos nossos jovens em idade escolar, de todas as ilhas, de todas as idades.

Finalmente, a implementação da estratégia passa, também, pela atração de investimento, de recursos humanos externos e de empreendedores e investidores.

Meus Srs., termino esta intervenção com uma referência ao poder local. Estes documentos orçamentais consubstanciam o aprofundamento da articulação entre o Governo Regional e as autarquias locais.

Concretizaremos as transferências para os Municípios da Região Autónoma dos Açores, o designado «IVA Turístico» respeitantes ao período 2020 – 2022, a pagar até 31 de dezembro de 2024 pela Região, no montante de 3,35 milhões de euros, ficando os valores remanescentes de 2023 e 2024, a pagar em 2025, de acordo com Protocolo que irá ser celebrado com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA).

Concluir-se-á o processo de regularização da transferência para os Municípios da Região Autónoma dos Açores da participação na receita do IRS relativa aos anos, de 2009 e 2010, iniciada em 2021, promovendo-se o pagamento da última prestação no valor de 1,74 milhões de euros, regularizando-se, assim, uma dívida aos municípios no valor 5,48 milhões de euros.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem! Está pago!

O Orador: É proposta deste Governo a criação do Fundo Regional para o Desenvolvimento das Freguesias dos Açores (FDFA), em que se propõe a dotação, neste ano, no valor de dois milhões de euros.

Para as freguesias, o total do Plano nos diferentes departamentos do Governo, corresponde a um valor total de 7,59 milhões de euros, em que destacamos 3,32 milhões de euros da Presidência do Governo, através da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, 1,73 milhões de euros da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, cerca de 865 mil euros da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego e 1,5 milhões de euros da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, em que o valor proposto para o ECOFREGUESIA é de um milhão de euros.

O orçamento global do Plano da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, tem vindo a aumentar, de forma substancial, atingindo, neste Plano, uma dotação de 9,52 milhões de euros.

Em relação à Cooperação com os Municípios, o valor total proposto é de 5,65 milhões de euros em que se destaca:

- IRS: 1,74 milhões de euros

- IVA Turístico de 2020 a 2022: 3,35 milhões de euros

Meus Srs. termino como comecei, o propósito das políticas que aqui enunciei é servir o povo dos Açores, unir esforços, melhorar procedimentos, obter melhores resultados. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que é que os senhores fizeram ao original Paulo Estêvão?! Aquele não é o Paulo Estêvão.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor tem que se esforçar mais um bocadinho.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, gosto da sua boa disposição, parabéns.

Sr. Secretário Paulo Estêvão, antes de mais, espero que tenha corrido bem o Congresso do PPM e que esteja tudo dentro da conformidade, eram os nossos votos, não é!?

Pronto, quanto à comunicação social e não vou perder muito tempo com isto, o conceito que eu conheço de comunicação social livre é para todos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é universal!

O Orador: E só conheço esse conceito, comunicação social é livre, agora, se alguns vendem a alma ao diabo, o Sr. sabe muito bem como é que se diz na igreja, quem encomenda o sermão paga, então devem ser estes a pagar a quem vendeu a alma ao diabo seja o diabo da cor que for, muito bem!

Agora vamos falar de assuntos sérios, o Sr. que tem a pasta das Comunidades e, como sabe, estivemos juntos, Rio Grande do Sul, queria deixar aqui um voto de pesar em nome do CHEGA pela calamidade, enfim eu nem sei como adjetivar o que está a acontecer ali, as inúmeras mortes, e, deixar um abraço fraterno ao povo do Rio Grande do Sul, que muito bem nos soube receber na cidade de Portalegre, que foi fundada ou povoada como queiram por açorianos e se puder deixar aqui este sentimento de solidariedade em meu nome, em nome do meu Grupo Parlamentar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E neste sentido, Sr. Secretário, também gostaria de saber e sei que está algo pensado neste sentido de que forma é que os Açores se vão juntar a esta solidariedade, o que vamos fazer e como vamos fazer para com o povo irmão do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado Carlos Silva (PS): E o requerimento, Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares também tem a competência delegada do poder local e como vem sendo hábito do Grupo Parlamentar do PSD, sempre que falamos e discutimos e debatemos aqui o Plano e Orçamento, temos sempre algum momento em que dedicamos a nossa palavra aos autarcas dos Açores.

E, dizer-lhes, para começar, que nesta nova orgânica fica com mais um grande detalhe provado a grande importância que este Governo dá ao poder local na Região Autónoma dos Açores e perdoem-me todas as outras áreas, mas é a única área e a única Direção Regional tutelada especificamente e diretamente pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, que sempre deu a devida importância ao poder local e que sabia...

Deputado Carlos Silva (PS): Tão importante para o Sr. Secretário Paulo Estêvão!

A Oradora: ... mal tomou posse, que esta seria uma área, também pela sua experiência, que teria de ter outros contributos, outros inputs, outras formas de estar, de fazer e de agir para que todos fossem mais cooperantes e que as respostas aos nossos cidadãos fossem todas dadas de forma mais ágil, foi, como já sabemos todos isso é referido várias vezes criada a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local e a senda deste Governo com o poder local, é de facto valorizar a sua centralidade, descentralizar em cooperação com o Governo Regional mais competências administrativas para as juntas de freguesia e cumprir os seus compromissos, alguns que já vinham de antes, com os municípios dos Açores.

É de salutar que neste Plano e Orçamento para 2024, que note-se já podia estar em execução, obviamente, não está, a juntas de freguesia dos Açores neste momento já podiam estar a fazer as suas candidaturas para acederem aos fundos do novo

regime de apoio e de um novo fundo de apoio para a cooperação com o poder local...

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade!

A Oradora: ... e ainda não estão porque naturalmente o PS votou contra e chumbou o Orçamento...

Deputado José Eduardo (PS): Não vá por aí!

A Oradora: ... em 2019, atrasando em mais 6 meses...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... esta cooperação com as juntas de freguesia, mas, exatamente por isso e porque neste momento as juntas de freguesia ainda não podem estar a fazer essas candidaturas, depressa este Governo teve que tomar uma atitude reforçando o atual regime em mais 1 milhão para que as juntas de freguesia dos Açores não ficassem simplesmente sem resposta e mais seis meses à espera de poderem aceder a este novo fundo que virá, naturalmente em muito breve a esta Casa.

Temos ouvido falar tanto nas audições como nas discussões que temos tido neste Parlamento algumas críticas da oposição no que diz respeito à taxa de execução de 2023, que se situa mais ou menos ali à volta dos 50%. Mas eu recordo, Sr. Presidente, que não fosse também este Governo honrar o compromisso de pagar a última prestação do IRS, que já totaliza os mais de 5 milhões de euros aos municípios dos Açores e provavelmente esta taxa seria maior, mas mesmo se falarmos em taxa de execução de 2023, e, acho que não vamos falar porque seria vergonhoso para o PS/Açores ter que dizer que em 2020 a taxa de execução foi de 11% e, portanto de 11% de 2020 para 50% em 2023, acho que o Partido Socialista não vai querer entrar por aí.

Deputado Carlos Silva (PS): Que obsessão é essa?

A Oradora: Depois também temos contemplado, Sr. Presidente, o pagamento do IVA aos municípios dos Açores e foi este Governo o primeiro Governo que

considerou o IVA turístico como uma taxa municipal, também muito diferente da Madeira, porque a Madeira não fez uma única transferência e nem a considera uma receita municipal.

De resto, Sr. Presidente, o que temos ouvido, temos ouvido já de há 1 ano a esta parte nesta Casa, muitas críticas do Partido Socialista no que diz respeito a contratos ARAL, os contratos ARAL, naturalmente são públicos e também já tivemos oportunidade de ouvir o Sr. Secretário Paulo Estevão nas audições...

Deputado Carlos Silva (PS): Não fala do PSD, é do PS!

Deputado José Eduardo (PS): Não vá por aí!

A Oradora: ... para este Plano e Orçamento...vou, vou, vou por aqui, é exatamente por aqui que eu vou, porque à semelhança deste Governo eu não fujo dos problemas e procuro sempre respostas para eles.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, segundo o que foi adiantado pelo Sr. Secretário Paulo Estêvão e corrija-me se estiver enganada e é essa a pergunta que lhe deixo, por favor, os contratos ARAL...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Tem que sair mais!

A Oradora: ... são celebrados na Região sempre por iniciativa dos próprios municípios, são os municípios que têm de formar a sua iniciativa junto do Governo Regional e o Governo Regional, naturalmente, depois celebra os contratos Aral com os municípios.

Pergunto-lhe diretamente, por favor, quantos contratos ARAL com câmaras socialistas foram recusados pelo Governo desde 2020 até hoje se faz favor?

Mais, em 2016 e porque os contratos ARAL são todos públicos, em 2016, recordo 97% dos contratos ARAL foram feitos com câmaras do Partido Socialista.

Deputado Flávio Soares (PSD): Afinal...

A Oradora: Em 2017, foram 100% dos contratos ARAL feitos com câmaras do Partido Socialista, 2018, 2019, 2020, chegamos aos 99% novamente de contratos ARAL feitos com câmaras do Partido Socialista, por isso hoje, é preciso uma grande dose de descaramento...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... para constantemente acusar este Governo de não fazer contratos ARAL com câmaras do Partido Socialista, eu já disse e termino, novamente, os Srs. vão ter que se habituar...

Deputado Carlos Silva (PS): Estar quietos e caladinhos, não é?

A Oradora: ... que os contratos ARAL também vão ser bastante celebrados com câmaras do PSD e em 2025 há eleições autárquicas de novo, portanto, serão sempre maioritariamente a partir de agora, celebrados com câmaras do PSD, porque mais estas eleições é o PSD que as vai ganhar. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Paulo Estevão ouvi dizê-lo há bocadinho desta tribuna, não existe democracia sem informação, onde é que está a informação relativamente ao

Espaço, os Srs. têm tido um comportamento de opacidade deplorável relativamente ao Espaço, o Espaço para além da perda de autonomia que representou a demissão do Governo Regional dos Açores, quando passa para a PT Space essa gestão, nunca mais se ouviu falar em reuniões de esclarecimento à população isso desapareceu completamente.

A informação nós ouvimo-la em palavras ocas e muito bem ditas e bem faladas pelo Sr. Presidente do Governo que se dirige e fala do Espaço, mas depois não materializa absolutamente em nada aquilo que vai dizendo, uma vez é o Espaço Espacial, a centralidade dos Açores está no Espaço também, mas depois materializar isso não o tem feito com certeza.

O seu antecessor, Sr. Secretário Paulo Estevão, referia de uma forma um bocadinho estranha que este Governo estava a elaborar workshops e estabelecer parcerias com parceiros estratégicos, mas, eu não acredito que V. Exa. cometa este mesmo erro de ir por aí, embora já o tenha feito há pouco, mas pergunto-lhe concretamente que projetos é que existem e qual é que é efetiva e real calendarização desses projetos? A remodelação finalmente em curso da Casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria, que, nas palavras de uma sua antecessora e também Membro deste Governo, seria a sede da PT Space, em Santa Maria, representando com isso, obviamente que as 20 pessoas que estão a trabalhar, cerca de 20 pessoas que trabalham para a PT Space, em Lisboa, que viriam trabalhar para Santa Maria, eu pergunto-lhe qual é que será verdadeiramente o inquilino desta casa, se será a PT Space será a EMA Espaço?

A sangria que os Srs. têm operado na RAEGE em Santa Maria não é reveladora daquilo que o Sr. referiu há pouco relativamente à estação Geodésica da RAEGE, os Srs. reduziram o pessoal e a pergunta que é impreterível fazer-se é se os Srs. pretendem integrá-la na PT Space com isso, prejudicando claramente Santa Maria e os Açores no projeto que a RAEGE representa.

E finalmente, embora voe, mas mais baixinho e à latera, porque não é exatamente a ver com isto, mas com tecnologia eu perguntava-lhe mais como desafio e uma pergunta que lhe faria, é se o Sr. tem noção, apesar de toda a controvérsia dos cabos submarinos, se tem noção de que o edifício da RAEGE em Santa Maria, quando foi projetado, tinha uma sala não só para alojar o Disaster Recovery do Governo, como também uma ligação exterior de recursos por satélite, essa é apenas uma reflexão, sabendo também perfeitamente que relativamente a alguns dos projetos que dizem respeito ao Espaço, como os SST do lixo espacial e a (impercetível) que seriam para ser feitos na Graciosa, os Srs. não dizem, pelos vistos já...

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): A intervenção é difusa e perdeu-se no espaço! É ininteligível!

O Orador: ... os perdemos e isso é de facto muito mau para a nossa ciência, para a nossa tecnologia e para o cluster espacial que é apregoado desse lado e que foi praticamente abandonado desde que os Srs. tomaram posse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Rodrigues (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, caros colegas.

Há realmente aqui muita amnésia neste momento que se viveu há pouco, é de bradar aos céus realmente, se a gente alargasse isso a outros campos, aos voos da SATA, por exemplo, que é um bom exemplo que se pode trazer aqui, há 4 anos tiraram-nos alguns voos, um paciente de Santa Maria tinha que se deslocar a Ponta Delgada para uma consulta, teria que sair à terça-feira, às 2 da tarde e chegar à quinta-feira às 2 da tarde.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Aconteceu o mesmo o ano passado, Sr. Deputado.

O Orador: Está esquecida, ---

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): No ano passado foi igual!

O Orador: ... a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, cartas para baixo, cartas para cima, nunca tivemos resposta.

Sobre aqui o Espaço gostava também de falar aqui, e, dizer que também há aqui muita amnésia, realmente de 2016 a 2020 encheram-se várias salas em Santa Maria e grandes discursos e sessões de duas e três horas, até se prometia mudar para Santa Maria com a família logo que arrancasse o primeiro foguetão, situação que não passou mais do que atirar areia para as pessoas, para os olhos das pessoas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): A isso chama-se esclarecimento!

O Orador: Porque daí para a frente, realmente a montanha pariu um rato e foi preciso começar de novo, foi preciso fazer uma estratégia para o Espaço, foi preciso criar uma lei nova para o Espaço, foi preciso o Governo da República estar ao nosso lado, foi preciso a Agência Espacial Europeia estar de mãos dadas com a EMA Espaço, porque isso estava tudo escangalhado, como se diz na gíria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Ao ponto de os CanSat's saírem de Santa Maria, a Sra. responsável pela ciência viva não andava muito bem-disposta com o Governo da Região, portanto, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Ministro da Ciência estava mal com o Dr. Vasco Cordeiro!

O Orador: ... o Sr. Ministro Manuel Heitor, também não se dava muito bem ali com o nosso ex-Presidente, Dr. Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu com ele sempre me dei muito bem.

O Orador: Aliás, isso foi comprovado várias vezes, portanto, isso estava tudo um bocado desgovernado.

Agora o rumo é só um e falamos todos a mesma linguagem, fala o Governo da República, temos ali o Sr. Deputado, o Sr. candidato à Europa do Partido Socialista dizia há dias em Santa Maria que só há pressa em ver edifícios prontos, portanto, não é só isso, nós queremos o edifício, vai ficar pronto. Quem disse e quem prometeu que a Agência Espacial Europeia se ia instalar em Santa Maria não foi este Governo, foi o Partido Socialista na altura...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Isso não está nas declarações!

O Orador: ... que eram especialistas em lançar uma ideia, depois um anteprojecto, ...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E vocês é “estratégias”.

O Orador: ... depois um projeto, depois a primeira pedra, depois enterrava um canudo, enterravam um tubo...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... enterravam um tubo de aço inox, uma tenda, umas colunas, era um espetáculo, especialistas. Aliás, posso dizer, como vocês todos sabem, nesta sala eu fui... Sra., estimada amiga Dra. Joana tenha calma.

Em 2009, a primeira vez que eu decidi entrar na política fui candidato à Câmara de Vila do Porto, tive a prezada visita do então Presidente Carlos César em 15 dias, acho que quatro vezes porque o chão começou a tremer, e todas as obras prometidas em 2009, foram muitas, o Museu, sei lá, até se mudou de uma hora para a outra a Secretária da Segurança Social, acho que na altura era assim que se dizia, estava na

Santa Casa a apresentar o projeto da nova creche, recebeu um telefonema, embrulha esses papéis...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Olhe o Sr. Vice-Presidente nem à Santa Casa vai!

O Orador: ... porque já não vai ser aí a creche vai ser em outro lado, portanto é só para mostrar essa estratégia, organização que existia por aí.

E, vou terminar rapidamente, só dizer aqui algumas coisas que me parecem ser relevantes. Este Plano é o que tem o maior investimento de todos os tempos para o Espaço, duplicou o seu valor de 840 mil para 1 milhão e 700 mil.

Deputado Berto Messias (PS): que disparate vai sair agora!?

O Orador: É um Plano que está alinhado com a implementação, fala aí o meu amigo Berto Messias, até tivemos um hobby em comum, ...

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: ... fomos os dois forçados, havia uma diferença ele era rabejador e eu era caras.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Inês Sá (PS): Isso é mesmo matéria que os açorianos estão a **precisar de saber!**

O Orador: Portanto, ainda há dias tivemos em Santa Maria a presença da Dra. Vera Pinto, da Direção-Geral de Indústria e Defesa para o Espaço, trabalha em Bruxelas e também ela que nos traz mais um reforço, sendo os dados espaciais tem potencial imenso para os Açores, portanto aqui também o que nós temos que fazer é dar as mãos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó Sr. Secretário Paulo Estêvão, já viu?

O Orador: ... e levar por diante esse projeto. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra faça favor.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, eu quando o vi levantar-se do seu lugar pensei que iria falar sobre um contrato ARAL protocolado por V. Exa. enquanto era Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto com este Governo e que até agora fizeram zero, pensei que era para isso, mas não, falou de Espaço e falou em amnésia e para que o Sr. não reescreva a história, eu vou-lhe lembrar em relação à amnésia que para o Espaço existia um projeto aprovado, um concurso que os Srs. anularam com receio de uma decisão do Tribunal, esse processo parou por culpa deste Governo e não por inércia do Partido Socialista...

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, do resto eu percebi pouco do que disse, mas sim, não vai rescrever a história, quem acabou com o projeto que estava a ser implementado foi este Governo quando anulou o concurso, que já estava atribuído. Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Rodrigues, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados.

Em resposta muito rápida ali ao meu amigo Dr. João Vasco, realmente em 12 anos que tive na Câmara de Vila do Porto fizemos um contrato ARAL no valor de 20 mil euros numa campanha para a recolha seletiva de resíduos.

Deputado João Vasco Costa (PS): E o protocolo que assinou?

O Orador: Não percebi, está a confundir os papeis...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não, não!

O Orador: ..., o Sr. está baralhado, o Sr. está um bocado fora do assunto. Está a falar talvez no documento que assinamos com o IROA para receber as águas do IROA talvez, não há mais nenhum contrato ARAL, desculpe lá não está a falar verdade, mas gostava de lhe dizer que o meu maior desgosto durante estes 12 anos nem foi os contratos ARAL, foi nunca ter tido a possibilidade de receber um Presidente do Governo no nosso salão nobre da Câmara Municipal de Vila do Porto, os Governos, os dois presidentes do Partido Socialista.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

Falarei 30 segundos, não posso deixar de o fazer, eu não percebo tanto de foguetões como o Sr. Deputado Carlos Rodrigues, isso é evidente, sendo certo, porém, e secundando aquilo que disse o meu camarada João Vasco Costa, de facto, o dossier da instalação de uma estação espacial em Santa Maria, de facto, infelizmente, infelizmente para os marienses, teve muitos retrocessos nos últimos 3 anos e meio, e isso é uma evidência...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso!

O Orador: ... e, eventualmente, se antes de 2021, a Câmara Municipal de Vila do Porto se tivesse chegado à frente enquanto parceira privilegiada do Governo Regional, se calhar este processo teria tido outro avanço que infelizmente não teve. Mas Sr. Deputado Carlos Rodrigues, não posso deixar de lhe dizer o seguinte, nós, de facto, tivemos o mesmo passatempo tauromáquico, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Onde é que está o Sr. Deputado Pedro Neves?

O Orador: ... e, não posso deixar de lhe dizer o seguinte, aproveitando que o Sr. Deputado Pedro Neves não está na sala.

(Risos dos Deputados das diversas bancadas)

O Orador: A única posição que eu nunca fiz foi precisamente rabejador, porque a minha constituição física não o permite, era só esta nota que gostaria de dar. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo. Sr. Deputado José Pacheco, em relação ao Congresso do PPM pode acontecer que eu tenha que fazer como o CHEGA, fazer Congressos de 6 em 6 meses, não sei se isso vai acontecer ou não, vamos ver.

Deputada Olivéria Santos (*CH*): Depois habitua-se!

O Orador: Quanto à questão do Rio Grande do Sul, na questão do Rio Grande do Sul, que V. Exa. conhece perfeitamente e conhece também a Casa dos Açores e os seus responsáveis e o trabalho extraordinário...

Deputado Francisco Lima (*CH*): Extraordinário!

O Orador: ... que fizeram e que estão a fazer no Rio Grande do Sul, em termos de recuperação da identidade açoriana, essa é gente muito credível e é gente que já se disponibilizou para poder canalizar para o Estado os apoios que a sociedade civil e o governo tem a oportunidade de conseguir aglomerar e, portanto, há um esforço que tem que ser feito e será a Casa dos Açores, aliás, estamos a acompanhar a situação com contactos permanentes com a Casa dos Açores no Rio Grande do Sul, a destruição é imensa, as imagens televisivas nem sequer lhe fazem justiça, é uma enorme tragédia e é preciso ter em conta que no Rio Grande do Sul vivem de facto 1 milhão e 200 mil cidadãos que são descendentes de açorianos e eles têm a perceção disso.

Aliás, V. Exa. na visita que fez ao Rio Grande do Sul teve a oportunidade de ver como é que se apresentou logo o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul disse logo, eu sou açoriano, é descendente dos açorianos que povoaram o Rio Grande do Sul logo no Séc. XVIII e tem orgulho nisso. Por isso é claramente uma sociedade açoriana tem o dever, temos o dever de apoiar os nossos irmãos do Rio Grande do Sul e vamos fazê-lo e estamos a fazê-lo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como?

O Orador: Quero também dizer à Sra. Deputada Sabrina Furtado, que nós olhámos para as nossas câmaras municipais, como as câmaras municipais dos Açores, não olhámos se são socialistas ou sociais democratas, nós olhámos para as câmaras municipais, como as câmaras da nossa Região e para as nossas juntas de freguesia a mesma coisa, não nos interessa, interessam-nos que são instituições, o poder local presta um serviço insubstituível à Região Autónoma dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: E por isso nós vemos o poder local como entidades que temos que favorecer, independentemente da escolha que fazem os munícipes e que se fazem nas juntas de freguesia em relação às suas opções políticas, isso não pode acontecer e com este Governo não acontece.

Em relação à questão que me colocou obviamente não foi recusado nenhuma candidatura.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso! Falso!

O Orador: Eu quero também referenciar, em relação ao Sr. Deputado João Vasco Costa, que eu fiz aqui um apelo a questões que são essenciais, em que nós, os açorianos, nos temos que unir, que devemos evitar a polarização política em que é importante, eu acho que estamos a entrar numa fase, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: ... estamos a entrar numa fase do ambiente político... sou o mesmo, Sr., só que tenho outras responsabilidades e obviamente, a minha responsabilidade aqui é como sempre foi em todo o meu percurso político é unir os açorianos...

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: ... e defender sempre os interesses dos Açores, defender sempre os interesses dos Açores e por isso eu digo-lhe uma coisa que eu noto na sociedade portuguesa e açoriana é que as pessoas estão fartas da polarização e do debate constante e da destruição que muitas vezes os políticos fazem dos projetos que têm, são projetos muito importantes em que se concorda com 90% daquilo que está a acontecer, mas os discursos políticos e a prática política insiste no confronto permanente, desgastando energias, o que é necessário é encontrar pontos de contactos e conseguir concluir as exposições para aquilo que interessa e por isso...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que é que os senhores fizeram ao Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma sombra de si próprio! É dramático!

O Orador: ... e por isso o que lhe quero dizer, Sr. Deputado é que, como pode observar em relação ao Plano, nós temos um Plano de 1 milhão e 770 mil euros, que é algo sem precedentes em relação àquilo que está a ser projetado para o Espaço. É um conjunto bastante significativo de iniciativas, que se observar e analisar o Plano, poderá verificar que se o que nós nos preocupa é realmente executar o conjunto de valências que nós temos à nossa disposição.

Portanto, eu não alinho, Sr. Deputado, não alinho, até porque no passado, e, os Srs. Deputados que aqui estavam sabem que quando se lançou o projeto espacial, muitos não acreditavam que pudesse vir a ter os resultados que teve, eu fiz, se forem ver aos Diários das Sessões poderão ter sempre a certeza absoluta que eu fiz sempre discursos de apoio ao desenvolvimento do projeto que achei sempre estratégico e sempre achei que deveríamos confluír nesta matéria, porque é uma matéria...

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que o resto das bancadas não fazia isso!

O Orador: ... com um futuro tremendo para os Açores, não é um futuro a curto prazo, mas é um futuro a médio longo prazo que terá grandes proveitos para os Açores.

Depois dizer outra coisa, não ter a tentação de ter um discurso, não estou a dizer que V. Exa. o teve, não o teve, mas não ter um discurso provinciano sobre esta matéria, dizer que vamos desenvolver a indústria espacial sozinhos, não é assim que as coisas se passam em relação ao Espaço e à tecnologia espacial, é necessário é assegurar o maior número possível de interações com quem tem a tecnologia, com quem tem o dinheiro para investir com quem tem a capacidade que tem os quadros humanos necessários para desenvolver de facto este setor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Até aí tudo bem!

O Orador: Este setor não é um setor em que se possam fechar as portas e evitar que os outros entrem, a estratégia é exatamente diferente que é integrar todos aqueles que têm esse conhecimento, têm essas tecnologias e que têm interesse em investir nos Açores nesta matéria, tornando um ponto de referência no país e na Europa, porque reunimos as condições para que estes projetos possam ter um grande êxito, e, é isso que se está a fazer.

Em relação a datas, há uma coisa que eu aprendi também, e, já estou a superar o tempo que eu tenho disponível aqui no Governo, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): De forma abusiva!

Deputado João Vasco Costa (PS): Esta é a prova definitiva de que o senhor não é o mesmo!

O Orador: ..., mas dizer só o seguinte, dizer nesta matéria em relação às datas, eu aprendi o seguinte, se nós avançamos com uma data que depois não se cumpre por 1 mês ou 2 qual é a notícia? A notícia é que o Governo tinha um plano...

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores já avançaram!

O Orador: ... é que o Governo tinha um plano, é que o Governo tinha uma data e não a cumpriu e, portanto, o Governo falhou, eu prefiro, tenho boas notícias para dar, mas eu prefiro aguardar que elas concretizem e aí a notícia é a concretização

de projetos importantíssimos nesta matéria, e Sr. Deputado, elas estão muito próximas de acontecer.

Quero também dizer em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Rodrigues, e termino, dizer o seguinte, que nesta matéria nós temos, e, isto eu posso avançar, em relação à inauguração da Sede Nacional da Agência Espacial Portuguesa ela vai acontecer este ano, ainda este ano, é uma notícia muito importante, e Sr. Deputado, é sim, é verdade que nós temos um bom relacionamento com um conjunto de instituições que é importante manter esse bom relacionamento com esse conjunto de instituições e, por exemplo, em relação ao Cansat Nacional, que é um êxito,...

Deputado Carlos Silva (PS): E sobre o espaço, o que é que o senhor tem a dizer?

O Orador: ... trouxe centenas de jovens extraordinários à nossa Região...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Isso não é de agora, Sr. Secretário!

O Orador: ... e a Santa Maria e também agora, por exemplo, o Cansat Júnior, que se vai desenvolver no final desta semana e em que eu também estarei presente. É também um conjunto importante de iniciativas que promovem o conhecimento e o desenvolvimento deste setor. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tomo a palavra, embora o Sr. Secretário já tenha dito que ultrapassou o seu tempo, mas espero que tenha reservado algum ainda para poder responder.

Para confrontar o Sr. Secretário, com aquilo que foram afirmações tidas na tribuna ainda há pouco, e, vou usar a expressão que usou “evitar excessos retóricos também se agradece”.

A questão tem a ver com o Programa de Apoio à Comunicação Social, o Sr. Secretário comunicou que estão a ser consultados e ouvidos os órgãos de comunicação social para o desenho do novo modelo de financiamento.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não foi este, foi o outro!

A Oradora: Sr. Secretário, este Governo há quase 4 anos prometeu aos órgãos de comunicação social um novo modelo de financiamento e quase 4 anos depois, o Sr. Secretário vem aqui anunciar que estão a ser ouvidos, auscultados para então se desenhar um programa de apoio, Sr. Secretário, o que é que fez o anterior Governo? Nada? Não havia já um programa de apoio aos órgãos de comunicação social que corrigia todas as lacunas do anterior? Deixo-lhe a questão.

Outra das questões que gostaria aqui de colocar tem a ver com a cooperação com as freguesias, esta é uma bandeira que tem sido acenada às freguesias dos Açores desde 2021 e que apenas em meados de 2023 deu entrada na Assembleia para discussão, é certo que caiu com a última legislatura, mas também é certo que ainda não deu entrada e houve um compromisso assumido por parte do Sr. Presidente do Governo Regional no passado dia 27 de abril, aquando do Congresso da ANAFRE Açores de que na semana seguinte assumiu o compromisso de que esta iniciativa daria entrada nesta Assembleia e até o momento ainda não o fez. E, portanto, quando falamos em protelar...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Qual é?

A Oradora: ... e que foi prejudicado com o chumbo do Governo não é verdade, há uma série de atrasos sempre da responsabilidade deste Governo.

Relativamente à questão dos projetos ARAL devo dizer e não resisto a fazer citação, devo dizer que aquilo que foram, aquelas que foram a declaração feita pela Sra. Deputada Sabrina, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A senhora está a receber essa informação online?

A Oradora: ... em que dizia o seguinte, e, eu vou ler para não falhar: os Srs. vão ter que se habituar que os contratos ARAL também vão ser celebrados com câmaras do PSD e em 2025 há eleições autárquicas que de novo, portanto, serão sempre maioritariamente a partir de agora, celebrados com câmaras do PSD, porque mais estas eleições é o PSD que as vai ganhar”, esta é o exemplo da humildade democrática que vos assiste e para além disso, Sra. Deputada, apontar o dedo aos governos socialistas...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Nunca disse que tinha!

A Oradora: ... e depois anunciar que o fazem e vão continuar a fazer é no mínimo vergonhoso.

Há outra questão, Sra. Deputada, a questão de as candidaturas serem iniciativa das câmaras municipais, devo dizer, e o Sr. Secretário respondeu dizendo...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Se a senhora soubesse a diferença entre maioria e minoria...

A Oradora: ... que não havia projetos ARAL de câmaras socialistas com parecer negativo, o que é certo é que existem sem resposta e a minha questão é, qual a diferença? Continuam as câmaras socialistas sem resposta aos seus projetos.

Relativamente àquilo que diz respeito, e, vou terminar porque o tempo já é escasso, mas não gostaria de deixar de terminar sem dizer, Sr. Secretário Regional, aquela que é a humildade tão apregoada por este Governo tarda em chegar e tarda em chegar também o diálogo que, ao que parece, é apenas um monólogo ao espelho

que os Srs. fazem e que tarda a chegar com os parceiros sociais, com os partidos e com os açorianos. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Leal.

Deputado José Leal (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Caro Sr. Presidente do Governo e restantes elementos do Governo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu queria dizer duas ou três palavras, eu não percebo nada de Espaço, nem de touros nem nada disso, mas há uma coisa que eu percebo que é de autarquias e já tenho alguns anos nessa vida felizmente, e, estar próximo da população é sempre uma honra e um orgulho. E é uma honra e orgulho que tive o privilégio que com este Governo de ver satisfazer através da criação, da importância que este Governo dá, através da criação de uma Direção de Cooperação com o Poder Local.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Porque é muito fácil fazermos discursos, temos a retórica, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... dizer que é importante a política de proximidade, estar juntos da população e depois de facto, nas orgânicas, nos regulamentos, as coisas não se traduzem.

E o Governo teve essa coragem de criar uma direção própria de cooperação com o poder local e dar a devida importância com conteúdos adequados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é importante ter esse pensamento. Segundo pensamento que eu gostava de deixar aqui, já tenho alguns anos, como eu disse, e, lembro-me, e, se quiserem eu trago, isso está nas atas municipais da Câmara Municipal de Ponta Delgada, nas atas das reuniões das assembleias municipais, eu trago aqui em 2015, era o então Partido Socialista que estava no Governo Regional, era então Secretário de Economia, um rapaz que até é meu amigo de outras lides e, portanto, e que até foi candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada e o Governo Socialista da altura, através dessa Secretaria, fez quase uma transferência de 1 milhão de euros para as juntas de freguesia do Concelho de Ponta Delgada só que eram todas do Partido Socialista e nenhuma do PSD.

Deputada Salomé Matos (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, peço desculpa, estou-me a enganar, deram 2 mil ou 3 mil euros à Banda Filarmónica de uma freguesia que por acaso é do PS, dois mil euros a um ex-autarca do PSD que estava à frente dessa Banda e diziam que, afinal, do 1 milhão ou das centenas de milhares de euros que deram, eu tenho esse documento, das centenas de milhares de euros que deram, tinham 2, 3 mil para aquela Banda, que até foi um ex-autarca vosso que estava lá e nós recebíamos zero. Nós agora estamos a ter uma política, como disse o Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares, uma política que vale as câmaras independentemente da cor política, são câmaras dos Açores, são juntas dos Açores, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: ... não é o cartão de militância que dita a transferência de verba.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isso é típico de certos regimes que os Srs. preconizam.

Portanto, continuando nessa senda, eu queria dizer que há realmente um aumento de verbas, um aumento de verbas que traduz-se no Eco Freguesias, o dobro de meio milhão para 1 milhão.

Há o pagamento do IRS em atraso às Câmaras que vem desde 2009/2010, vejam! E não se esqueçam de uma coisa quando atrasaram o Orçamento quando atrasaram, acharam chumbar o Orçamento, é democrático ninguém está a dizer o contrário, mas esqueceram-se de um pequeno pormenor, deixaram-nos descalços perante a população nos apoios sociais, em ordenados, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Desculpe?! Ó senhor pela sua saúde! Menos!

O Orador: ..., nos impostos, em muita coisa que nós ficamos aflitos na gestão das nossas autarquias.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Chumbam o Orçamento e depois acham que se faz omeletes sem ovos, e, vêm depois dizer que, bem, digam isso aos fornecedores, digam isso a muita gente que ficou sem respostas adequadas.

Mas eu queria dizer o seguinte, vai haver um novo programa, eu acredito, Sr. Presidente do Governo, foi dito no Congresso da ANAFRE, o novo regime de cooperação técnico financeira com as freguesias, eu acredito, mas para isso é preciso orçamentação e, é isso que estamos a debater aqui o Orçamento de 2 milhões de euros mais 1 milhão e tal do atual programa, são 3 milhões e tal que neste momento estão em vigor. E porque é que é 2 milhões e para o ano 4 milhões? Porque estamos a discutir um Orçamento para 6 meses, nós não estamos a discutir um orçamento anual, estamos a discutir um Orçamento que vai acabar agora em dezembro, no ano fiscal, como sabem, coincide com o ano civil em Portugal, e,

portanto, são 2 milhões que vamos ter, 4 milhões para o próximo ano, para além do Eco Freguesias são 7 milhões e tal que estão previstos de transferências...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que confusão! Pelo amor de Deus!

O Orador: ... para as juntas de freguesia, meus amigos, nós não podemos passar a vida a dizer mal quando não temos, e, temos que saber reconhecer quando temos e foi este Governo que está a reconhecer a importância estatutária das freguesias, das câmaras e está a saber reconhecer através de factos reais, através da transferência de verbas e não distinguindo açorianos entre si e isso é importante realçar aqui. Tenho dito.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Talvez por isso é que o Jaime Vieira ainda não falou.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Simões, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs., Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Não podia deixar passar a oportunidade para falar de um assunto que é fundamental para todos nós e que é a comunicação social.

Vou ser muito rápido, perguntou-se aqui porque é que já não havia um programa para a comunicação social, já houve uma coisa, um programa chamado Média+, entretanto, parece que pelo meio alguém chumbou um Programa de Governo, parece que houve eleições e parece que as coisas todas se atrasaram, parece-me, parece-me.

Deputado João Vasco Costa (PS): Já existia comunicação social!

O Orador: Só para dizer o seguinte, quando alguém, e, esse alguém é o Dr. Vasco Cordeiro, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, diz que, o apoio que estava previsto à massa salarial, como assim lhe chamaram, dos jornalistas é uma coisa grotesca, perversa e uma tentativa mal disfarçada de controlar a comunicação social, revela uma de duas coisas ou má-fé ou ignorância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: É fundamental que nós percebamos isto, que é, a comunicação social não consegue sobreviver com o Promédia, nem o Promédia dá 4, nem dá 5, nem dá 6, nem atual, Sra. Deputada não sobrevive! E se alguém disser o contrário, não sabe do que é que está a falar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É importante rever as regras de forma fundamental...

Deputado João Vasco Costa (PS): Fala em causa própria!

O Orador: ... fale na sua altura, por favor, deixe-me acabar. É fundamental rever o apoio à comunicação social, folgo em ver que se sentem tão incomodados, ótimo, muito bem, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu estou a falar de um assunto muito sério e, isto ultrapassa as cores políticas e partidárias, isto tem a ver com a liberdade, com a democracia e com a voz dos açorianos e quem assim não entender...

Deputado João Vasco Costa (PS): Os interesses corporativos!

O Orador: ... está contra a liberdade de imprensa, é bom que se perceba isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais, eu dou-vos só um exemplo de um país que até será do vosso agrado, a Noruega, imagino que seja! A Noruega, é um país que há muitos anos tem um apoio estatal direto à comunicação social.

Deputado Carlos Silva (PS): Imparcialidade e ética!

O Orador: Eu tomei nota do valor para não me enganar algures aqui numa folhinha...

Deputada Inês Sá (PS): Tome como exemplo.

O Orador: ...diga, diga, não percebi.

Deputada Inês Sá (PS): Tome como exemplo! Não se esqueça!

O Orador: Ah, mas eu gosto sempre de ver! A Noruega, que há 7 anos consecutivos está no primeiro lugar do índice da liberdade de informação dos “Repórteres sem Fronteiras”, atribuiu em 2023, 34 milhões e meio a 156 jornais, uma média de 220 mil euros por título, um país que tem metade da população portuguesa.

O que eu quero com isto dizer é que não podemos ficar a pensar que os jornalistas são das duas uma, ou todos corruptos ou todos corruptíveis, fica-vos mal meus Srs.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): As palavras não são nossas, são suas, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo. Para mim seria fácil debitar...

(*Neste momento, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão) mostrou um documento à câmara*)

O Orador: ... aqui um conjunto de resultados em relação a um conjunto de anos em relação aos contratos ARAL mas, o que é que acontecia no tempo do Partido Socialista, mas, não é isso que a cidadania quer, a cidadania quer resultados, alguém que olhe para o futuro e resolva problemas. E por isso, o que eu vos tenho para apresentar é, a nível da comunicação social estamos a construir o programa mais ambicioso das últimas décadas em relação ao apoio à comunicação social, e, eu não quero que este seja um programa de apoio do Governo, quero que seja deste Governo, é um apoio que nós queremos manter e por isso precisamos do apoio dos Srs., Deputados e em todos aqueles que acreditam que salvar a comunicação social com apoios que lhe permita sobreviver, é um objetivo de todos, de todos os açorianos e de todos os Deputados que estão nesta Casa.

Portanto, não vamos em nenhum momento instrumentalizar esta medida é uma medida que está projetada, V. Exas. têm os documentos, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais documentos?

O Orador: ... é o maior apoio previsto nas últimas décadas, é um apoio importante e nós queremos que o conjunto de instrumentos que estão a ser pensados tenham a participação de todos, desde logo, todos os órgãos de comunicação social que estamos a visitar um a um pela primeira vez também.

Deputado Berto Messias (PS): Pela 1ª vez do seu Governo!

O Orador: Estamos a visitar todos os órgãos de comunicação social porque há problemas diferentes em cada órgão de comunicação social...

Deputado Francisco Lima (CH): Não conta!

O Orador: ... não se pense que vamos apenas visitar aqueles que são os grupos maiores ou os que têm um conjunto de temáticas que são idênticas. Nós queremos perceber o conjunto de problemas e querem que vos diga, temos recebidos ótimas ideias de muitos órgãos de comunicação social e, mais do que isso, a nossa ambição, a nossa meta, Sra. Deputada, é, antes da aprovação do próximo Plano e Orçamento, do próximo Orçamento para 2025, essa proposta será apresentada aqui neste Parlamento dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Não pode deixar de ser!

O Orador: Por isso o que estamos a preparar é uma medida que vai resolver em grande parte o problema e se não for, pois estaremos aqui para responder pelos resultados, que acho muito importante que os políticos respondam pelos resultados obtidos e é isso que eu pretendo fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Berto Messias, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Votaram contra, depois não venham dizer que são a favor!

O Orador: Uma intervenção necessariamente rápida relativamente aos apoios públicos à comunicação social privada na nossa Região, para dizer o seguinte, os Srs. Deputados, o Governo, os partidos da coligação não têm feito outra coisa senão diabolizar o Promédia e dizer que o Promédia é mau, pois os Srs. nos últimos 4 anos, a única coisa que fizeram de apoio à comunicação social foi prolongar a vigência do Promédia, não fizeram mais nada, prolongaram a vigência do Promédia.

Nós estamos aqui disponíveis para discutir convosco aquilo que aqui vier de apoio à comunicação social, porque Sr. Secretário Paulo Estêvão necessariamente tem que vir aqui, porque isso é um Decreto Legislativo Regional e, portanto, não é novidade tem que ser discutido aqui enquanto Decreto Legislativo Regional.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): O que eu disse é que vinha...

O Orador: Dizer-lhe também que não é a primeira vez que um Secretário que tutela os apoios públicos à comunicação social visita todos os órgãos de comunicação social da nossa Região, isso já foi feito por mim e por antecessores meus e também pelo Sr. e ainda bem que assim é!

E nós estamos aqui disponíveis para discutir consigo, com o Governo e com os partidos aqui representados um programa de apoio à comunicação social privada que os ajude e que promova a sua atividade, que é absolutamente fundamental, mas o PS não está disponível para apoiar qualquer tipo de apoio que preveja apoiar diretamente pelo Governo os ordenados dos jornalistas dos órgãos de comunicação social privado da nossa Região, isso é um abuso, é ultrapassar aquelas que são as competências em termos de apoios públicos à comunicação social privada da nossa Região e com isso, nós naturalmente não podemos compactuar.

E não é por acaso que no final da última legislatura, depois do Sr. Presidente do Governo ter anunciado que isso ia acontecer, todo o debate público que gerou à

volta dessa matéria fez com que com que o Governo recuasse e metesse essa proposta na gaveta. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Simões, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs., Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Tentou-se fazer, Dr. Berto Messias, Sr. Deputado, fez-se o Média+, que foi com esse argumento que usou, completamente estraçalhado, achando que é um crime lesa-pátria que existam estatais regionais à comunicação social, se bem me lembro no COVID, isso aconteceu, corrija-me, se estou errado, o vosso Governo deu apoios à comunicação social durante o COVID, é uma exceção à regra, é sempre uma exceção à regra.

Essa questão de não querer, de fazerem finca-pé, de a Região, o Estado, neste caso a Região não apoiar a comunicação social eu não percebo porquê e eu gostava que o Sr. Deputado Berto Messias me explicasse porque é que é tão adverso a que exista um apoio que será controlado, fiscalizado, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse que era contra o apoio, as palavras são suas!

O Orador: ...transparente, que me explique porquê, qual é o receio, Sr. Deputado Berto Messias, a pergunta é esta, qual é o receio de uma política de apoio à comunicação social que passe por apoiar as empresas de mídia diretamente financeiramente, como existe de resto noutros países da União Europeia, a começar

pelo Luxemburgo, a França, a Dinamarca, enfim, são vários, não vos vou maçar, mas gostava que me respondesse, obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Simões, não existe Mídia+, o Mídia+ não entrou neste Parlamento, nós não fomos sequer consultados sobre o Mídia+, não tivemos oportunidade de aqui discutir o que estava no Mídia+ a proposta não entrou, ...

Deputado Paulo Simões (PSD): Então o senhor tem uma opinião adversa sobre um programa que não conhece?!

O Orador: ... a proposta parou, foi colocada na gaveta, portanto, e isso foi...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor pronunciou-se sobre uma coisa que não conhecia!

O Orador: ... tornado público pelos Srs. e daí se gerou um debate público à volta dessa matéria.

Nós teremos muito gosto em discutir aquele que será o novo programa de apoio à comunicação social que os Srs. aqui trarão, teremos muito gosto, mas fica já aqui a nota, nós não estamos disponíveis para apoiar um programa...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mas porquê?

O Orador: ... que apoie diretamente o pagamento de ordenados a jornalistas, secundando, aliás, ...

Deputado Paulo Simões (PSD): Isso eu já percebi!

O Orador: ...secundando, aliás, aquela que é a posição que foi tornada pública pelo sindicato de jornalistas da nossa Região, com a qual nós concordamos em absoluto. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Simões, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Dr. Berto Messias, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: ... fiquei confuso, verdadeiramente, o Media+ não existe, mas existe, não existe porque não deu entrada, mas existe porque o PS pronunciou-se sobre ele, fico confuso.

Continua sem me responder porque razão objetiva, enfim, terá os seus argumentos e eu gostava de os ouvir e certamente que são válidos para a discussão pública, mas já agora partilhar connosco e quem nos está a ouvir, porque é que o PS se opõe a que o Estado, não é matéria única, porque é que o Estado não pode participar nas empresas de comunicação social. De resto, o grupo RTP funciona assim, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: ... é um serviço público pago pelo Estado, pago por nós, pelos nossos impostos, vem na fatura da luz certo!? E, portanto, eu não percebo o que é esta dicotomia de pensamento em que para uns o peso é uma coisa para outros é outra, umas vezes existe, outras vezes não existe, concretamente continuo sem que me

responda à razão principal, porque é que o PS se opõe? Agradecia a resposta. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Agora é que é mesmo aquele momento que eu tenho para dizer eu nem queria intervir, nem me apetecia intervir nessa discussão, há bocadinho mandei a farpa, percebeu quem quis, percebesse quem quisesse, mas depois do que eu ouvi aqui é impossível, é impossível!

Sr. Deputado Paulo Simões, dizer que a liberdade de expressão tem que ser patrocinada...

Deputado Luís Raposo (PSD): De imprensa!

O Orador: ... eu não compreendo, a liberdade de expressão do jornalismo tem que ser pago? Nós temos que pagar.

Açorianos, açorianos, nós vamos pagar aos jornalistas, às rádios, aos jornais, porque é importante ter jornais e os padeiros, quem é que vai pagar? E os mecânicos? E os carpinteiros? Alguém que me explique esta necessidade fundamental de termos que patrocinar o jornalismo correndo o risco de vender a alma ao diabo e depois nós sabemos o que é que o diabo faz com a alma e, andamos aqui a brincar a grande importância da vaca sagrada que é o jornalismo. Eu tenho o maior respeito pelo jornalismo, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh, oh!

O Orador: ..., mas eu não tenho, é respeito nenhum que era bom que se questionasse o dinheiro, para onde é que está a ir. Ainda há dias estive reunido com um diretor de um jornal, que dizia do Promédia recebo 100 e tal euros, eu disse, se tivesses vergonha na cara nem recebias.

Eu acho que uma empresa se quer funcionar tem que funcionar como as restantes empresas, um jornal, uma rádio, o que for, tem que funcionar como qualquer empresa, como? Há apoios para as empresas, concorrem aos apoios para as empresas. Eu não percebi porque é que nós criamos aqui uma caixinha para a comunicação social, por mais que me expliquem nunca vou conseguir perceber.

Da parte do CHEGA esse Promédia já devia ter acabado. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Simões, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado José Pacheco, só tenho uma pergunta para si, quantos jornais é que o Sr. assina, jornais regionais, e, o seu Grupo Parlamentar, quantos jornais é que assina e quais? Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado José Pacheco (CH): O senhor não conhece tudo o que está a ser patrocinado pelo Promédia, mas eu conheço!

Presidente: Vamos fazer um intervalo, regressamos às 17h40.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Vamos avançar para a próxima área governativa, agradeço que ocupem os vossos lugares, para darmos continuidade, então dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, faça favor, Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (*Sofia Ribeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A proposta de Plano de Investimentos que debatemos hoje para a Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto apresenta um montante de cerca de 54 milhões de euros.

Propomos a consistência e a consolidação do trabalho realizado, que nos tem garantido a evolução e o crescimento da Região e o desenvolvimento dos açorianos. Foi clara, por isso, a opção de manter a linha apresentada em novembro de 2023, com as necessárias adaptações decorrentes da não aprovação do Plano Regional Anual para 2024.

O chumbo que obrigou os Açores a enfrentarem eleições antecipadas, forçou uma situação por duodécimos, notoriamente adversa ao desenvolvimento da Educação, da Cultura e do Desporto na Região.

Mesmo com a situação imposta pelo chumbo no Orçamento, e fazendo a comparação com 2023, estas três áreas de governação apresentam um aumento de 10 milhões 281 mil 188 euros, por analogia com as mesmas áreas no orçamento anterior.

No caso do setor da Educação, falamos de um plano de investimentos de cerca de 34 milhões de euros. Representa um aumento de mais de cinco milhões, em relação ao último plano aprovado por esta Assembleia.

Com esta proposta, continuamos a privilegiar o desenvolvimento do sucesso escolar, o combate ao insucesso e ao abandono precoce da educação e formação; conseguimos almejar a continuidade das melhorias dos resultados, do ensino e da aprendizagem; conseguimos continuar a aposta na dignificação do trabalho dos profissionais da educação.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Durante o mandato do XIII Governo dos Açores a taxa de abandono precoce da educação e formação registou uma descida de cinco pontos percentuais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: As médias dos exames nacionais nos Açores aproximaram-se das médias do continente. Verificou-se um maior apoio aos alunos com maiores necessidades.

E assim pretendemos continuar. A maior fatia do plano na Educação permanece, em 2024, a ser dirigida à ação social escolar. Quase metade do plano é para apoiar as famílias açorianas e o desenvolvimento da nossa Região.

Falamos de cerca de 16 milhões de euros destinados a esta ação do plano, o que representa um aumento de 23% relativamente ao ano 2023.

É com este foco nos açorianos, nas famílias açorianas, que em 2026 teremos todos os alunos com manuais gratuitos na Região.

Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: No caso do projeto escolas digitais, o valor que inscrevemos em Plano é o que perspetivamos conseguir executar em metade do ano de 2024, registando-se um ligeiro aumento nesta ação do Plano, por comparação com 2023.

Com este projeto, já colocámos nas escolas, incluindo os equipamentos dos manuais digitais, mais de 20 mil computadores e ‘tablets’.

Para os projetos pedagógicos e tendo por comparação o último plano aprovado nesta Assembleia Legislativa, temos um aumento de mais de 20 mil euros, por comparação com 2023.

As crianças e os jovens estão, como se comprova, no centro das políticas educativas e são prioridade do XIV Governo dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para 2024, na área da Cultura, temos um plano de investimentos de mais de sete milhões de euros.

Voltam a ser reforçados os apoios aos agentes culturais e à preservação do património baleeiro.

São, aliás, os apoios concedidos ao abrigo do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais que detêm a maior fatia do Plano de investimentos, na área da Cultura.

A revisão deste regime de apoio, já em curso, irá agilizar e garantir maior transparência aos apoios concedidos aos agentes culturais.

Pretendemos continuar a apoiar as filarmónicas, os grupos etnográficos e de folclore, bem como qualquer manifestação de cultura popular, garantindo a valorização, promoção e divulgação da matriz identitária do povo açoriano.

Se fizermos a comparação com 2023, há aumentos para as escolas de formação, para a dinamização da rede de leitura pública, para a atribuição de prémios culturais, para apoiar o património açoriano, para a conservação e manutenção de imóveis da responsabilidade da Direção Regional da Cultura e para a investigação arqueológica.

Queremos continuar a promover o património edificado, mas também o subaquático da Região, afirmando o seu potencial para o desenvolvimento da Região.

A proposta para 2024 continua a valorização do património cultural imaterial, nomeadamente através dos projetos e candidaturas em curso, como os “Saberes e Práticas de Tocar a Viola da Terra”, “As Cantigas ao Desafio” e os “Romeiros e Romarias”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para a área do Desporto, esta proposta apresenta um aumento de mais de dois milhões de euros.

Apresentamos um reforço de cerca de 1,5 milhões de euros para apoiar eventos desportivos e clubes participantes em competições não profissionais, bem como para a participação competitiva de clubes e para o alto rendimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Pretendemos dar continuidade aos bons resultados registados no último mandato no aumento do número de participantes, do número de praticantes federados, do número de escalões de formação, do número de árbitros, juízes, treinadores e dirigentes e dos números que transparecem as melhorias dos resultados desportivos da Região.

Para que continuemos com esta tendência crescente, estamos a investir nos agentes desportivos, na literacia motora desde a infância, na promoção da ética e da formação, bem como na promoção da atividade física intergeracional e comunitária.

Estas são condições essenciais para a promoção de hábitos de vida saudáveis, que constituem a formação integral de cada indivíduo, e que o XIV Governo dos Açores quer valorizar.

Para essa consolidação, pretendemos apostar na melhoria dos espaços para a prática desportiva da Região e da sua acessibilidade, com um reforço de quase meio milhão

de euros para a gestão, funcionamento e reabilitação das instalações desportivas do parque desportivo da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com espírito de missão que este Governo quer pôr em prática esta proposta de investimentos para o que nos resta do ano de 2024.

A realidade, os dados e os números conhecidos hoje demonstram o real compromisso deste Governo com os açorianos - 2024 continuará a ser um ano de consolidação de políticas e de trabalho. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão apresentadas mais essas áreas da governação e estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Se recuarmos até 2020, e se apelarmos à nossa memória, recordamos que poucos dias após a tomada de posse do XIII Governo Regional dos Açores, no que cabe à Educação, o apelo a um compromisso de concertação, bem como o apelo a um Pacto de Regime, fez eco nos mais diferentes órgãos de comunicação social. A bandeira estava içada, e ideologias à parte, estamos em crer que este desígnio era, é, e sempre será, o desejo maior de todos e de cada um de nós, quando idealizamos, concebemos e propomos políticas educativas.

Na nossa Região, continuamos a ter um dos mais baixos níveis de escolarização, associado a uma das mais elevadas taxas de abandono precoce.

Foi, pois, neste contexto, que no ano letivo de 2015/2016, se implementou em todas as nossas escolas, o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso, cujos resultados foram inclusivamente alvo de análise por parte do Tribunal de Contas, que destacou que o PROSUCCESSO alcançou os seus objetivos cinco anos antes do previsto”, ou seja, “atingiu no ano letivo 2019/2020 quase todas as metas que estavam definidas para 2025/2026”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agradeça à sua bancada!

A Oradora: O abandono total deste Plano, ainda que não assumido durante 3 anos, por parte do atual Governo, que tanto propagandeou um Pacto de Regime no âmbito da Educação, se dúvidas ainda houvesse, evidencia a tamanha demagogia de um discurso que se exige sério e acima de tudo, consequente.

Se é certo que qualquer mudança exige tempo para ser implementada, e ainda mais tempo para que os resultados sejam visíveis e passíveis de serem analisados, quando falamos em sistemas educativos e tudo o que isso envolve, a morosidade é inevitável, e só trará resultados se devidamente respeitada. Assim não foi, e os 3 anos perdidos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E ainda vai ter que perder mais uma carrada deles!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): “Não vão poder desconcentrar, podem continuar” ...

A Oradora: ... são exclusivamente da responsabilidade do presente, não do passado e muito menos, do futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mês de maio de 2023, foi aprovado, por unanimidade, nesta Casa, o Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores. Passado praticamente 1 ano desde então, é de lamentar que muitas das suas intenções, não tenham passado do papel.

E enquanto oposição, atenta e responsável, não podemos deixar de inferir que não houve por parte da tutela da educação, o trabalho prévio que deve anteceder a qualquer normativo, sob pena de serem criadas legítimas expectativas nos principais visados. Atentemos, por exemplo, ao facto deste novo documento ter, (e bem!) igualado a carga horária semanal e reduções por idade dos professores aos educadores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Porque é que o PS não fez isso?!

A Oradora: Não haverá, porventura, ninguém dentro desta sala, que não considere esta equiparação da mais elementar justiça, mas para que esta medida não tivesse delapidado, por completo, estes atores educativos das IPSS e do Ensino Particular, concretamente na faixa etária até aos cinco anos de idade, onde a oferta pública não chega para suprir as necessidades, era necessário que se tivesse antecipado o seu real impacto e atenuado as suas consequências, nomeadamente através de um incentivo financeiro às IPSS e outras instituições, que se veem agora sem os seus Educadores de Infância, os quais, naturalmente, optaram pela Escola Pública.

Este mesmo Estatuto, criou o Apoio à Fixação de Docentes na nossa Região, considerando que à semelhança do cenário a nível nacional, também nos Açores, todos os anos faltam docentes.

Neste sentido, é com total surpresa que o Partido Socialista não vê esta rubrica inscrita nesta versão de Orçamento agora em discussão, salientando que foi a própria Sra. Secretária da Educação, Dra. Sofia Ribeiro, que muito recentemente, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma rúbrica em 2019 para esse fim!

A Oradora: ... em fevereiro do corrente, afirmou (e cito): “ao haver a aprovação de um novo orçamento que contem esta norma, como é o nosso desejo, podemos então explorar a condição de abrimos estes incentivos também às mobilidades em afetação e às contratações” (fim de citação).

Tendo presente estas declarações, e mantendo-se a vontade de cumprir com o Estatuto aprovado, não se compreende porque é que esta intenção não está vertida neste novo documento, independentemente dos timings dos Concursos para a Contratação de Docentes.

É exatamente esta discrepância, entre aquilo que se legisla e aquilo que se pratica, que nos obriga a uma vez mais constatar, que apesar de ter entrado em vigor em junho de 2023 o Estatuto de Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional, que prevê a criação de uma Bolsa de ilha, passado quase 1 ano, continuamos sem bolsa, e com falta destes profissionais de educação na maioria dos nossos estabelecimentos de ensino, colocando não raras vezes em causa, a segurança das nossas Escolas e dos nossos alunos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores chumbaram!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, meu Deus...

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com base no também novo Modelo de Educação Inclusiva, datado de fevereiro de 2023, e também aprovado, por unanimidade, nesta Casa, surgiu a Portaria n.º 58/2023, a qual aprova o regulamento para a criação dos Programas Específicos de Escolarização e Formação. Neste contexto, pese embora, ser nossa convicção a boa intenção subjacente a este documento, não pode deixar de nos preocupar o número crescente de alunos nestes Programas, bem como os critérios que subjazem à sua integração neste tipo de currículo alternativo. Por outro lado, é fundamental garantir às Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva, todas as ferramentas e recursos humanos necessários à prossecução dos seus objetivos.

A permanência de escolas, com aproximadamente um psicólogo para mil alunos, partindo do cenário utópico de que este recurso não tem qualquer contratempo que o impeça de se apresentar ao serviço, é manifestamente insuficiente, independentemente do que possam dizer os tão afamados rácios.

Ainda neste âmbito, será oportuno lembrar que todo este processo de necessidade de medidas de suporte à aprendizagem, deve ocorrer em estreita parceria com os Encarregados de Educação, com serviços de intervenção precoce, com os docentes ou com outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno, inclusivamente médicos.

A inclusão é o oposto da categorização, pelo que o encaminhamento de um aluno para Programas Específicos de Escolarização e Formação, não pode nunca estar sujeito a critérios subjetivos, correndo o risco de hipotecarmos o futuro dos nossos alunos, precocemente.

A diversidade, nas suas mais diferentes formas, faz parte de qualquer sociedade democrática e atravessa a instituição escolar. No entanto, a diversidade, ainda que por vezes seja uma dificuldade, é no âmbito escolar, uma das suas maiores forças e potencialidades.

No que concerne à Formação Profissional, foi com alguma apreensão que vimos ser recusada a algumas Escolas, a abertura de cursos Profissionais, principalmente por tal só ter sido decidido após solicitado pela tutela as propostas para a oferta letiva 2024/2025, o que uma vez mais, corrobora com a nossa opinião, relativamente à falta de uma preparação cuidada, atempada e antecipada, nestas matérias.

Deputado Flávio Soares (PSD): Olhe que não!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta medida, apesar de ser nossa convicção de que o Ensino Profissional deve, preferencialmente, ser da competência das Escolas Profissionais, peca por ser especialmente injusta, para os alunos que terminam neste ano o seu Curso de Formação Profissional de nível II, e que agora, consequência desta decisão, no nosso entender, precipitada, sentem estar a ser expulsos da sua Escola, e obrigados a prosseguir o seu percurso educativo numa Escola Profissional.

Estes alunos, onde também se incluem alunos com diferentes fragilidades, que requerem um acompanhamento diferenciado, um ambiente mais protegido, para além de estarem a ver as suas expectativas defraudadas, serão obrigados a adaptarem-se a um novo espaço, a novos horários, a procurar novas alternativas de transporte, em suma, a um processo de mudança repentina, que nunca lhes havia sido apresentado.

Esta medida, meramente economicista, considerando a disponibilidade avultada de verbas para as Escolas Profissionais no próximo Quadro Comunitário, poderá ter como resultado o aumento do abandono e do insucesso escolar se atentarmos aqueles que, para se manterem na sua escola, se predisponham a fazer os exames do 9º ano, sem que para isso tenham sido preparados.

Por último, e porque o tempo é escasso, em prol de um sistema educativo verdadeiramente inclusivo e democrático, aguardamos com expectativa, que a anunciada Estratégia para a Educação, não se resuma apenas a um documento de diagnóstico, onde se identificam algumas metas, e se ignora por completo aquilo que verdadeiramente importa, ou seja, a estratégia, o caminho e os meios para as alcançarmos, matéria que, lamentavelmente, não se observa neste novo documento.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu lembrei-me da taxa de abandono escolar precoce...

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Diversas vezes temos falado aqui da Escola Antero de Quental, que todos conhecemos como Liceu de Ponta Delgada, a verdade é, Sra. Secretária, que vi inscrito 50 mil euros, para uma escola que está muito degradada, ao ponto que já tivemos petições, as Comissões foram visitar, tudo isso. E, a minha pergunta, Sra. Secretária, é, se 50 mil euros faz cantar o cego? É porque eu acho que não faz, não faz cantar o cego no estado de degradação daquela escola. Os alunos reclamam, os professores reclamam o Conselho Executivo reclama, eu pai reclamo, todos nós reclamamos, a verdade é que com 50 mil euros não se vai fazer a festa nem pouco mais ou menos vai dar para comprar croquetes.

Segunda questão, já o tinha alertado aqui algumas vezes, nós continuamos a imprimir livros açorianos no continente sem razão nenhuma, os preços não são razão nenhuma, porque nos Açores praticam-se preços, até por vezes mais baixos que no continente, na impressão de livros, e, essa parte não vale a pena discutir comigo, não vale a pena porque é a minha profissão.

Deputado Carlos Silva (PS): Não era informático?

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Depende do debate!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS e do PSD)

O Orador: É várias coisas, o Sr. só sabe de uma coisa, eu sei de muitas, eu sei de muitas e tenho os prémios para confirmar.

Sra. Secretária, acabaram de me mandar e não há muito tempo mais um livro do Instituto Cultural Açoriano impresso no continente, não é aceitável. O que é que a Sra. tem a dizer sobre isso? Nós vamos estimular a economia dos Açores ou vamos continuar a mandar para os outros o que devia ficar na nossa Terra, é que daqui a dias corremos o risco é de não ter gráfica nenhuma para imprimir coisa nenhuma. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Délia Melo, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Estes documentos que aqui analisamos hoje e discutimos dão continuidade realmente às políticas deste Governo de coligação, centradas no sucesso escolar, na inclusão e também na promoção de uma cidadania ativa e esclarecida e, é um sucesso escolar que não se fica pela estatística hierarquizada, portanto, é de reais aprendizagens, porque, toma-se como referência aqueles que são os documentos orientadores da política educativa, tanto a nível regional como nacional e até internacional, para se criar aqui a construir uma escola para todos, desde a infância até à idade adulta.

Por isso, fiquei estupefata com aquilo que nós ouvimos daquela tribuna, porque a Educação realmente é vista por este Governo Regional de uma forma holística, ou seja, vê-se em todas as suas vertentes tudo aquilo que é nas escolas de ensino geral, nas escolas de ensino profissional, o seu a seu dono, se há escolas de ensino profissional estão agora neste momento, com este Governo Regional a serem realmente valorizadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E pela primeira vez se aposta na qualidade do ensino profissional e aquilo que o PS nos veio dizer aqui é que é contra o ensino profissional.

Deputada Inês Sá (PS): Não ouviu bem! Não foi isso que foi dito!

A Oradora: E ainda vem dizer que quem é obrigado a sair do ensino geral para procurar uma escola profissional vai aumentar a taxa de abandono escolar. Ó, Sra. Deputada, nada disso é precisamente o contrário, é ter oferta para todo o público escolar e temos aqui essa oferta diversificada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para além disso, já foi dito pela Sra. Secretária da Educação, que há de facto aqui um investimento, o caminho faz-se realmente com investimento...

Deputado António Lima (BE): Um desinvestimento!

A Oradora: ... e determinação e nestes documentos nós temos um aumento significativo, portanto, estamos a falar no valor de 34 milhões de euros, um acrescento de 5 milhões em relação ao ano transato e a maior parte destina-se realmente ao apoio social escolar para aliviar a pressão financeira sobre as famílias com menores rendimentos e proporcionar também a igualdade de oportunidades a todas as famílias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e o bem-estar, proporcionar o bem-estar aos alunos.

Também dizer que se reforçam aqui os apoios ao nível da educação inclusiva, veio a Sra. Deputada criticar aquilo que se está a fazer, mas a verdade é que a inclusão com este Governo não é uma teoria é uma prática...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Uma mudança de paradigma!

A Oradora: ... um conjunto de práticas que se consubstanciam também com programas específicos de apoio e com recursos, Sra. Deputada, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para a Sra. Deputada perceber!

A Oradora: ... não se esqueça que hoje a escola tem mais recursos especializados nesta área, relembro que com esta governação da coligação entraram para os quadros mais de 200 trabalhadores ligados a esta área, 74 técnicos superiores, 136 professores de educação especial e o resultado do concurso saiu há pouco tempo, mais 26 professores de educação especial entraram para os quadros, portanto, está a haver um esforço real por parte deste Governo Regional em dotar as escolas de recursos especializados para lidarem com esta questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Mais, este Plano e Orçamento também reage perante a necessidade de adequar o sistema educativo aos novos desafios formativos, dando bom uso também àquilo que são os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, pela disponibilização de equipamentos informáticos, pelo reforço da capacidade da velocidade da internet nas escolas e até a transição para manuais digitais.

E obviamente, que nenhuma transformação acontece sem profissionais, folgo em saber que há uma grande preocupação da parte do Partido Socialista com a falta de docentes na nossa Região, é certo que não é específico de cá, mas, o que é real é que a preocupação existe, mas depois não há aqui nada que nos possa dizer que o Partido Socialista apresenta como sugestão para resolver esta matéria quando isso acontece...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nós já apresentamos, Sra. Deputada! É um lapso de memória!

A Oradora: ... precisamente por toda a ação do Partido Socialista no passado, não teríamos chegado até aqui, a este ponto se as vossas políticas tivessem sido

diferentes e foi precisamente com este Governo que se inverteu esta situação, que se está a trabalhar para se inverter isso e quando fala nos incentivos à fixação de pessoal docente, Sra. Deputada, se não tivessem chumbado o Orçamento, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Ora bem!

A Oradora: ... já estariam regulamentados para este ano letivo, não é!? Mas não foi o que aconteceu, chumbaram, portanto, propõe algumas medidas, mas depois inviabilizam, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Vocês votaram contra!

A Oradora: ... aquilo que até também discutem aqui e propõem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora sobre essa matéria, julgo que já discutimos.

Sobre as infraestruturas escolares, o parque escolar, nós também vemos aqui nestes documentos 11 milhões de euros para intervenção na reabilitação, construção, requalificação do parque escolar e sabemos que há vários constrangimentos também ao nível da contratação, não é, de empreiteiros e tudo aquilo que são os processos contratuais e tudo aquilo que está inerente a tudo isto. No entanto, há de facto uma aposta e teria sido mais fácil se não houvesse a falta de manutenção em alguns edifícios e isso tornaria tudo muito mais célere e barato.

Ora, o que este Governo Regional está a fazer é, de facto, gerir o imediato, mas também planeando um futuro mais robusto na área da Educação.

Isso seria bem mais fácil se no passado, de facto, tivesse havido um trabalho de reconhecimento e estabilização dos quadros escolares em termos de pessoal docente, se no passado os recursos humanos na área da Educação tivessem sido valorizados...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Já está há quatro anos!

A Oradora: ... e a profissão tivesse sido dignificada, coisa que só aconteceu agora

com o Governo de coligação e se no passado também tivesse existido a manutenção das infraestruturas escolares, para que esse Governo não tivesse de correr atrás do prejuízo e agora pagar milhões para aquilo que antes seria mais barato.

E para já, julgo que ficaria por aqui...

Deputado Carlos Silva (PS): Não fique!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estamos a gostar de ouvir!

A Oradora: ... dizer, só que tudo aquilo que foi dito daquela tribuna ou muito do que foi dito aquela tribuna, foram afirmações falsas e o propósito, mais não é do que apagar da memória coletiva os responsáveis pelo estado de degradação a que nós chegamos na Educação, que foram os Srs. Obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Oliveria Santos tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Trago aqui novamente a questão da desmaterialização dos manuais escolares, o CHEGA já havia manifestado a sua preocupação com o avanço desta medida para os manuais digitais do 5º ao 12º ano. Entendemos, que numa altura em que se chama atenção para a cada vez maior dependência das tecnologias esta medida vem promover ainda mais esta dependência tecnológica.

Têm sidos muitos os especialistas em Saúde e em Educação que têm mostrado algumas reservas com esta medida, pais e encarregados de educação, também a

comunidade educativa colocam reservas.

Países como a Suécia já recuaram, reverteram esta medida a minha pergunta, Sra. Secretária, seria, se não seria nesta fase mais prudente não avançar, para já, com a desmaterialização desses manuais escolares e usar esta verba, por exemplo, para outros problemas nas escolas da Região, como reparação, manutenção de edifícios escolares ou até mesmo para usar em medidas no combate ao abandono escolar precoce, que sabemos que na Região tem números muito elevados.

Na outra área, Sra. Secretária, queria fazer-lhe outra pergunta relativamente à área do Desporto, os pavilhões desportivos afetos às escolas da Região são frequentemente utilizados por clubes de várias modalidades para treinos, jogos em horário pós letivo ou também aos fins de semana. Este assunto já mereceu um requerimento do CHEGA em 16 de outubro do ano passado, mas até ao momento não tivemos resposta, talvez por isso também agora faça essa pergunta à Sra. Secretária. Os assistentes operacionais têm-se queixado que não estão a ser devidamente ressarcidos deste trabalho extra ao serviço que já fazem durante o dia nas escolas. De que forma, Sra. Secretária, é que está assegurado o normal funcionamento dos pavilhões desportivos das escolas e os protocolos mantidos entre o Governo Regional e os Conselhos Executivos das escolas da Região têm mantido e têm assegurado o pagamento a esses assistentes operacionais, que são quase que obrigados pelos Conselhos Executivos a fazerem esse trabalho, extra o seu trabalho? Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima. tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu nem sequer me atrevo a dissertar sobre a questão dos incentivos à fixação, Sra. Deputada Délia Melo, permita-me, porque eu recordo-me do PSD quando era oposição trazer esse assunto dia sim, dia não, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E bem!

O Orador: ... chegou ao Governo, o que é que fez? Ainda não vimos nada, ...

Deputada Délia Melo (PSD): Não deixou!

O Orador: ..., por isso o mundo não começou em 2023, Sra. Deputada.

Mas, falemos de política da Educação, Sra. Secretária, o Governo apresenta e sem prejuízo de uma análise e de um debate mais aprofundado que este assunto merece uma estratégia para a Educação 2030, que no que diz respeito ao abandono escolar precoce, tem uma ambição que é deixe-me, que lhe diga muitíssimo fraca, reduzir para 15% para 2030, a taxa de abandono escolar precoce é continuar a este ritmo que não resolve nenhum problema dos Açores e que deixa muitos, muitos jovens para trás e essa fraca ambição terá certamente consequências.

Sra. Secretária, deixe-me que lhe pergunte, em 5 de abril reuniu com um conjunto de trabalhadores das escolas, bolseiros ocupacionais assim designados, garantindo-lhes que passariam a receber salário de 12 meses, quão magnânimo é o Governo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Essa parte é verdade.

O Orador: ... completos ao longo do ano, em vez de 14, como qualquer trabalhador no público ou no privado, 12 meses, mas ainda assim, e, apesar de termos questionado a 12 de abril relativamente a esta matéria estes trabalhadores tiveram um corte no seu salário de 200 euros em abril, quando é que paga aquilo que está a dever e vai pagar ou não todo o salário até janeiro de 2020 retroativamente?

É porque, Sra. Secretária, esta matéria e Sr. Deputado Paulo Estevão, este requerimento está em atraso...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Qual?

O Orador: ... e o Sr. era tão rigoroso com os requerimentos, ...

Deputado José Ávila (PS): Isso era outra conversa!

O Orador: ... este requerimento sobre esta matéria já devia ter respondido.

Sra. Secretária para além disso, precariedade nas escolas, como já disse em anterior intervenção continua, aliás, recebemos todos há dias uma carta de vários trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais há vários anos nas escolas estamos exatamente na mesma e é por isso que o Bloco de Esquerda já entregou um projeto de Decreto Legislativo Regional para integrar os trabalhadores precários nas escolas e em tantos serviços públicos que continuam a desempenhar funções permanentes, mas que o Governo insiste em mantê-los como precários.

Uma última palavra sobre a Cultura, Sra. Secretária, nós vemos efetivamente um aumento nos apoios para as atividades culturais, mas de que serve esse aumento? Se no fim eles são cortados a direito e se no fim, as pessoas e os agentes culturais recebem com meses e meses e meses de atraso, para além do Orçamento, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mudam as regras a meio!

O Orador: ... é efetivamente necessário uma não só política cultural existente, porque ela não existe, mas uma política cultural que respeite quem na Cultura trabalha e este Governo não tem respeitado quem na Cultura trabalha, disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Há já algum tempo, muitas associações e clubes desportivos têm se debatido com desafios financeiros significativos especialmente aqueles com escalões de formação que desempenham um papel crucial no desenvolvimento dos nossos jovens atletas.

A regularização e o pagamento atempado...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Uma média de 26 dias!

O Orador: ... dos apoios financeiros a estes clubes é fundamental para garantir a continuidade das suas atividades e desenvolvimento do desporto a nível regional. Considerando a importância desses apoios para a manutenção e crescimento dessas instituições eu gostaria que a Sra. Secretária me pudesse esclarecer dois pontos essenciais.

Em primeiro lugar, existem ainda apoios em atraso a clubes e associações desportivas? E, se sim, quando serão regularizados? E em segundo lugar, que tipo de majoração de apoios vai existir, principalmente nos clubes com escalões de formação? Disse.

Deputado José Pacheco (*CH*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo. Chegámos à área sectorial da Educação, da Cultura e do Desporto e no que

concerne à Educação, e, daquilo que foi a intervenção da Sra. Secretária e o que está plasmado nestes documentos, sem dúvida que temos aqui uma política de consistência, de consolidação daquilo que tem sido o percurso feito até aqui, tendo as crianças e os jovens sendo o centro da ação e das políticas educativas implementadas por este Governo.

Relativamente àquilo que já foi dito, parece-nos bastante positivo aquilo que é o reforço da ação social escolar dando também uma resposta de apoio às famílias e por isso este aumento em 23% em relação a 2023 que consideramos bastante positivo também é positivo aquilo que se tem verificado quanto à redução do número médio de alunos por turma, porque isso também é bastante significativo naquilo que são as aprendizagens diárias dos nossos alunos, também conseguimos ao longo deste período reduzir a taxa de abandono precoce, a verdade, é claro que não estamos satisfeitos, claro que queremos ir mais além, mas também temos que ressalvar este percurso que foi feito e que os próprios números assim o comprovam e é a continuidade desse percurso que deve ser dada continuidade para conseguirmos reduzir a taxa de abandono escolar precoce até aos níveis que são os recomendados pela União Europeia.

Também relativamente à questão dos resultados que foram publicados das médias dos exames em que nos últimos anos temo-nos aproximado à média daquilo que tem sido os resultados a nível de Portugal continental, parece-nos que também é um percurso bastante positivo, a verdade é que a nossa média mais baixa é de 10 e consegue ser superior àquilo que é a média nacional e por isso, este percurso que é preciso consolidar e dar consistência e tem sido este o caminho do Governo Regional que continua nesse sentido, aqueles documentos que estamos agora aqui a discutir.

Relativamente àquilo que já foi dito, inclusive também pelo Partido Socialista, relativamente à questão dos cursos profissionais e percebo que as escolas públicas

têm-nos também abordado sobre essa questão de direcionar agora os cursos profissionais para as escolas profissionais, a verdade é que nem sempre sendo fácil esse caminho, considero que era um caminho que era preciso fazer da valorização do ensino profissional.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que o ensino profissional estava e ainda está muitas vezes visto como um refúgio daqueles alunos que são maus alunos, daqueles alunos que não conseguem alcançar os objetivos na escola pública e acho que era urgente esta valorização das escolas profissionais, até porque quando a Sra. Deputada do Partido Socialista diz que é uma medida injusta e a questão que me ocorreu nesse momento foi: e não é injusto para as escolas profissionais...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... que têm investido neste ensino profissional que criam nas suas escolas oficinas, que criam nas suas escolas quintas pedagógicas para ter essa componente prática que consegue ser dada uma resposta diferenciada que no ensino regular...

Deputada Délia Melo (PSD): Exato!

A Oradora: ... e apesar de se considerar e reconhecer que é um caminho difícil, acho que era o caminho que é necessário fazer nesta valorização do ensino profissional...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para que possamos, daqui a uns anos, ver o ensino, quer o regular, quer o profissional como um todo, como um complemento, numa visão mais global.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Naquilo que são os incentivos à fixação, dizer que já foi explicado pela própria Secretária Regional, sem dúvida que é necessário regulamentar, os

concursos são em fevereiro, esse compromisso já foi assumido até no próprio Orçamento que foi chumbado nesta Casa em novembro e é esse percurso que se quer dar continuidade, já foi afirmado, e, a verdade é que já em 2019, o Sr. Secretário Avelino Meneses, é que dizia, passo a citar: “o titular da pasta da Educação da Região disse que o Governo açoriano não está a equacionar a possibilidade de reativar incentivos à fixação de professores”,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está explicado!

A Oradora: ... e, portanto, teríamos que ficar preocupados e na altura estávamos preocupados sim com o anterior Governo, porque este dizia, afirmava que não eram necessários aplicar objetivos à fixação de professores ao contrário deste Governo que tem afirmado desde o início...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... que pretende aplicar os incentivos à fixação de professores.

E para terminar, queria colocar uma questão à Sra. Secretária que se prende com a questão do reforço dos recursos humanos, falou-se também de educação inclusiva, a verdade é que é um passo reconhecido por todos como um passo importante que foi dado no nosso ensino na Região, de começar este percurso, que não está ainda naquilo que gostaríamos que fosse, mas que estamos a dar passos seguros para que assim seja, inclusive naquilo que são os recursos humanos que sem dúvida são fundamentais para a questão da educação inclusiva e a questão que queria colocar é, se efetivamente se tem existido esse reforço por parte do Governo Regional, a Sra. Secretária já o afirmou mas gostaria que também respondesse aqui em sede de

Plano e Orçamento, que reforço é que tem existido e até porque a Sra. Deputada do Partido Socialista falou num rácio que está estipulado de um psicólogo para mil alunos e que me parece, daquilo que temos visitado nas escolas, que não é o que se está a aplicar à Região, por isso queria lhe também colocar essa questão.

E, para terminar, gostaria de falar também na questão da estabilidade dos professores, foi um passo dado por este Governo sem qualquer paralelo, um esforço em termos de Orçamento da Região que foi dado por este Governo no sentido de criar estabilidade aos professores e a verdade é que nunca nos podemos esquecer, seja que debate for qual era o ponto de partida deste Governo quando chegou aqui. E a verdade é que em 2019, ...

(Neste momento, a oradora mostrou um documento à câmara)

A Oradora: ... o Sr. Secretário da Educação dizia que o Governo diz que tem os recursos humanos necessários, se calhar se não tivesse sido esta postura do Partido Socialista hoje não estaríamos na situação que temos na Região.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Sousa.

(*) Deputado José Sousa (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Temos também observado uma crescente dificuldade em algumas ilhas para atrair e reter os professores por lá, principalmente nas Flores e noutras ilhas mais

pequenas. E então eu gostava que a Sra. Secretária me fizesse entender também quais são os passos que estão a ser dados, qual é a estratégia delineada por este Governo e quais as medidas que estão a ser já tomadas e vão ser tomadas para resolver esse problema. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Inês Sá, tem a palavra faça favor.

(*) Deputada Inês Sá (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu, sinceramente, acho que às vezes estas palavras como democracia e pactos e convergência é tão utópica que acabamos por estar a dizer mal de algo que não ouvimos e eu vou repetir o que é que eu disse em relação aos cursos profissionais, há de haver um diário de sessão que diz isto, “esta medida, apesar de ser nossa convicção de que o ensino profissional deve preferencialmente ser da competência das escolas profissionais, peca por ser especialmente injusta para quem? Para os alunos que estão no ensino regular, eu vou-lhe dar o meu texto...

Deputado Flávio Soares (PSD): Não precisa.

Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada.

A Oradora: ... para os alunos que estão no ensino regular e que neste momento se veem obrigados a sair do 7.º ano de um curso regular de PROFIJ e têm que ingressar numa escola profissional e sair da sua escola, quando nunca lhes foi dito que isto iria acontecer, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o que lhes foi dito foi que eles iriam se manter na mesma escola.

A segunda coisa que tenho a dizer é, quando a Sra. Deputada diz que eu fiz

afirmações falsas, acho que é completamente subjetivo, diga-me, o que é que eu disse, o que é que está aqui escrito que é mentira e eu aí posso-me defender e dizer porque é que não é mentira, dizer que eu fiz afirmações falsas é fácil, não tem, não tem dificuldade nenhuma.

Relativamente ao incentivo à fixação de professores, concordo perfeitamente que é uma medida que é necessária, agora dizermos que tarda porque em 2019 o Sr. Secretário não fez ou deixou de fazer, a mim interessa-me pouco...

Voices dos Deputados das bancadas da Coligação: Ahhhh pois não!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah, é porque há um histórico de 24 anos!

A Oradora: Eu vou reformular, o que os açorianos e os faialenses esperam de mim é que eu fale do presente e do futuro, não é que eu fale do passado, é para isso que eu sou paga nesta Casa.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E para além de ser paga para falar do presente... (espero que esse tempo seja descontado, Sr. Presidente).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... para além de que eu sou paga para falar do presente e é isso que esperam de mim os açorianos, há uma coisa que eu aprendi, tive uma boa professora, é ter respeito por esta Casa e ter respeito por esta Casa não é dizer que eu disse coisas falsas quando ninguém o desmentiu e se é mentira digam, afirmem, apontem onde é que está a mentira. Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada, pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Nos orçamentos das escolas, fazendo o somatório de todas elas para 2024, constatei um aumento de 33 mil e 500 por mês comparando com 2022.

A minha questão é, esse valor é suficiente para financiar a revisão dos salários dos professores e para a contratação dos assistentes operacionais necessários para as escolas? Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, já tem um empreitada grande, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu começo, necessariamente até, pela primeira intervenção da oposição, Sra. Deputada Inês Sá, nós temos obrigação e é assim que nos apresentamos de debater o presente para podermos também preparar o futuro, é esta a nossa obrigação, o problema é quando o presente é fortemente condicionado...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... pelas escolhas (impercetível). Se os governos sucessivos do Partido Socialista tivessem tratado melhor os professores e os educadores desta Região, se calhar hoje não estávamos como estamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E tenho muito orgulho de pertencer a um Governo que na legislatura anterior e nesta, em especial na anterior, muito fez...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ..., porque esta está a começar, muito fez uma grande revolução no sistema de ensino, com uma série de incentivos que vou explicar aos professores sem paralelo e que correspondem a reivindicações que os professores e os educadores dos Açores apresentavam há anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Aliás, até hoje nós temos um acordo na República também com um Governo que também é de coligação, da nossa coligação, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que após anos e anos conseguiu também firmar um acordo relativamente à recuperação do tempo de serviço.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

A Oradora: Pois a fixação, Sra. Deputada, a fixação dos professores não se restringe, em primeiro lugar, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que descontou o tempo de serviço?

A Oradora: ... não se restringe aos incentivos que estão plasmados no Estatuto da Carreira Docente, eu já lá vou, mas no Estatuto da Carreira Docente versa assim o diploma que, foi na revisão aprovado nesta Casa, passo a citar: art.º 82.º “Verificada a existência continuada de carência de pessoal docente devidamente habilitado, por resolução do Conselho do Governo Regional, é determinada a aplicação de incentivos à estabilidade, auscultado o Conselho Regional da Educação”

2 - A resolução a que se refere o número anterior fixa, para cada época de concurso interno e externo, os níveis e grupos disciplinares ou especialidades a que os incentivos se aplicam, bem como as unidades orgânicas abrangidas.”

O concurso foi em fevereiro, Sra. Deputada...

Deputado António Lima (BE): E em 2023 como é que foi?

A Oradora: ... foi em fevereiro, em 2023 não estava contemplada essa medida no Plano e Orçamento.

Deputado António Lima (BE): Mas havia um estatuto!

A Oradora: Previa para aplicar depois, mas Sr. Deputado, aproveitando e também respondendo ao Sr. Deputado António Lima, que me está a interpelar também nesta questão, este Governo, a primeira coisa que fez no primeiro Orçamento, o Orçamento para 2021, foi implementar medidas que apoiavam jovens e estudantes nos cursos de ensino que estão a fazer a sua formação em universidades lá fora para virem para a Região estudar...

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora:... a expensas da Região e com a garantia que depois cá ficam a dar

aulas, são incentivos à fixação ou não são, Sr. Deputado?

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Outra questão, também aplicamos medidas de apoio à Universidade dos Açores para voltar a investir em cursos para a docência a nível de mestrado, que são condições absolutamente essenciais para a profissionalidade.

Tínhamos desistido? Não, o que tínhamos era um vazio total, estamos a fazer isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Estamos com bolsas mensais nos cursos em áreas carenciadas de quase 500 euros mensais, Sr. Deputado, são ou não incentivos para atrairmos novos professores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Não foi disso que eu falei!

A Oradora: Já para não falar de uma revisão de um Estatuto da Carreira Docente, de um regime jurídico de organização, económica e gestão das unidades orgânicas que veio corrigir imensas aleivosias que foram feitas no passado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quanto ao número de alunos que estão indo aos programas específicos de socialização e formação, sim, é verdade, nós temos um aumento do número de alunos que estão em situação de necessidades de medidas adicionais e seletivas nas nossas escolas e também por isso e respondendo também a outras questões que me foram suscitadas por outros Srs. Deputados, também por isso temos feito um investimento muitíssimo significativo na colocação destes profissionais é que, por exemplo, ao nível de técnicos superiores, portanto, pessoal de ação educativa, de técnicos superiores, nós aumentámos no comparativo com 2019/2020 para este ano letivo agora em 82% de pessoas em quadro, número líquido, isso não tem paralelo em mais algum lado no país, sendo que essencialmente são de psicólogos que aqui se trata. Nós temos o melhor rácio no país no que respeita a psicólogos das nossas

escolas e assim continuaremos a fazer essa avaliação.

Quanto ao ensino profissional, tem sempre de ser visto de uma forma holística, aquilo que compete a este Governo é perceber ilha a ilha, concelho a concelho quais são as necessidades que decorrem e que advêm e que estão apontadas pelos parceiros sociais e quais são as necessidades e as apetências de formação dos nossos alunos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

A Oradora: E é isso que nós fazemos e nessa visão holística e reformulação holística...

Deputada Inês Sá (*PS*): E não reparou que no Faial essa visão não existe?!

A Oradora: ... que nós estamos a fazer, nós estamos a aumentar o número de cursos profissionais, Sra. Deputada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado José Pacheco, na Escola Secundária Antero de Quental, continuaremos a fazer intervenção, a escola está a preparar um plano com uma reformulação mais profunda, mas nós fizemos uma série de intervenções ao nível...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): 26 dias de média!

A Oradora: ... dos ginásios que estavam com infiltrações gravíssimas ao nível da cobertura que estava com problemas, ao nível dos próprios pátios que estavam cheios de buracos, ao nível da sustentação de algumas salas, ao nível da própria

sala de professores que estava a cair e que hoje com a recuperação que nós fizemos conseguimos preservar esse património. É uma situação em progresso, continuaremos a fazer, mas não deixámos de prestar esta atenção...

Deputado José Pacheco (CH): A pergunta não foi essa. O que é que a senhora faz com 50 mil euros?

A Oradora: ... à Escola Secundária Antero de Quental.

Quanto à questão dos livros que sejam editados no continente, pois há sempre uma componente que é da livre escolha dos editores, do livreiro, dos próprios autores a quem se dirigem, mas o Sr. Deputado tem razão...

Deputado José Pacheco (CH): Nós pagámos!

A Oradora: ... há uma componente que diz respeito ao apoio que nós prestamos e que deve ser assim direcionado. O regime jurídico do apoio às atividades culturais já prevê que haja uma orientação específica para a produção na Região, nós estamos em processo de revisão deste regime, vou ter em atenção...

Deputado José Pacheco (CH): Podem fazer o que quiserem!

A Oradora: ... a questão que o Sr. Deputado acaba de suscitar para vermos se é necessário fazermos ainda alguma correção nesta revisão que aqui está a acontecer. Sra. Deputada Olivéria Santos, quanto à desmaterialização dos manuais digitais, para nós podermos educar os nossos alunos a proibição não é uma boa arma. Aquilo que nós precisamos é fazer uma educação quanto aos nossos alunos dos perigos que estão associados ao mau uso das tecnologias. Esse é um trabalho que nós fazemos em articulação com os nossos professores, com uma série de programas que lançamos nas nossas escolas e nos quais estamos a investir fortemente e continuaremos a investir, a verba que lhe está destinada é uma verba PRR não pode ser realocada para outra qualquer ação do Plano para além disso também temos que ter em consideração na comparação que se faz com a Suécia, é falso que a Suécia tenha desinvestido no que respeita a manuais digitais e à utilização das tecnologias

nas salas de aulas, estão a fazê-lo com cada vez mais premência um fortíssimo investimento, aquilo que fizeram foi um desinvestimento no que respeita à utilização apenas de tecnologia nos primeiros anos de escolaridade e este Governo nunca implementou, nunca apresentou qualquer intenção de desmaterialização dos manuais e de utilização de manuais digitais no pré-escolar nem no primeiro ciclo, precisamente porque as nossas crianças...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... nessas idades têm que desenvolver outras competências.

Quanto à questão da utilização dos pavilhões desportivos, Sra. Deputada, ela é articulada entre as duas direções regionais, agora estão sob a mesma Secretaria, os nossos trabalhadores são alocados em função do seu horário e necessariamente, se houver direito ao pagamento a horas extraordinárias, pois elas têm que ser pagas e é um direito dos trabalhadores e assim faremos, portanto, se houver algum caso de direito a horas extraordinárias que não estejam a ser devidamente pagas, por favor, façam-nos chegar...

Deputada Olivéria Santos (CH): Já enviamos um requerimento, Sra. Secretária, e não foi respondido!

A Oradora: ... porque é um erro e assim se corrigirá.

Sr. Deputado António Lima, então um objetivo que fosse útil para a diminuição da taxa de abandono escolar precoce era a redução ainda maior quando nós estamos a fazer a maior redução que há memória, que há registo nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente! Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Veremos!

A Oradora: De 2016 a 2020, a gente nunca alterou nada, o continente e a Madeira é sempre a reduzir os Açores sempre nos mesmos índices de redução, já diminuámos 5 pontos percentuais, pretendemos continuar a reduzir esses pontos percentuais...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quanto aos apoios extraordinários, Sr. Deputado António Lima, nós não estamos na vigência de um programa de bolseiros, é um apoio extraordinário...

Deputado António Lima (BE): Sim, sim.... Devia ir à escolas para ver o que é que se passa.

A Oradora: ..., não se trata de um salário, Sr. Deputado, é um apoio que é dado às famílias no interesse primordial das crianças, porque a criança não precisa de ter um trabalhador qualquer, aquela criança que tem necessidades educativas especiais muito graves precisa de ter uma pessoa que seja da confiança da própria família para a acompanhar é um regime completamente diferente no interesse das crianças. Sr. Deputado António Lima ainda, quanto à questão da Cultura...

Deputado António Lima (BE): Já pagou os 200 euros ou não pagou?!

A Oradora: ... quanto à questão da cultura, vou começar pela questão da cultura, em termos até de apreciação laboral, que é uma questão que é uma das bitolas que o Sr. Deputado muitas vezes aqui traz, uma questão que aqui trás, pois olhe, por exemplo, por comparação com aquilo que nós tínhamos nós quando assumimos a governação, nós integramos em quadro na Cultura, 22% de trabalhadores...

Deputado António Lima (BE): Não foi isso que eu perguntei.

A Oradora: ... com fortíssimo investimento, quando os nossos museus e as nossas bibliotecas tinham quase mais de 74...

Deputado António Lima (BE): Há menos funcionários do que havia

A Oradora: ... avenças em regime de grande precariedade...

Deputado António Lima (BE): Continuam. Avenças é o que mais há.

A Oradora: ... fortíssimo investimento que nós tivemos nessa altura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Isto é que foi combater a precariedade!

A Oradora: Isso é que é, efetiva!

Mais, Srs. Deputados, nós tivemos uma série de ações no ano passado que até ganharam prémios internacionais, com uma grande dinâmica, tivemos de disputar com referências internacionais e olhe, por exemplo, a título exemplificativo, foi a Direção Regional dos Assuntos Culturais que ganhou o prémio Património Ibérico concorrendo com a Fundação de Serralves, concorrendo com o Museu Nacional...

Deputado António Lima (*BE*): Os agentes culturais estão à espera!

A Oradora: ... de Arte Antiga, se isso não é expressão cultural, Sr. Deputado, é também expressão cultural!

O regime jurídico de apoio às atividades culturais está em apreciação, esteve em consulta pública, eu+ não me lembro de o Bloco de Esquerda ter...

Deputado António Lima (*BE*): Apresentámos sim senhora!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não se lembra?! Deu entrada! Aí, meu Deus!

A Oradora: ... apresentado qualquer proposta de alteração.

Sr. Deputado José Sousa, os apoios desportivos às atividades locais estão todos pagos.

Deputado José Sousa (*CH*): Procedeu aos pagamentos?

A Oradora: Acabámos esta semana que findou, acabámos as negociações de articulação com os clubes e com as associações e com as federações para determinar e definir o seu plano de desenvolvimento desportivo, e, nessa sequência, proceder aos pagamentos, foram 30 cimeiras que fizemos e é aqui que...

Os da atividade local estão pagos, de atividade regional e nacional ao abrigo dessas

cimeiras vão agora ser, foram encerradas as cimeiras, é um processo que normalmente decorre mais cedo, lá está mais uma questão em que o facto de termos ido a eleições prejudicou-nos e atrasou-nos muito nesse sistema, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ..., mas foi a nossa total prioridade, Sr. Deputado, que está a ser feita. E, mesmo para terminar, desenvolvemos e temos majorações no que respeita, por exemplo, ao género feminino, ao número de equipas que são do género feminino, à utilização de instalações desportivas próprias, à qualificação dos seus treinadores e dos seus técnicos e ao próprio volume de treino e aos índices de Federação. Creio que respondi a todos. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para uma interpelação para informar que vou fazer chegar à Mesa o Projeto de Decreto Legislativo Regional que o Bloco de Esquerda apresentou na anterior legislatura...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é passado, não interessa

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Então o vosso também não interessa

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Nós só devemos olhar para o futuro.

O Orador: ... e que alterava o regime jurídico de apoio às atividades culturais, proposta esta que voltaremos a apresentar nesta legislatura e que a Sra. Secretária, pelos vistos não tinha conhecimento, como é da sua obrigação, mas naturalmente faremos lembrar e avivar a memória.

Registo também que a Sra. Secretária não respondeu e não explicou porque é que não paga os 200 euros que está a dever aos bolseiros ocupacionais. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Assim que a Mesa rececionar a documentação será distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Eu não iria intervir, porque estou limitado bastante no tempo, então eu tenho que dividir-me por alguns Secretários setoriais e não em todos, é a limitação de um Deputado, é a vida é democracia.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É a vida!

O Orador: Mas, Sr. Vice-Presidente, mas, depois de ouvir a Sra. Deputada Délio Melo e a Sra. Secretária da Educação a falar e a gastar, que já gastaram a carta de “o Governo vai a baixo a gente não pode fazer”, já gastaram essa carta, está demasiado obsoleta essa desculpa, usaram por 2 vezes tanto da bancada do PSD, bem como a bancada do Governo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há esponja! O algodão não engana, Sr. Deputado!

O Orador: ... sobre o incentivo pecuniário e não pecuniário à fixação de docentes. E eu digo, no dia 9 de maio, como o Bloco de Esquerda, se calhar houve um esquecimento, 9 de maio de 2023 o PAN/Açores fez uma proposta de alteração e de aditamento à proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o estatuto do pessoal docente da educação pré-escolar. O que é que o PAN/Açores fez? Inseriu

alterações relativamente ao incentivo à fixação de docentes de forma pecuniária e foi chumbado pelos partidos da coligação.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Bem lembrado!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Obrigado, Sr. Presidente. Era só para relembrar a Sra. Secretária que não me respondeu na questão de qual é a estratégia que o Governo tem para atrair e reter professores nas ilhas com mais dificuldades, qual é a estratégia bem definida, se é só apoios pecuniários ou se existe qualquer tipo de apoio?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Marta Matos, faça favor.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu gostaria de começar a minha intervenção com uma referência especial à semana que vivemos na nossa Região e ao dia de hoje, em particular terça-feira do Espírito Santo, um dia em que por todas as nossas ilhas, por todas as nossas comunidades se celebra o Espírito Santo, um culto que une todos os açorianos...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Os crentes, açorianos crentes! Os laicos, não! Os laicos é mais para comer sopa!

A Oradora: ... que faz parte da alma açoriana e tão fortemente ligada à nossa matriz identitária e cultural. E que bom seria nesta semana tão especial, poder vir a esta Casa falar da identidade cultural açoriana, acreditando que os documentos que aqui nos reunimos para discutir e analisar defendem que promovem e valorizam essa identidade. Infelizmente, não é isso que demonstram os factos, e, depois de ouvi-la, Sra. Secretária, nós muito provavelmente não devemos viver na mesma Região, porque é frustrante, por exemplo, constatar que este Governo mantenha a

opção de afetar menos de 1% das verbas globais do Plano para investimento na Cultura, é um valor que nunca sequer atingiu em nenhum dos Planos de investimento, contrariando inclusivamente a estratégia nacional e a estratégia europeia nesse sentido.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: É preocupante, por outro lado, constatar a progressiva diminuição das taxas de execução na Cultura desde 2020, é preocupante quando aquilo que começa a ser relevante é o aquilo que um Governo não faz.

Em 2023, por exemplo, apresenta a mais baixa taxa de execução de sempre, com um valor que ronda apenas os 55%.

Mas muito mais preocupante do que as conclusões a que chegámos quando fazemos contas e achamos percentuais, é aquilo que constatamos quando olhamos lá para fora, quando olhamos para a realidade à nossa volta e para a situação atualmente vivida pela Cultura, porque no meu entendimento é esse o verdadeiro exercício que nos cumpre fazer. Este Governo está já a iniciar uma segunda legislatura e há que perceber no contexto dos Planos anteriores e da proposta que hoje aqui nos é trazida, que resultados foram alcançados para a Cultura. Há que comparar os documentos com a prática e com a realidade, e a verdade é que os resultados não são positivos. A Cultura não tem sido bem tratada e não é só a bancada do Partido Socialista que o diz, é o próprio setor cultural que diária e insistentemente o afirma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Há que reconhecê-lo, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ..., há que assumi-lo, porque é também esse o papel que se espera de um Governo Regional.

Os exemplos desta falta de concretização, desta falta de resultados que desvaloriza a Cultura e que desacredita o Plano e Orçamento propostos são muitos e estão à nossa volta, por exemplo, Banda Lira Açoriana, surge consecutivamente, ano após ano, há quatro anos em quatro Planos de investimentos, alguém alguma vez nesta sala, desde que este Governo exerce funções, ouviu um concerto da Banda Lira Açoriana?

Deputado José Ávila (PS): Nunca!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Principalmente durante a pandemia!

A Oradora: Aliás, se nós consultarmos a página do Governo na internet está lá disponível o formulário de candidatura e o anúncio de candidaturas para o projeto Banda Lira Açoriana para o biénio 2019/2020, aliás, a mesma página do Governo, onde finalmente, apesar da mudança de nome da Secretaria, continua a ler-se, seja bem-vindo à página da Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Não é apenas a Banda Lira Açoriana que há 4 anos consecutivos não sai do papel, isso acontece também com uma série de investimentos um pouco por todas as nossas ilhas, é o caso do Museu da Construção Naval em Santo Amaro, é o caso do Núcleo Museológico do Cabo Submarino, na ilha do Faial, é o caso do Centro Interpretativo da Batalha da Salga, na ilha Terceira. Outros exemplos ainda há pouco ali na sua intervenção de tribuna, a Sra. Secretária anunciava um reforço para atribuição de prémios culturais: Prémio de Humanidades Daniel de Sá, Prémio de Fotografia Christiano Júnior, Prémio de Pintura António Dacosta, Prémio de Escultura Canto da Maia, Prémio de Cinema e Audiovisual Ayres D'Aguiar, são estes os prémios culturais que há 4 anos consecutivos surgem no Plano de investimentos.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mas quais quatro?

A Oradora: Eu pergunto-lhe, Sra. Secretária, quantas vezes atribuiu sequer um dos prémios culturais que acabei de mencionar?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não houve candidatos!

A Oradora: Apoios aos agentes culturais, seria necessária toda esta semana para analisarmos e discutirmos todos os atrasos, todas as irregularidades que se têm verificado no pagamento e na atribuição de apoios aos agentes culturais, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não se pode dar a obra assim à toa!

A Oradora: ..., mas a Sra. Secretária continua a ir àquela tribuna, anunciar o reforço de apoios que simplesmente depois não paga.

Aliás, na audição sobre o Plano que realizámos no passado dia 3 de maio, quando questionada sobre os atrasos nos pagamentos aos agentes culturais relativos ainda ao ano de 2023, a Sra. Secretária respondeu e vou citá-la: “os pagamentos estão todos efetuados, nenhum está por regularizar”, não estavam, Sra. Secretária, aliás, não estão!

Deputado Berto Messias (PS): Nem estão

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E não é o Partido Socialista que o diz, são os agentes culturais que ouviram as suas declarações e que continuam sem receber.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: O Governo não pagou a totalidade dos apoios aos agentes culturais em nenhuma das suas modalidades, assim como também não pagou as escolas de

formação nas áreas de formação musical e artística e não serve como desculpa a queda do Governo e a ausência de Orçamento, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Ai não?!

A Oradora: ... porque nós estamos a falar de apoios e de dotações relativas ao Plano de investimentos de 2023.

A esse propósito, ainda nessa audição do dia 3 de maio, a Sra. Secretária afirmou também que na semana seguinte começariam a ser anunciados os apoios a atribuir em 2024, onde é que está esse anúncio? Já agora, onde é que está o aviso que está obrigada a publicar com informação para os agentes culturais relativa a prioridades estratégicas, a critérios de majoração, onde é que está essa aviso? Será como no ano passado, o aviso será publicado já depois das candidaturas feitas, os agentes culturais submetem as candidaturas sem terem conhecimento desses critérios de majoração, serão novamente critérios que voltarão a ditar que nenhum agente cultural, nenhuma associação cultural, terá direito a um apoio superior a 35% da candidatura apresentada?

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Bem-dito!

A Oradora: Esta tem sido a prática, esta tem sido a realidade, de nada servem as rubricas, as verbas, os discursos se depois não há concretização, se depois não há resultados.

A Cultura tem sido desvalorizada, a Cultura tem sido desrespeitada e se a nós nos indigna esse tratamento, eu imagino que não devem sentir os agentes culturais da nossa Região, gabo-lhes a força e gabo-lhes a resiliência, porque a nós, nem mesmo em semana de Espírito Santo, é possível ter fé na credibilidade destes documentos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que é que puseram nessas sopinhas do Espírito Santo?

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Hélia Cardoso. tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Eu pedia só à Sra. Secretária que me respondesse os 33 mil e 500 mensais dá para financiar as atualizações salariais e contratação de assistentes operacionais para todas as escolas? Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Délia Melo, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Inês Sá, é falso que daquela tribuna diga que se está a perder tempo com o Governo de coligação nesta área sectorial da Educação e transmitir a ideia de que nada se faz ou que tem havido uma ação negativa por parte do Governo de coligação na área de Educação, quando os resultados que já começam a aparecer mostram precisamente o contrário.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Pronto, está justificado!

A Oradora: Portanto, sabemos que é um processo moroso e que os resultados são lentos, mas alguns já nos começam a aparecer e já foram anunciados ali pela Sra. Secretária da Educação.

Para além do mais, também há uma certa confusão, porque diz que o Partido Socialista concorda com o ensino profissional, mas depois defende o seu contrário,

...

Deputada Inês Sá (PS): Qual contrário?!

A Oradora: ..., portanto, há uma certa contradição quando, de facto, diz que se está a pensar no bem dos alunos, a pensar no bem dos alunos é precisamente pensar ao contrário, porque o ensino profissional ajuda ou pelo menos proporciona um ensino diferente, mais especializado, direcionado para a empregabilidade, portanto, Sra. Deputada, aquilo que disse também aí nesta matéria...

Deputada Inês Sá (PS): Devia ir à escola da Horta!

A Oradora: ... não corresponde à verdade.

Deputada Inês Sá (PS): Outra vez *não corresponde à verdade?!*

A Oradora: Porque este Governo, sim, e eu repito, está a valorizar o ensino profissional como nunca antes foi feito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quero também dizer muito rapidamente ao Sr. Deputado Pedro Neves, não se preocupe, porque no próximo Orçamento, certamente que vai aparecer aquilo que são os incentivos à fixação de pessoal docente, porque mais uma vez já foi explicado pela Sra. Secretária da Educação a razão de não estarem nestes documentos que estamos aqui a analisar neste momento.

E, gostaria também só de explicar que, obviamente, todas as áreas estão interligadas, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é verdade, concordo consigo.

A Oradora: ..., portanto, esta questão do investimento que agora se faz na Educação contrasta com o desinvestimento real que houve na Educação e na Formação Profissional, na qualificação dos açorianos, e, por isso mesmo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhora, pelo amor de Deus!

A Oradora: ... é que nós estamos hoje também a debater questões como a pobreza que vivemos na Região, porque são o reflexo precisamente daquilo que não foi feito antes na Educação e na Formação, ...

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... porque as áreas estão todas interligadas e como têm frutos mais tarde, agora estamos a viver as repercussões daquilo que não foi feito ou que foi mal feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E para terminar, o Partido Socialista gosta muito de falar em taxas de execução, felizmente tiveram o bom senso de não falar nisso na área da Educação, mas eu gostaria, já que foi levantado pela Sra. Deputada Marta Matos na outra área sectorial, mas gostaria de fazer aqui um pequenino exercício comparativo, nos últimos anos, 3 anos da governação do Partido Socialista houve a previsão no Plano de investimentos de alocar à Educação mais de 120 milhões de euros, mas deixaram mais de 40 milhões de euros por executar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... enquanto, que nos últimos 3 anos da coligação investiu-se mais de 112 milhões de euros, ora nós estamos a falar num valor superior a todos os níveis...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: ... em relação ao que acontecia com o Partido Socialista.

Em termos de investimento absoluto mais 32 milhões de euros, em termos de taxa de execução é mais elevada 87,5 por comparação a 66 %. Tenho dito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Délia Melo, eu já tinha lido na comunicação social aquilo que a Sra. Secretária tinha dito relativamente ao incentivo à fixação dos docentes, mas vamos ser honestos, intelectualmente honestos, tem a ver com aquilo que a Sra. Deputada disse na sua intervenção, que devido à queda do Governo e do chumbo do Orçamento nós não temos incentivo à fixação, seja ele de forma pecuniária ou não pecuniária, apenas por causa do Orçamento, apenas porque todos os outros partidos que votaram contra ou na abstenção são os mauzões aqui da fita.

E há aqui um problema, porque isso foi em novembro de 2023, em maio de 2023, 9 de maio de 2023 o PAN inseriu propostas de alteração que foi chumbado devido ao voto contra do PSD, do CDS e do PPM.

Nada tem a ver com o tempo ou com o timing ou com o Orçamento, tem a ver, obviamente que não estavam muito interessados que o incentivo à fixação fosse feita por outro partido que não o próprio PSD e que fosse inserido no Orçamento e dão a desculpa do Orçamento, não! Porque muitos meses antes já tínhamos inserido aqui neste Parlamento e foi chumbado pela coligação.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Queria começar a minha intervenção por saudar todos os clubes desportivos e associações por mais uma época de grande esforço, ...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Grande esforço!

O Orador: ... de grande dedicação, uma época desportiva que está agora a terminar.

Também uma grande referência de congratulação ao Santa Clara pela subida à primeira divisão.

Deputado Nuno Barata (IL): Não há votos no Plano e Orçamento!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ó Barata, não perde pela demora.

O Orador: Ao Lusitânia pela subida à primeira divisão de futsal, algo que é muito importante para a modalidade, também o Candelária que subiu à primeira divisão de hóquei patins, o Operário que venceu a série Açores, o Clube Biscoitos que venceu também o futsal da série Açores e, por fim, dizer que... eu sei que os Srs. nunca deram importância aos clubes nem ao desporto, mas...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): É, é! É mesmo isso que nos dizem, Sr. Deputado!

O Orador: ...depois veem com essas bocas, veem com essas bocas. Quando vos incomoda nunca se calam.

Para terminar dizer que o Lusitânia em termos de campeonato de Portugal, e, em termos dos Sub-19 depende só de si para mais uma vez o desporto açoriano poder atingir patamares de excelência, mais uma subida à terceira liga e a manutenção no Campeonato da primeira divisão de Sub-19.

Queria também elogiar a postura da Sra. Secretária...

Deputado José Ávila (PS): Isso a gente já sabia!

O Orador: ...nas cimeiras que ela já referiu, não, não sabia porque a Sra. Secretária esteve presente nas cimeiras algo, que penso que foi inédito e foi muito valorizado e muito reconhecido pelas associações, o que foi muito importante.

Porque, apesar dos apartes de algumas Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, parece que incomoda quando se fala de Desporto, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A mim incomoda-me porque eu estou lesionado!

O Orador: ... porque o Desporto realmente é pouco falado aqui, mas é preciso referir que o desporto e os clubes têm uma importância muito grande em termos sociais, em termos económicos, em termos de formação, em termos de promoção de hábitos de vida mais saudáveis e, acima de tudo, em retirar os nossos jovens das toxicodependências.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Congratulamos também o Grupo Parlamentar do PSD, o Governo pelo reforço no Orçamento para o Desporto e também pelo reforço naquilo que é o apoio aos eventos desportivos e clubes nas competições não profissionais.

E, para quem está mais atento ao fenómeno do Desporto, principalmente na formação, dizer que a aposta deste Governo Regional em termos de os nossos jovens, cada vez praticarem desporto em idade mais precoce, tem sido também um grande, um grande sucesso.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Aprendam!

O Orador: Por fim, de todas as medidas aqui plasmadas no Programa de Governo, queria destacar uma, não que seja a mais importante, mas porque por vezes não se fala no treinador desportivo, a criação do Estatuto do Treinador Formado nos Açores, apoiando os clubes na sua contratação e criar um pacote de incentivos à carreira de treinador, os treinadores são muito importantes no nosso desporto, especialmente aqueles que trabalham na formação, porque são eles que tornam os nossos jovens nos futuros homens do amanhã. Obrigado.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Secretária, estamos à espera!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça o favor, tem a palavra

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

São múltiplas as razões que devem mover as pessoas a praticar desporto ou atividade física, desde o bem-estar físico, mental, autoestima, capacidade de ultrapassar obstáculos ou mesmo de atingir objetivos desportivos de competição, entre muitos outros.

O desporto e a atividade física já fazem parte das nossas vidas, já o disse aqui há bem pouco tempo e volto a referenciar, como um bem necessário a hábitos de vida saudáveis que, mais cedo ou mais tarde se vão refletir nas nossas vidas das nossas famílias.

Às instituições públicas e em particular ao Governo Regional e aos seus departamentos compete criar condições para que isso se concretize, e, respondendo também aos requerimentos.

Observamos nesta nova orgânica do Governo o regresso, e bem na nossa perspetiva, de Desporto à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

A avaliar pelo modo como tem sido tratada a Cultura nesses últimos 4 anos de governação de direita, esperamos que o Desporto não venha a passar pelo mesmo. Como sabemos, a maioria da atividade desportiva da Região é realizada, e, como disse o Sr. Deputado Paulo Gomes e que corroboro, pelas associações e pelos clubes nas nossas nove ilhas.

Com esses clubes e associações deve o Governo Regional assumir um papel de parceiro, apoiando a sua atividade.

Por outro lado, o que não pode mesmo continuar a acontecer é serem os clubes e as respetivas associações que a Sra. Secretária reuniu, e muito bem, nas cimeiras, a suportar o Governo e o seu novo paradigma, que muitas vezes já foi apregoado hoje aqui nesta Casa.

Nos últimos dias, altura em que estamos a acabar a época desportiva, porque sim, estamos a acabar a época desportiva 2023/2024...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Falta o 'Euro'!

O Orador: ... temos assistido a diversas publicações em Jornal Oficial dos respetivos contratos programa que eu há bem poucos dias aqui na discussão com a Sra. Secretária se bem se lembra, referenciei que era preciso assinar esses contratos programa.

Na verdade, há umas semanas atrás, aqui nesta Casa, foi afirmado que eles não podiam ser assinados porque não havia Orçamento, mas, entretanto, passaram a poder e basta acompanhar o Jornal Oficial para perceber que esses têm vindo a ser assinados e publicados, mesmo sem o Orçamento existir, estamos a falar da época, 2023/2024.

Isto é sinal de que efetivamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha razão quando alertou para as dificuldades dos clubes e das associações desportivas, e, aqui faço um parêntese para explicar porque, pelos vistos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista terá que explicar isto durante toda essa legislatura, já explicamos nas Comissões e vamos ter que explicar outra vez, o Orçamento não foi chumbado pelo Partido Socialista, os Srs. em 2020 fizeram um acordo parlamentar, legítimo da vossa parte, para governar a Região, não conseguiram...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós estamos há meses à espera dessa explicação.

O Orador: ... segurar os seus parceiros de coligação, não conseguiram, Sr. Deputado Paulo Estêvão, vou repetir, ah, Sr. Secretário, peço desculpa, estou sempre a vê-lo na outra bancada, Sr. Secretário Paulo Estêvão, o Sr. tem que se preocupar é responder aos requerimentos e...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Eu respondo!

O Orador: ... deixe-me acabar o meu raciocínio, os Srs. não conseguiram aguentar os seus parceiros de coligação, o Partido Socialista em 2020 ganhou as eleições, não formou Governo e foi coerente sempre na sua votação...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ainda vai nisso?

O Orador: ... ao longo dos vários programas de Governo, os Srs. têm que deixar dessa narrativa de que não pagam, que não assinam, não fazem porque a culpa é do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo: E é!

O Orador: Ó Srs., por amor de Deus, isso não é verdade, é totalmente falso, é totalmente falso!

No entanto, e voltando ao Desporto, impõe-se, realmente estava muito silêncio na minha intervenção, estava a estranhar, no entanto, a pergunta impõe-se, como pode um clube ou uma associação e isto é válido também para outros setores da governação e a Deputada Marta Matos já aqui evidenciou alguns, planear uma época desportiva sem saber quanto e quando vai receber, como é que isto é possível? De certeza que há “n” Deputados nesta Casa que fazem ou que já fizeram parte de instituições desportivas e culturais, como é que isto é possível? Isto não é possível!

E como podemos ambicionar aquilo que V. Exas. apregoam, e, eu queria só deixar aqui uma nota, o Desporto, talvez de acordo com aquilo que o Sr. Deputado Paulo Gomes disse, era pouco falado, era! Porque vai passar a ser falado e têm aqui uma voz para defender os clubes e as associações dessa Região e, na verdade, o Desporto não existe nos últimos 3 anos, há “n” resultados desportivos com mais de duas décadas daquilo que se fez na Região...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é importante que isto fique aqui referenciado, não temos que estar sempre falando do passado, mas também temos que falar do passado...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ouçam bem: é preciso falar do passado!

O Orador: ... para falar das coisas boas, era só o que faltava, os Srs. só referenciam o passado para falar das coisas más.

Como podem assinar esses contratos programa, como estão a fazer nos últimos dias, as épocas estão a terminar e exigir nesses contratos programa objetivos que todos sabemos à partida que não vão ser concretizados!?! Enfim!

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Tem que falar mais com os clubes!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já passaram uns dias!

O Orador: No mínimo... está enganada, sabe que eu venho de um clube há poucos dias, nem sequer vou falar deste clube, nem sequer vou falar...

No mínimo, tudo isto é lamentável e mostra a inércia deste Governo a tratar também a política desportiva da Região.

Reparámos que no Plano está prevista a intenção de valorizar a formação de treinadores e bem! Está previsto e bem! E agentes desportivos também não praticantes, também é importante, contudo, temos de alertar, porque também é nossa função enquanto líderes da oposição nesta Casa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais uma razão para votar a favor!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Não sei se lidera a oposição.

O Orador: É que só com formação não vamos lá, é preciso apoiar esses clubes financeiramente na formação, para que haja mais e melhor formação dos nossos jovens, pois serão esses a atingir a excelência desportiva e não venham com rateios a meio das épocas, como já o fizeram noutras situações e caça às bruxas em alguns clubes. Estão inscritos, por exemplo, a título de exemplo, estão inscritos no Plano 150 mil euros para reabilitar o Parque Desportivo Regional, alguém acredita que esse valor é suficiente para o Parque Desportivo Regional? Para reabilitar o quê? Mas alguém acredita nisto?

Mais um exemplo, o apetrechamentos e modernização em forma de apoios a entidades do associativismo desportivo para todos os clubes da Região têm um valor de 21 mil euros, eu vou explicar o que é que é esta rubrica, esta rubrica tem a ver com a aquisição de embarcações para os clubes náuticos, a aquisição de carrinhas para fazer transporte dos atletas, 21 mil euros para todos os clubes da Região...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Mas se já sabe as respostas todas, para que é que faz as perguntas?

O Orador: ..., sinal de que os clubes estão todos apetrechados, os que eu conheço não estão! Aqueles que visitei Sra. Secretária.

Estes são apenas alguns exemplos, mas podíamos falar das sedes sociais dos clubes, da formação técnica etc., mas teremos tempo para ir falando disto ao longo da legislatura, mas muitos mais haveria a dar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*): Desenvolva, se faz favor! Desenvolva!

O Orador: Mas como partido responsável que somos e liderando nós a oposição a nós compete-nos alertar, cá estaremos sempre a fazer o que devemos fazer,

fiscalizar e acompanhar o que se vai fazendo no que também à Atividade e Desporto diz respeito, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, tenho aqui sido, digamos assim, provocado em relação às questões dos requerimentos e queria solicitar a V. Exa. se tem a contabilidade do tempo de resposta que este Governo tem em relação aos requerimentos apresentados pelo conjunto dos partidos aqui representados neste Parlamento. Se não tiver Sr. Presidente...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu digo!

O Orador: ... sempre posso avançar que V. Exa. poderá confirmar se é de 26 dias, ou seja, muito abaixo do período legal e muito abaixo dos 60 dias anteriormente do Governo do Partido Socialista.

Deputado Nuno Barata (IL): Ó Sr. Secretário Paulo Estêvão, a qualidade dessas respostas diz muito...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estou à espera de um desde 15 de julho de 2013!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário, eu confirmo que o prazo é inferior àquilo que está estabelecido na lei até este momento, em termos médios, em termos

médios. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Gomes faça a sua intervenção, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, muito rapidamente, só aqui três pontos.

Primeiro dizer ao Sr. Deputado Lúcio, que é bem-vindo ao debate sobre o Desporto, muito importante, mas repare a diferença que houve, quando eu...

Deputado Carlos Silva (PS): Podiam fazer uma corrida!

O Orador: ... falei o comportamento da vossa bancada e você, o Sr. Deputado, quando falou, nós aqui serenamente caladinhos ouvimos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Sr. Deputado está com problemas de memória!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Segundo ponto em relação à previsão que os clubes têm que ter relativamente às verbas, volto a lembrar que já disse isso aqui algumas vezes, foi no tempo do Partido Socialista que a palavra Açores era só decidida em outubro, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E apoiado só aos homens!

O Orador: ..., portanto, já há muito para além daquilo que é o início da época desportiva de um clube.

E em relação às assinaturas dos contratos que tem vindo agora a sair, dizer que em janeiro tivemos uma campanha eleitoral, em fevereiro as eleições, tivemos que esperar pela tomada de posse e tudo mais, portanto, é natural e normal...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor sabe que isso não verdade!

O Orador: ... que tenha havido este atraso. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tal desculpa *esfarrapada!*

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cada contrato assinado, mais uma queixa do Sr. Deputado Berto Messias!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Gomes, tentarei, das vezes que o Sr. falar de alertar os meus colegas para que também não haja grandes movimentos em apartes, respeitando também as suas intervenções.

E queria só deixar aqui uma nota que me esqueci há pouco e parece-me importante, o Sr. e muito bem começou a sua intervenção anterior congratulando os clubes, as associações por mais uma época desportiva de grande esforço e depois congratulou o Santa Clara, o Candelária, o Lusitânia, enfim, e, tínhamos muitos mais clubes sem ser do futebol para congratular na Região Autónoma dos Açores...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ..., e, na verdade é porque houve muitos anos de formação que se chegou a esse patamar isso também é importante referenciar, mas gostava só de lhe

dizer uma coisa, se continuarmos com esta forma, com este método de financiar os clubes, provavelmente só congratular aqui do grande esforço não vai acontecer porque vai deixar de haver dirigentes desportivos, as pessoas fogem do associativismo desportivo, sabe porquê? Sabe porquê, Sr. Deputado? O Sr. está-me ouvindo? Sabe? Sabe porque é que as pessoas fogem, o Sr. sabe porque é que as pessoas fogem? Porque depois o Estado não respeita, o Estado não respeita o esforço, o grande esforço que o Sr. congratulou, o Estado depois não respeita. Algum dia é concebível acabar uma época desportiva sem os clubes saberem o que é que vão receber? Ó Sr. Deputado, tenha paciência, isso não existe, isso é lamentável...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Acontecia no tempo do PS!

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e queria deixar aqui esse registo sobre essa situação, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Já estava com saudades!

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional.

Peço a palavra para intervir, podia ser sobre Desporto, acho que também muito havia para dizer sobre aquilo que é o percurso desta Região em termos desportivos, também no domínio das políticas desportivas, mas vou voltar um bocadinho atrás, porque às vezes é preciso voltar com a bola atrás para construir a jogada e ter sucesso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor lá sabe!

O Orador: E que o digam os Sportinguistas, que têm um modelo de jogo que assenta exatamente nesse princípio. Mas às vezes na política também faz falta este modelo, que é de voltar atrás para se poder fazer o caminho para a frente e o Partido Socialista tem essa dificuldade, agora, só quer olhar para a frente, eu percebo que estão inebriados com uma nova liderança que acho que se está aí a desenhar...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os senhores deviam era olhar para a frente!

O Orador: Veremos, veremos, veremos...

E só quero voltar atrás para dizer que na área da Cultura o Partido Socialista não se pode arrogar no direito de ser o único defensor da Cultura e de quem tudo fez pelo setor cultural sem que os outros que os antecederam e que os precedem, nada tenham feito, muito pelo contrário, falar de execução das políticas culturais, eu acho que é sempre possível fazer essa discussão, mas com algum cuidado e já em Plenários anteriores, eu tive oportunidade de dizer precisamente à Sra. Deputada Marta Matos, de que o Partido Socialista tendo obra feita na Cultura, é óbvio que tem, em 24 anos seria impossível que nada tivesse feito e algumas coisas até bem feitas, uma delas foi o projeto da Banda Lira Açoriana, devo reconhecer, não pela circunstância de ter uma pessoa de família que nela participou, mas pela validade do projeto, o que não significa que não haja alternativas a esse modelo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que é não fazer nada!

O Orador: ... de formativo e de incentivo. Mas, em termos de execução tenho que dizer o seguinte, Sra. Deputada Marta Matos, e vou repetir-me, mas V. Exa. é que me interpelou de alguma maneira e suscitou para repetir aquilo que eu já lhe disse, na sua freguesia, onde a Sra. é Presidente de Junta, um Museu da Construção Naval, teve entre 2018 e 2020, 1 milhão e meio de euros inscritos no Plano, e, a execução, eu não lhe vou dizer a taxa, vou-lhe dizer em termos nominais, a execução foi de 0

euros, portanto, a Sra. parece-me, que do ponto de vista político, não tem as condições...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*):

Nenhumas!

O Orador: ... para vir acusar o dedo a este Governo em termos de execução de políticas orçamentais.

Mas eu vou-lhe dizer só mais um dado, tomemos por referência o programa...

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Mas diga a verdade!

O Orador: ...Dinamização das Atividades Culturais, na última legislatura, a melhor execução desse programa foi no ano de 2019, com 2 milhões e 584 mil euros de execução.

Com este Governo do PSD, do CDS e do PPM, na mesma área de Dinamização das Atividades Culturais, em vez dos 2 milhões e meio, nós temos a melhor execução em 2022, que é de 2 milhões e 761 mil euros para ser rigoroso, portanto, Sra. Deputada, é fácil fazer a acusação, mas há factos concretos que demonstram exatamente o contrário.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente. Sras. e Srs. Membros do Governo.

Perguntava à bancada do Partido Socialista, quando é que os governos socialistas realizavam as cimeiras com as associações? A resposta, toda a gente sabe, era sempre em janeiro ou fevereiro, portanto, a meio das épocas desportivas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O programa é do Governo!

O Orador: Tem razão quando diz que não é bom, não é o ideal, no entanto, a Sra. Secretária nas cimeiras que esteve presente, comprometeu-se a analisar as situações em que podem ser firmados acordos plurianuais, para, assim, dar mais estabilidade, já é um passo e naturalmente reconhecemos este empenho e esse esforço. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Marta Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu muito, sinceramente, eu não posso deixar de lamentar a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, levanta-se sempre, ainda e sempre, para...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A senhor está desolada!

A Oradora: ... atacar o Partido Socialista...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Então, Sra. Deputada!...

A Oradora: ... com os olhos postos no passado, é uma pena que nunca se levante para defender a Cultura açoriana e com uma palavra para dirigir aos agentes culturais açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Eu sou efetivamente de Santo Amaro, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Então?

A Oradora: ..., deve haver um gatilho na cadeira do Sr. Deputado Joaquim Machado, que sempre que eu faço uma intervenção sobre Cultura, dispara e o faz levantar e falar da Construção Naval de Santo Amaro. A Construção Naval de Santo Amaro está efetivamente no meu ADN da minha genética, tenho um imenso orgulho nesse facto...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Não foi feito nada!

A Oradora: ... sobre esse assunto, o Sr. sabe e o Sr. sente absolutamente nada...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Zero!

A Oradora: e é uma pena que venha sistematicamente a esta Casa instrumentalizar o assunto e utilizá-lo apenas como arma de arremesso contra o Partido Socialista, fica aqui publicamente dito, não como Deputada, mas como Presidente de Junta da Freguesia de Santo Amaro, fica o convite feito para que venha a Santo Amaro, acompanho-o pessoalmente nessa visita, conto-lhe um pouco da nossa história, dou-lhe a conhecer o assunto sobre o qual o Sr. tanto gosta de falar...

Deputado Mário Tomé (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... para que possa voltar aqui com conhecimento de causa, com legitimidade...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Legitimidade tem ele!

A Oradora: ... e levantar-se para defender esse assunto entre tantos outros que dizem respeito à Cultura da nossa Região, sabendo aquilo do que está a falar, porque é isso que nos compete fazer enquanto Deputados nesta Casa, ...

Deputado Mário Tomé (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... concorda ou não, Sr. Deputado Joaquim Machado?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (*PS*): É assim que o senhor responde a um convite tão lisonjeador?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membros do Governo Regional. Sra. Deputada Marta Matos, muito brevemente só para lhe dizer que nada é ou existe criado do nada, tudo é consequência do que foi. E, portanto, aquilo que hoje nós temos ou não, é consequência também desse passado e por isso é que eu volto a ele.

Acredito e reconheço que é uma grande defensora das questões culturais e que o caso da Construção Naval pode estar no seu ADN, acredito que sim, mas só está aí, não está em mais lado nenhum. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Sras. e Srs. Deputados, vamos transformar os apartes em belas intervenções, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aguardamos a intervenção da Sra. Secretária.

Presidente: ... eu não tenho feito outra coisa este dia, os Srs. não se inscrevem, tem que ser tudo puxado, inscrevam-se. Não há mais inscrições? Bom não havendo inscrições, vamos...

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Interpeção à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, está concebido. Atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos por hoje e regressamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 27 minutos.

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 21 - 05 – 2024

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 40/XVI/1.ª (IL) - Introduz um círculo de compensação nacional nas eleições legislativas - Audição n.º 1/XIII – AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 04 - 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 16;

Assunto: N.º 9/XVI/1.ª (PAN) - Reduz o número de círculos eleitorais e cria um círculo nacional de compensação no âmbito das eleições para a Assembleia da República, por forma a assegurar uma maior conversão dos votos em mandatos e evitar a existência de “votos desperdiçados”, alterando a Lei Eleitoral para a Assembleia da República - Audição n.º 2/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 04 - 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 20;

Assunto: N.º 10/XVI/1.ª (BE) - Cria o círculo de compensação do território nacional na eleição para a Assembleia da República (alteração à Lei 14/79, de 16 de maio) - Audição n.º 3/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 04 - 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 20;

Assunto: N.º 20/XVI/1.ª (L) - Revê a lei eleitoral consagrando um círculo nacional de compensação nas eleições para a Assembleia da República - Audição n.º 4/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 04 - 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 20;

Assunto: N.º 105/XVI/1 (BE) - Altera a Lei de bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional para proteção do interesse público e da proteção ambiental (Segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril) -
Audição n.º 6/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 05 - 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 31;

Assunto: N.º 106/XVI/1 (BE) - Antecipa a data para a meta da neutralidade climática, em linha com as orientações previstas na Lei de bases do clima (Primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que define as bases da política do clima) - Audição n.º 7/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 05 - 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 31.

2- Proposta de Lei:

Assunto: N.º 113/XV/2.^a (ALRAM) - Assegura uma majoração nos apoios sociais da segurança social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social - Audição n.º 5/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 04 - 30

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 20.

3- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 252/2007, de 5 de julho, que cria um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário - MS/MTSSS - (Reg. DL 12/XXIV/2024) - Audição n.º 1/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2024 – 05 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2024 – 05 – 15.

4- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 8/XIII

Assunto: Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2024 – 04 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2024 – 05 – 21;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR008.pdf>

N.º 9/XIII

Assunto: Programa de apoio aos estudantes do ensino superior e ensino superior técnico profissional dos Açores

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 – 05 – 21;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR009.pdf>

5- **Propostas de Decreto Legislativo Regional:**

N.º 2/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR002.pdf>

Assunto: Orientações de Médio Prazo 2024-2028

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Comissão: Economia

Limite de Parecer: Enviado à CAPADS, à Comissão de Política Geral e à Comissão de Assuntos Sociais para pareceres setoriais, que deverão ser remetidos à Comissão de Economia até 7 de maio de 2024. Enviado à Comissão de Economia para parecer até 15 de maio de 2024

N.º 3/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR003.pdf>

Assunto: Plano Regional Anual para o ano de 2024

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Comissão: Economia

Limite de parecer: Enviado à CAPADS, à Comissão de Política Geral e à Comissão de Assuntos Sociais para pareceres setoriais, que deverão ser remetidos à Comissão de Economia até 7 de maio de 2024. Enviado à Comissão de Economia para parecer até 15 de maio de 2024

N.º 4/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpDLR004.pdf>

Assunto: Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2024

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 30

Comissão: Economia

Limite de parecer: Enviado à CAPADS, à Comissão de Política Geral e à Comissão de Assuntos Sociais para pareceres setoriais, que deverão ser remetidos à Comissão de Economia até 7 de maio de 2024. Enviado à Comissão de Economia para parecer até 15 de maio de 2024

6- **Projetos de Resolução:**

N.º 7/XIII

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a alteração da regulamentação no que concerne ao licenciamento de táxis com distintivo e cor padrão

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2024 – 05 – 23;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR007.pdf>

N.º 8/XIII

Assunto: Promoção do uso saudável de tecnologias nas escolas

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 04 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2024 – 05 – 24.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR008.pdf>

7- Proposta de Resolução:

N.º 2/XIII

Assunto: Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2023

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpR002.pdf>

8- Petições:

N.º 3/XIII

Assunto: Alteração legislativa com vista a permitir a contabilização das avaliações de desempenho obtidas ao abrigo de contratos a termo resolutivo para efeitos de valorização remuneratória

Proveniência: Paulo Emanuel Medeiros Tavares

Data de Entrada: 2024 – 04 – 27

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: Em processo de admissão.

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti774.pdf

9- Requerimentos:

Assunto: Descontos nos vencimentos dos bolseiros ocupacionais por interrupções letivas

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 31/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque31.pdf

Assunto: Esclarecimentos relativos à demissão do presidente da USI dos demais cargos para os quais se encontra nomeado pelo Governo dos Açores

Autores: Lubélio Mendonça, José Miguel Toste, Sandra Costa Dia, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa, Dora Valadão, João Castro, Andreia Cardoso, André Franqueira Rodrigues e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 12

Referência: 54.02.00 – N.º 32/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque33.pdf

Assunto: Nomeações para a Presidência do Governo

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.09.00 – N.º 33/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque33.pdf

Assunto: Dados da incidência de doenças oncológicas nos Açores divididos por concelho

Autor: Berto Messias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 34/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque34.pdf

Assunto: PS defende intervenção urgente nos caminhos agrícolas de São Miguel

Autores: Patrícia Miranda, André Franqueira Rodrigues, Carlos Silva, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 16

Referência: 54.02.02 – N.º 35/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque35.pdf

Assunto: Parque Habitacional do Faial

Autores: Pedro Pinto e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 17

Referência: 54.01.07 – N.º 36/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque36.pdf

Assunto: Sede da Associação Praiense e Angrense de Armadores e Apanhadores

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 17

Referência: 54.09.03 – N.º 37/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque37.pdf

Assunto: Informação sobre operação de Shuttle para a Lagoa de Fogo

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 17

Referência: 54.10.02 – N.º 38/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque38.pdf

Assunto: Ausência de relatório de execução financeira do plano regional anual 2023

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 39/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque39.pdf

Assunto: Até quando continuará a Graciosa sem gruas nos portos da Praia, Santa Cruz e Folga?

Autores: José Ávila, André Franqueira Rodrigues, João, Joana Pombo Tavares e Andreia Cardoso (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Referência: 54.02.04 – N.º 40/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque40.pdf

Assunto: A operação Nuremberga-Ponta Delgada para 2024 foi cancelada?

Autores: Carlos Silva, Patrícia Miranda, André Franqueira Rodrigues, Gualberto Rita, Marlene Damião, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 41/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque41.pdf

Assunto: (Des)valorização das Auxiliares de Educação

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22

Referência: 54.08.00 – N.º 42/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque42.pdf

Assunto: Greve na Atlânticoline

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22

Referência: 54.09.00 – N.º 43/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque43.pdf

Assunto: Esclarecimentos sobre descontaminação de solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória devido à falta de respostas do Governo Regional

Autores: Berto Messias, Andreia Cardoso, José Miguel e Luís Vieira Leal (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 23

Referência: 54.02.03 – N.º 44/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque44.pdf

Assunto: Atrasos na execução do PRR põem em risco reforço das respostas sociais para pessoas com deficiência

Autores: Andreia Cardoso, Lúcio Rodrigues, Marta Matos, Russell Sousa e Sandra Costa Dias (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 45/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque45.pdf

Assunto: Governo Regional abandona a estratégia para o parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria

Autores: João Vasco Costa, Joana Pombo Tavares e Andreia Cardoso (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 24

Referência: 54.02.01 – N.º 46/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque46.pdf

Assunto: Informação concurso Termas Carapacho

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26

Referência: 54.10.04 – N.º 47/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque47.pdf

Assunto: Atrasos na atribuição de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade temporária

Autores: Carlos Silva e Andreia Cardoso (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 29

Referência: 54.02.00 – N.º 48/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque48.pdf

Assunto: Resultados da correção do juro de mora aplicado às dívidas da Região e dos Hospitais à EDA

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 49/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque49.pdf

Assunto: Incumprimento do Passe Social Gratuito

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Referência: 54.08.00 – N.º 50/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque50.pdf

Assunto: Burocracia e atrasos na análise do CONSTRUIR 2023 prejudicam investidores dos Açores

Autores: Luís Vieira Leal, Carlos Silva, Gualberto Rita, Marlene Damião e Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 51/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque51.pdf

Assunto: Passe Escolar Gratuito

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30

Referência: 54.09.00 – N.º 52/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque52.pdf

Assunto: Falta de condições de segurança no porto das Ribeiras

Autores: Mário Tomé e Marta Matos (PS)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.02.06 – N.º 53/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque53.pdf

Assunto: Ausência de informação sobre a promoção turística da Região

Autónoma dos Açores

Autores: André Franqueira Rodrigues, Marlene Damião, Patrícia Miranda, Luís Vieira Leal e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 54/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque54.pdf

Assunto: Concurso de privatização da Companhia Aérea Azores Airlines, S.A.

Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva, André Franqueira Rodrigues e Joana Pombo Tavares (PS)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 55/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque55.pdf

Assunto: Sistemas de abastecimento de água à lavoura em São Jorge

Autores: Catarina Cabeceiras e Pedro Pinto (CDS-PP)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 07

Referência: 54.01.05 – N.º 56/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque56.pdf

Assunto: Para quando a entrada em funcionamento do renovado Porto das Pipas em Angra do Heroísmo

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 07

Referência: 54.10.03 – N.º 57/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque57.pdf

Assunto: Incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 09

Referência: 54.09.02 – N.º 58/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque58.pdf

Assunto: Serviço de transporte público terrestre de passageiros em São Miguel

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 10

Referência: 54.09.02 – N.º 59/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque59.pdf

Assunto: Ilha do Corvo novamente isolada por falta de ligações aéreas

Autor: Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 13

Referência: 54.02.09 – N.º 60/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque60.pdf

Assunto: Ponto de situação da estrada regional entre a Serreta e o Raminho

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 13

Referência: 54.09.03 – N.º 61/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque61.pdf

Assunto: Efetiva aplicação das regras e do regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica

Autor: António Lima (BE)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 62/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque62.pdf

Assunto: Sector Vitivinícola nos Açores

Autores: José Pacheco, Francisco Lima, Olivéria Santos, Hélia Cardoso e José Sousa (CH)

Data de Entrada: 2024 – 05 – 16

Referência: 54.09.00 – N.º 63/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque63.pdf

10- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Comparticipação financeira atribuída à ACRA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 6/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp6.pdf

Assunto: Governo é o responsável pela inoperacionalidade das Câmaras Hiperbáricas nos Hospitais da Horta e Ponta Delgada

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 7/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp7.pdf

Assunto: Para quando está prevista a entrada em funcionamento do Entrepasto Frigorífico da Madalena?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.02.06 – N.º 14/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp14.pdf

Assunto: Ajuste direto de 1,7 milhões de euros entre a SATA- Gestão de Aeródromos, S.A. e a Provisse divulgado 3 anos depois

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 15/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp15.pdf

Assunto: Elementos preparatórios do Plano Regional de Saúde (2021-2030)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 18/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp18.pdf

Assunto: Informações sobre número de licenciamentos e averbamentos TVDERAA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15

Referência: 54.10.00 – N.º 22/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp22.pdf

Assunto: O estado da formação profissional nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 8/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp8.pdf

Assunto: Avaliação do processo relativo à implementação dos manuais digitais na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Referência: 54.10.00 – N.º 10/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp10.pdf

Assunto: É urgente combater a crescente sobrelotação habitacional nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 12/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp12.pdf

Assunto: Apoios aos estudantes açorianos deslocados estão por regulamentar desde 2021

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 23

Referência: 54.02.00 – N.º 13/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp13.pdf

Assunto: Listagem do património imóvel (rústico e urbano) da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26

Referência: 54.10.00 – N.º 3/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp3.pdf

Assunto: Reforço das acessibilidades aéreas com o exterior da Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 16/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp16.pdf

Assunto: Taxa de execução do PRR Habitação abaixo dos 10% faz perigar o aproveitamento de fundos comunitários em prejuízo da melhoria das condições de vida dos açorianos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 20/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp20.pdf

Assunto: Deficiências e ineficiências do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26

Referência: 54.10.00 – N.º 21/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp21.pdf

Assunto: Cancelamento de ligações asseguradas pela AZORES AIRLINES entre a Ilha Terceira e Lisboa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26

Referência: 54.02.03 – N.º 23/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp23.pdf

Assunto: Situação da Rede de Trilhos da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 24/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp24.pdf

Assunto: Constrangimentos nas ligações marítimas

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 25/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp25.pdf

Assunto: Falta de ortopedistas de urgência/prevenção no Hospital de Santo Espírito

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.06.03 – N.º 27/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp27.pdf

Assunto: Transição dos assistentes operacionais para a nova carreira de técnicos auxiliares de saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 29/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp29.pdf

Assunto: Nomeações para a Presidência do Governo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.09.00 – N.º 33/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp33.pdf

Assunto: É urgente definir soluções que garantam a segurança da Estrada Regional que liga as freguesias da Serreta e do Raminho e melhorar as condições do caminho alternativo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02

Referência: 54.02.03 – N.º 26/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp26.pdf

Assunto: Médicos do Serviço Regional de Saúde

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 30/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp30.pdf

Assunto: PS defende intervenção urgente nos caminhos agrícolas de São Miguel

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.02.02 – N.º 35/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp35.pdf

Assunto: Sede da Associação Praiense e Angrense de Armadores e Apanhadores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.09.03 – N.º 37/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp37.pdf

Assunto: Informação sobre operação de Shuttle para a Lagoa de Fogo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.10.02 – N.º 38/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp38.pdf

Assunto: Ausência de relatório de execução financeira do plano regional anual 2023

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 39/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp39.pdf

Assunto: Até quando continuará a Graciosa sem gruas nos portos da Praia, Santa Cruz e Folga?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.02.04 – N.º 40/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp40.pdf

Assunto: A operação Nuremberga-Ponta Delgada para 2024 foi cancelada?

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 41/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp41.pdf

Assunto: Atrasos na execução do PRR põem em risco reforço das respostas sociais para pessoas com deficiência

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 45/XIII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp45.pdf

Assunto: Dados da incidência de doenças oncológicas nos Açores divididos por concelho

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 34/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp34.pdf

Assunto: Parque Habitacional do Faial

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 17

Referência: 54.01.07 – N.º 36/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp36.pdf

Assunto: Greve na Atlânticoline

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 05 – 17

Referência: 54.09.00 – N.º 43/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp43.pdf

11- Informações:

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: José Eduardo, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 11;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o despacho de nomeação de Alzira Maria Dias das Pedras Mendonça, como Assistente do Gabinete da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico (PPM), com efeitos a 15 de abril de 2024

Proveniência: João Mendonça, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 04 – 12;

Assunto: of. S/039/2024/XIII remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando repetição de eleições nas Comissões Especializadas Permanentes de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Economia

Proveniência: João Fernando Castro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 12;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma exposição sobre o acelerador de carreiras e novo SIADAPRA

Proveniência: João Valente

Data de Entrada: 2024 – 04 – 12;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Mário Tomé, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 15;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dando conta do envio de uma Carta Aberta aos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da ilha do Pico

Proveniência: César Braia Ferreira

Data de Entrada: 2024 – 04 – 16;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando o agendamento de reuniões com o intuito de fazer uma exposição que visa sensibilizar para uma igualdade de direitos das pessoas com mobilidade reduzida e outras incapacidades nas Regiões Autónomas, no acesso a fundos comunitários cujos avisos integram (neste momento) exclusivamente o território continental de Portugal

Proveniência: Ana Rita Campos

Data de Entrada: 2024 – 04 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Joana Pombo Tavares, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 17;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Pedro Pinto, Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024 – 04 – 18;

Assunto: Ofício ref.^a RPIL011/2024 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para efeitos de admissão propostas de alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII (GOV) - Regime jurídico da carreira especial dos trabalhadores dos matadouros da Rede Regional de Abate da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Alexandra Cunha, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Dora Valadão, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Francisco Lima, Deputado do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 19 de abril de 2024, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou admitir a Petição n.º 1/XIII – Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 19 de abril de 2024, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou admitir a Petição n.º 2/XIII – Pela Igualdade de Oportunidades no Acesso à Educação - Revisão da Portaria n.º 58/2023, de 10 de julho

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Lubélio Mendonça, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 04 – 24;

Assunto: Ofício ref.^a 58072, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Pesar pelo falecimento de pelo falecimento de Rui de Jesus Goulart, aprovado por unanimidade na reunião do dia 19 de janeiro de 2024

Proveniência: Carlos Manuel da Silveira Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2024 – 04 – 24;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a agradecer o Voto de Congratulação expressando o reconhecimento pela decisão do Papa Francisco em nomear um sacerdote açoriano Cónego da Basílica Papal de Santa Maria Maior

Proveniência: Pe. António Saldanha Albuquerque, Cónego da Basílica Papal de Santa Maria Maior

Data de Entrada: 2024 – 04 – 26;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 7 de julho de 2024, da Proposta de Resolução n.º 14/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 04 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, até 6 de junho de 2024, da Anteproposta de Lei n.º 2/XIII – Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 04 – 29;

Assunto: Correio eletrónico a enviar os seguintes documentos aprovados na 2.^a reunião ordinária do CESA: Parecer sobre as Antepropostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2024, sobre o Relatório Periódico de Monitorização do PRR-Açores – 4.º trimestre de 2023 e Relatório Anual de Progresso 2023

Proveniência: Lúcia Morgado Lima, Assistente Técnica do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA)

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão temporária do mandato de Deputado, por motivos de saúde, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º

do EPARAA, do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, por um período de trinta dias, com efeitos a partir de 3 de maio de 2024, inclusive

Proveniência: João Fernando Castro, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02;

Assunto: Ofício ref.^a S/049/2024/XIII, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado João Fernando Castro, essa vaga será preenchida pela candidata Inês Soares de Oliveira e Sá, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 3 de maio de 2024, inclusive

Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02;

Assunto: Correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Declaração pela valorização dos Arquitetos na Administração Pública, com Criação de Carreira Especial

Proveniência: Arquiteto Nuno Costa, Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos

Data de Entrada: 2024 – 05 – 02;

Assunto: Correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a regularização da situação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Gabriel Meneses de Lima

Proveniência: Francisco Gabriel Meneses de Lima, Deputado do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 05 – 07;

Assunto: Ofício ref.^a S/053/2024/XIII, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando a alteração da direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que foi eleito para Vice-Presidente do Grupo Parlamentar, com efeitos a 9 de maio de 2024, o Sr. Deputado Carlos Emanuel Rego Silva, substituindo o Sr. Deputado André Filipe Franqueira Rodrigues

Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 05 – 09;

Assunto: Ofício ref.^a 146/2024, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia dos seguintes Votos de Saudação: 50.º Aniversário do 25 de Abril e celebração do 1.º de Maio e 50 Anos do 25 de Abril de 1974, apresentados pela Representação da CDU e pelo Grupo Municipal do PS, respetivamente, e aprovados por unanimidade na reunião do dia 30 de abril de 2024

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2024 – 05 – 09;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Sr. Deputado Nuno Barata pretende integrar como membro, a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: Alexandra Carvalho e Cunha, Chefe de Gabinete da Representação Parlamentar da IL

Data de Entrada: 2024 – 05 – 09;

Assunto: Ofício ref.^a 44/2024, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comunicando que, na sequência da suspensão do mandato do Francisco Lima, essa vaga será preenchida pelo candidato António Fernando Dias, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 6 de junho de 2024, inclusive

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 05 – 09;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão temporária do mandato de Deputado, por motivos de atividade profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, por um período de dez dias, com efeitos a partir de 6 de junho de 2024, inclusive

Proveniência: Francisco Gabriel Meneses de Lima, Deputado do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 05 – 10;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Sr. Deputado Francisco Lima integrará como membro, a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2024 – 05 – 10;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que pretende integrar como membro, a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: António Lima, Deputado da Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2024 – 05 – 10;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 3/XIII (BE) – Programa extraordinário de integração de trabalhadores precários na Administração Pública Regional, 4/XIII (BE) - Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde e 6/XIII (PAN) - Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores e do Projeto de Resolução n.º 6/XIII (PS) - Regularizar os contratos e os horários de trabalho dos trabalhadores dos Centros de Interpretação Ambientais dos Açores

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 05 – 13;

Assunto: Ofício n.º 1045/2024-ST a remeter, para ulterior conhecimento de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Relatório n.º 2/2024 – FS/SRATC – Município da Horta – Adesão à Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores (Apuramento de responsabilidade financeira), aprovado em sessão de 8 de maio de 2024

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2024 – 05 – 13;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII (IL) – Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2022/A, de 24 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores, até 6 de junho de 2024

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 14;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII (PAN) – Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa ou de reduzida intensidade sonora, até 7 de junho de 2024 e das petições n.ºs 61/XII - Proteção do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) exigindo mais tempo para análise e avaliação do impacto socioeconómico da proposta na 2ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA) e 62/II - Áreas Marinhas Protegidas dos Açores - Implementação Urgente, ambas até 14 de junho de 2024

Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 14;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os Srs. Deputados que irão integrar a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo, são os seguintes: Jaime Vieira, Paulo Gomes e Salomé Matos e a informar que os candidato a Presidente e Relator da Mesa da Comissão são os Srs. Deputados Jaime Vieira e Salomé Matos, respetivamente

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 05 – 14;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que os Srs. Deputados que irão integrar a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo, são os seguintes: Gualberto Rita, José Manuel Ávila e José Miguel de Freitas Toste e a informar que o candidato a Secretário da Mesa da Comissão é o Deputado José Miguel de Freitas Toste

Proveniência: Andreia Cardoso, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que o Sr. Deputado Pedro Pinto integrará como membro, a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores que o Sr. Deputado João Mendonça pretende integrar como membro, a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo

Proveniência: Kristina Dutra, Assistente da Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2024 – 05 – 16.

12- **Relatórios:**

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado João António Mendes de Mendonça

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 17;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19380.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Joana Sousa Pombo Tavares

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19452.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Gabriel Meneses de Lima

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19448.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19451.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Mário José Dinis Tomé

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19450.pdf

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado José Gabriel Freitas Eduardo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 04 – 30;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19449.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 4/XIII (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortênsias dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 10;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR014_8.pdf

Assunto: Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII (GOV) – Orientações de Médio Prazo 2024-2028, n.º 3/XIII (GOV) - Plano Regional Anual para o Ano de 2024 e n.º 4/XIII (GOV) - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 08;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR004_2.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 40/XVI/1.^a (IL) – Introduz um círculo de compensação nacional nas eleições legislativa - Audição n.º 1/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2024 – 05 – 17.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19575.pdf

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 14/XII (GOV) – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 04 – 19;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR014_9.pdf

Assunto: Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII (GOV) – Orientações de Médio Prazo 2024-2028, n.º 3/XIII (GOV) - Plano Regional Anual para o Ano de 2024 e n.º 4/XIII (GOV) - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 05 – 08;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR004_3.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 57/XII – Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15.

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIPare2005.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 21;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19574.pdf

Assunto: Setorial sobre a Proposta de Resolução n.º 14/XII (GOV) – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 04 – 22;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR014_10.pdf

Assunto: Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII (GOV) – Orientações de Médio Prazo 2024-2028, n.º 3/XIII (GOV) - Plano Regional Anual para o Ano de 2024 e n.º 4/XIII (GOV) - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 07;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR004_4.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 252/2007, de 5 de julho, que cria um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário - MS/MTSSS - (Reg. DL 12/XXIV/2024) - Audição n.º 1/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 15;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 113/XV/2.^a (ALRAM) – Assegura uma majoração nos apoios sociais da segurança social atribuídos aos residentes nas Regiões Autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que estabelece as bases gerais do sistema de segurança social - Audição n.º 5/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 05 – 16.

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 17;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19559.pdf

Assunto: Setorial e Final sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII (GOV) – Orientações de Médio Prazo 2024-2028, n.º 3/XIII (GOV) - Plano Regional Anual para o Ano de 2024 e n.º 4/XIII (GOV) - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 05 – 14;

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPpDLR004_5.pdf

13- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 6, 7, 8 e 9/XIII e as Separatas n.ºs 4, 5 e 6/XIII.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A Redatora, *Sónia Furtado*